

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA E DA PRODUÇÃO
FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE URUBICI:
O CASO DAS HORTALIÇAS

por

Celito José Israel

ORIENTADORA

Profa. Dra. Marly Anna Fortes Bustamante Mira

Dissertação de Mestrado

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e
Urbano

Florianópolis - SC

Dezembro - 1991

(Catalogação na fonte pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina)

I85a Israel, Celito José.

Aspectos da organização agrária e da produção familiar no município de Urubici : o caso das hortaliças / por Celito José Israel. - Florianópolis : / C. J. Israel, 1991.

XIII, 189f. : mapas, retrs. color.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Mestrado em Geografia, 1991. Inclui bibliografia e anexos.

1. Estrutura agrária - Urubici (SC) - 1960/85. 2. Hortaliças - Urubici (SC). 3. Produtividade agrícola - Urubici (SC). 4. Horticultura - Urubici (SC).
I. Título.

CDU 635(816.412.05)

INDICE PARA O CATÁLOGO SISTEMÁTICO (CDU)

- 1- Estrutura agrária - Urubici (SC) 332.021.8(816.412.05)
- 2- Hortaliças - Urubici (SC) (35.1/.8(816.412.05)
- 3- Produtividade agrícola - Urubici (SC) 338.43(816.412.05)
- 4- Horticultura - Urubici (SC) 635(816.412.05)
- 5- Urubici (SC) - Horticultura (816.412.05)635

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

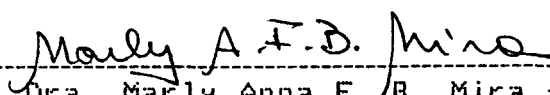
ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA E DA PRODUÇÃO
FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE URUBICI:
O CASO DAS HORTALIÇAS

por

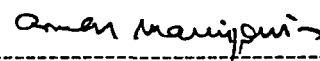
Celito José Israel

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, Area de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM 28.10.1992.



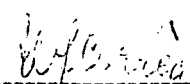
Prof. Dra. Marly Anna F. B. Mira - Orientadora



Prof. Dr. Armen Mamigonian - Membro



Prof. Augusto César Zeferino, PhD - Membro



Prof. M.Sc. Walquíria Kruger Corrêa - Suplente

Florianópolis - Dezembro - 1991

"Na atividade agrícola, o lar, o homem, a jornada de trabalho e o envolvimento familiar no processo produtivo, constituem-se em fatores especiais a serem levados em consideração; difere bem da produção industrial que consegue manter a família fora da fábrica".

GILBERTO HUBER

AGRADECIMENTOS

Desejo expressar minha gratidão a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram à realização deste trabalho.

À Professora Dra. Marly Anna Fortes Bustamante Mira, agradeço pela eficiente orientação e sugestões valiosas que me prestou em todas as etapas desta dissertação.

Quero agradecer aos colegas do Departamento de Geociências da UFSC, em especial, aos professores Augusto César Zeferino, Gerusa Maria Duarte, Odair Gercino da Silva e Walquíria Krüger Corrêa, pelas sugestões e críticas altamente construtivas que fizeram.

Externo agradecimentos também ao Carlos Alberto Lopes pelo Desenho das figuras, Valmir Volpato, pela edição e composição, e João Francisco Vaz Sepetiba pela revisão do vernáculo.

A tantas outras pessoas e órgãos não citados, mas que emprestaram valiosa colaboração à realização deste estudo, manifesto o meu reconhecimento.

À Zelma e aos nossos filhos, Adriano, Graziela e Daniela, dedico este trabalho.

R E S U M O

O presente trabalho trata da organização agrária, no período 1960/85, e da produção de hortaliças no município de Urubici - Santa Catarina.

De acordo com o enfoque proposto, o trabalho compõe-se de duas partes principais, antecedidas por uma visão geográfica da área estudada. Assim, a primeira analisa diferentes aspectos da evolução agrária a partir de dados secundários levantados dos Censos do IBGE. A segunda, por sua vez, compreende a caracterização da produção de hortaliças mediante o exame de informações primárias coletadas através da pesquisa de campo.

Com essa abordagem procurou-se, por um lado, identificar as principais alterações verificadas na estrutura agrária do município e suas relações com os mecanismos gerais de transformação da agricultura brasileira. Por outro lado, buscou-se avaliar certas peculiaridades referentes à situação e condições de produção de hortaliças.

Pelo estudo realizado concluiu-se que o referido município tem sua atividade econômica assentada no setor primário, sobretudo na agricultura.

A produção agrícola acha-se estruturada com base no domínio das unidades fundiárias de tamanho familiar. A horticultura, tipicamente organizada em unidades de produção familiar, constitui um segmento agrícola bastante expressivo, cuja importância destaca-se tanto pelo número de pessoas que ocupa quanto pelo valor produzido.

A B S T R A C T

This paper's main objective was to look at the agrarian organization throughout the years 1960 and up to 1985, as well as look over the production of green vegetables in Urubici - a town in the State of Santa Catarina.

According to the proposed focus the paper was made up of two distinct main parts which were preceded by a geographic vision of the study area. This way, the first part was meant to analyse different aspects of the agrarian evolution. The analysis was initiated with the data produced by IBGE's census. Whereas the second meant to characterize the vegetable production through a deep examination of primary information gathered in a field research.

Through this approach the research tried to identify, on one side, the alterations which were verified on the agrarian structure of the town, as well as its relationship with the general mechanisms of transformations for Brazilian agriculture. On the other side, there was an attempt to evaluate certain peculiarities dealing with situations and production of green vegetables.

The study got to the conclusion that the referred town had its main economical activities set up over the primary sector, mainly agriculture.

The agricultural production is basically structured upon a familiar size fundiary unit dominion. The green vegetable production is typically organized in units based on the family which is an expressive agricultural segment and its importance is on the number of people involved and on the amount of goods produced.

S U M Á R I O

	Página
Resumo	v
Abstract	vi
Sumário	vii
Lista das Figuras	ix
Lista das Tabelas	xi
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	4
1.1. Reflexões prévias sobre as transformações capitalistas da agricultura brasileira	5
1.2. Produção familiar - uma discussão conceitual	11
1.3. Procedimentos da pesquisa	13
CAPÍTULO II - CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO	17
2.1. Aspectos físicos	22
2.1.1. Relevo e hidrografia	22
2.1.2. Clima e vegetação	33
2.2. Aspectos humanos	38
2.2.1. Povoamento e criação do município	38
2.2.2. Contingente demográfico e sua evolução	40
2.2.3. Distribuição etária da população	43
2.2.4. População economicamente ativa	44

	Página
CAPÍTULO III - EVOLUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	48
3.1. Estrutura fundiária	49
3.2. Aspectos sociais e tecnológicos da produção agrícola	55
3.2.1. Condição de exploração da terra	55
3.2.2. Utilização da terra	59
3.2.3. Composição da mão-de-obra	63
3.2.4. Alterações na base técnica da produção agrícola	68
3.2.5. Produção agropecuária	76
CAPÍTULO IV - PRODUÇÃO FAMILIAR: A HORTICULTURA EM URUBICI	85
4.1. Considerações gerais sobre a horticultura....	86
4.2. A produção de hortaliças no município de Urubici	91
4.2.1. Desenvolvimento da produção de hortaliças	92
4.2.2. Perfil do produtor	101
4.2.3. Situação fundiária	107
4.2.4. Condição do produtor e uso da terra ..	112
4.2.5. Relações de trabalho	122
4.2.6. Tecnificação da produção	131
4.2.7. Crédito e assistência técnica	140
4.2.8. Comercialização das hortaliças	146
CONCLUSÃO	157
BIBLIOGRAFIA	161
ANEXOS	170

LISTA DAS FIGURAS

	Página
01. Município de Urubici: posição geográfica	19
02. Microrregião dos Campos de Lages (SC)	20
03. Município de Urubici: rodovias	21
04. Município de Urubici: geologia	24
05. Município de Urubici: hipsometria	26
06. Município de Urubici: relevo	28
07. Vista esquemática da Serra Geral e do planalto ...	30
08. Município de Urubici: hidrografia	32
09. Gráfico termo-pluviométrico de Urubici	34
10. Município de Urubici: vegetação	36
11. Evolução da área média dos estabelecimentos rurais de Urubici, 1960/1985	54
12. Vista do vale do rio Canoas	110
13. <i>Uso do solo</i> pela agricultura no fundo do vale do Canoas	110
14. Esquema de propriedade hortícola do vale do Canoas (Santa Tereza - Urubici)	116
15. Cultivo de hortaliças e milho na localidade de Santa Tereza	120
16. Hortaliças dispostas em fixas	120
17. Distribuição da força de trabalho ocupada na hor- ticultura, segundo as categorias de mão-de-obra, fevereiro/90	123
18. Trabalho de classificação e embalagem de hortali- ças	129

	Página
19. Tratores e galpão de hortaliças	129
20. Pulverização da lavoura com agrotóxicos	135
21. Transporte de hortaliças por tratores e carro de boi	135
22. Intermediário carregando o caminhão de hortaliças.	151
23. Cooperativa Agropecuária do Vale do Canoas Ltda. COOPERVALE	151

LISTA DAS TABELAS

	Página
01. Evolução da população do município de Urubici, 1960/1980	41
02. Distribuição da população por distritos, 1960/1980	43
03. Distribuição da população por grupos de idade, 1960/1980	44
04. Evolução da população economicamente ativa - PEA, 1960/1980	45
05. Distribuição da população economicamente ativa por setores de atividades, 1960/1980	46
06. índice de Gini da distribuição da posse da terra pelos estabelecimentos agropecuários de Urubici, 1960/1985	50
07. Distribuição do número e área dos estabelecimentos agropecuários por categorias dimensionais, Urubici, 1960/1985	51
08. Distribuição da área média dos estabelecimentos por categoria dimensional, 1960/1980	52
09. Condição do produtor, segundo a propriedade das terras, 1960/1985	57
10. Forma de administração dos estabelecimentos, 1960/1985	58
11. Evolução da utilização das terras em exploração, 1960/1985	60
12. Distribuição do número de estabelecimentos com atividade agrícola, segundo os grupos de área das lavouras, 1960/1980	62
13. Distribuição do pessoal ocupado no setor rural, segundo as várias categorias, Urubici, 1960/1985 ..	64
14. Características do pessoal ocupado no setor rural e número de estabelecimentos sem pessoal contratado, 1960/1985	66

	Página
15. Distribuição do emprego de força nos trabalhos agrários, segundo o tipo e número de estabelecimentos, 1960/1985	69
16. Evolução do número de tratores, segundo a potência, e de arados, 1960/1985	71
17. Evolução do uso de fertilizantes e defensivos, segundo o número de estabelecimentos, 1960/1985	73
18. Número de financiamentos obtidos pelos produtores rurais, segundo a finalidade, 1970/1980	75
19. Distribuição do valor das despesas do setor agropecuário de Urubici, 1960/1980	76
20. Distribuição do valor da produção animal e vegetal de Urubici, 1970/1980	78
21. Evolução da produção, área cultivada e produtividade dos principais produtos agrícolas de Urubici, 1960/1985	81
22. Evolução do efetivo da pecuária, segundo os principais rebanhos, Urubici, 1960/1985	82
23. Evolução da produção das principais hortaliças cultivadas no município de Urubici, 1960/1990	97
24. Participação relativa da produção das principais hortaliças de Urubici, em relação à produção do Estado de Santa Catarina, 1960/1985	99
25. Distribuição do valor da produção, em porcentagem, das principais hortaliças cultivadas em Urubici, 1960/1985	100
26. Renda familiar mensal, segundo a área da propriedade hortícola	106
27. Distribuição do número e área das propriedades pesquisadas produtoras de hortaliças por categorias dimensionais	108
28. Distribuição da área total das terras pertencentes aos produtores pesquisados por categorias dimensionais	111
29. Distribuição da área das propriedades pesquisadas, segundo a condição do produtor	113

	Página
30. Utilização da terra, nas propriedades hortícolas pesquisadas, com indicação da área explorada, segundo o tipo de atividade	117
31. Distribuição da área cultivada com hortaliças nas propriedades pesquisadas	118
32. Frequência do cultivo de hortaliças nas propriedades pesquisadas	119
33. Força de trabalho assalariada, referente ao momento de pico da colheita de hortaliças, ocupada pelas unidades pesquisadas, fevereiro/90	125
34. Força de trabalho familiar ocupada nas unidades hortícolas pesquisadas	128
35. Distribuição de equipamentos agrícolas de propriedade do produtor, segundo o número de unidades produtivas	133
36. Distribuição do consumo de fertilizantes, corretivos e defensivos agrícolas, segundo o número de unidades produtivas	136

I N T R O D U Ç Ã O

O presente estudo procura analisar a organização agrária e a produção de hortaliças no município de Urubici, situado no sudeste do Planalto Catarinense. (Vide Figura 01).

Sua escolha como área de estudo decorreu, basicamente, de um lado, do conhecimento empírico que se tem da região de onde o autor é natural. E, de outro lado, da expressão econômico-social representada pela horticultura local, tanto levando-se em consideração a relevância do valor da produção como o elevado número de pessoas que envolve. Além disso, o desafio decorrente da inexistência de qualquer estudo referente ao tema na área, em que pese a tradição do município na produção de hortaliças, contribuiu para sua escolha.

O estudo desenvolvido justifica-se, essencialmente, por possibilitar duas ordens de colaboração. A primeira, é a contribuição que oferece à compreensão do setor agrário, particularmente do segmento hortícola, pelo levantamento de subsídios que ajudem na elucidação de suas especificações, tanto a nível municipal como, também, estadual. A segunda, é que, sendo a área de investigação parte de uma realidade que necessita ser pesquisada e entendida, deve-se considerar a possibilidade desta análise conter, eventualmente, subsídios úteis à ação institucional nas suas diferentes instâncias de atuação.

O tema apresentado como proposta de pesquisa contém alguns questionamentos pressupondo-se, porém, que a interpretação dos diferentes indicadores, variáveis e informações, levantados através do trabalho de campo e gabinete, permitam elucidá-los.

Com efeito, algumas questões referentes à evolução da organização agrária e às características da produção de hortaliças no município foram levantadas. São elas:

- a) Como se caracterizam a estrutura agrária e as condições sociais de produção no município e, particularmente, nas unidades hortícolas?
- b) Como se articulam os diferentes elementos que compõem a unidade de produção familiar, dedicada ao cultivo de hortaliças?
- c) Quais as condições sócio-econômicas e as perspectivas com que se depara o horticultor de Urubici, frente às transformações crescentes do meio rural brasileiro?

Dessa forma, o objetivo central deste trabalho é a análise da organização da atividade agrária no município de Urubici, com ênfase no estudo da horticultura estruturada com base nas unidades familiares de produção.

Mediante a abordagem proposta pretende-se identificar as principais transformações agrárias ocorridas no município, procurando relacioná-las aos mecanismos de transformação da agricultura brasileira. Com a caracterização dos aspectos referentes à horticultura procurar-se-á avaliar a situação em que a mesma se encontra e, também, conjecturar sobre as tendências e alternativas futuras.

A fim de atender aos objetivos propostos, as principais técnicas de pesquisa utilizadas na presente dissertação foram: exame bibliográfico, entrevistas, análise de dados e informações levantados, tanto pela pesquisa direta de campo como através dos Censos.

Além da introdução, o trabalho está estruturado em quatro capítulos e conclusão. O primeiro capítulo refere-se às questões teórico-metodológicas, com o exame literário do enfoque das transformações gerais da agricultura brasileira, bem como da discussão conceitual que envolve a produção familiar. Além disso, são relatados os procedimentos inerentes à pesquisa de campo e de gabinete.

O segundo capítulo apresenta a caracterização geográfica da área de abrangência da pesquisa, com a abordagem sucinta dos aspectos físicos e humanos.

No terceiro capítulo é analisada a evolução agrária do município, no período 1960/85, envolvendo aspectos referentes ao tamanho dos estabelecimentos e às condições sociais e tecnológicas da produção agrícola.

A horticultura, atividade tipicamente assentada na produção familiar, é abordada no quarto capítulo. Nele são enfatizados os aspectos relacionados às unidades produtivas, ao produtor, às relações de trabalho, ao uso da terra, à tecnologia, ao crédito e assistência técnica e à comercialização. Em seguida, são apresentadas as conclusões.

C A P Í T U L O I

CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

1.1. Reflexões prévias sobre as transformações capitalistas da agricultura brasileira

"A agricultura e o desenvolvimento capitalista no Brasil têm sido tema debatido por inúmeros autores nacionais, dada a observação da permanência de relações predominantemente não-capitalistas na agricultura, enquanto no conjunto da economia ocorre um avanço significativo da produção capitalista" (CARVALHO, 1982: 27).

É ampla a literatura disponível mostrando que nas últimas décadas processou-se algumas transformações significativas na estrutura agrária⁴ brasileira, em consequência da maior capitalização das atividades agrícolas.

Para CARREIRA & GUSMÃO (1990: 98):

"... o crescente processo de urbanização do país, aliado ao recente desenvolvimento industrial a partir da década de quarenta, contribuiu, enormemente, para o surgimento de áreas agrícolas para a produção de matérias-primas industriais, de produtos hortigranjeiros e de uma pecuária leiteira desenvolvida em pastos plantados, fato que foi responsável por grandes transformações verificadas nos usos e nos empregos de técnicas na agricultura, o que acelerou a ocupação do espaço brasileiro e contribuiu para grandes modificações nas condições naturais".

Mesmo considerando o desenvolvimento industrial e a expansão da urbanização verificados nas últimas décadas no País, a atividade agrícola continua exercendo um importante papel na vida econômica brasileira. Assim, segundo MESQUITA et alii (1977: 3), a importância da agricultura pode ser medida:

"... através das interações existentes entre o setor agrário e o urbano industrial, traduzidos pelo fornecimento de alimentos para a população e matérias-primas para a indústria, pela liberação de mão-de-obra para o setor não agrário, pela formação de capital para o desenvolvimento econômico, pela possibilidade de importar e pelo estímulo ao crescimento de mercado interno para produtos manufaturados".

Dentre os mesmos, "o suprimento de produtos alimentícios e matérias-primas é certamente a tarefa principal para dar suporte à urbanização e à industrialização" (ALBUQUERQUE, 1985: 69).

Com efeito, existe uma interdependência entre os setores rural e não rural. Essa interação existente entre o urbano e o rural e, também, entre os diversos setores produtivos, dá-se nos dois sentidos, com peso maior daquele setor que maneja o capital. Por conseguinte, o processo de transformação capitalista da agricultura brasileira, ocorrido nas últimas décadas, também chamado de modernização, acentuou a dependência do setor agrícola ao setor industrial (GRAZIANO NETTO, 1982: 68).

Com relação às mudanças da agricultura brasileira, SORJ (1986: 28) afirma que:

"Em fins da década de 1950, e claramente a partir da década de 1960, há uma quebra nos mecanismos de integração da agricultura no padrão de acumulação industrial, seja em termos políticos, seja em termos econômicos, que irá exigir uma reorganização da agricultura a partir da intervenção do Estado e dos grupos chamados a orientar a nova dinamização da produção agrícola e a renovação das estruturas de dominação. O rumo tomado pela reorganização agrária, porém, não estava predeterminado, foram as forças sociais vencedoras a nível de conjunto da sociedade e dentro do campo que orientaram o sentido e as formas de integração da agricultura ao nível da produção e do Estado".

CASTRO et alii (1979: 142) também mostra que a recente transformação da agricultura, com o nível de capitalização verificado, relaciona-se ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro:

"... desde os anos 50, a agricultura toma novos rumos de expansão, onde a chamada 'modernização' da agricultura (mecanização e uso de insumos modernos) somente veio a manifestar-se de forma intensa após a crise dos anos 60. Entretanto, não se pode considerar esse processo de expansão como uma atividade isolada, desvinculada do processo de expansão da economia brasileira como um todo. Ele é resultado de um padrão de acumulação que se aprofunda a partir dos

anos 50 marcando as transformações por que passa, nesse período, a agricultura brasileira.

Nesse sentido, os vínculos existentes entre agricultura e indústria são reforçados e ampliados a partir da década de 60, quando se aprofundam modificações importantes no setor agrícola, em face das novas demandas que se estabelecem a partir da nova política de financiamento para o desenvolvimento do setor industrial da economia brasileira".

De fato, o final dos anos sessenta marca, de um lado, a intensificação de um processo de mudança na base técnica da nossa agricultura, bem como da intensa urbanização e rápido crescimento do emprego não agrícola, que provocam o aumento da demanda de produtos agrícolas. De outro lado, a agricultura torna-se mais articulada com a indústria produtora de insumos e bens de capital de que faz uso e, também, da indústria processadora de produtos agrícolas. Sem dúvida, "o efeito conjunto dos níveis de acumulação industrial, a expansão do mercado urbano e o próprio crescimento da agricultura viabilizaram a utilização crescente de tecnologia mais avançada" (SORJ, 1986: 32).

De acordo com NÓBREGA, em favor do desenvolvimento da agricultura podem ser acionados vários instrumentos de política econômica e social, porém:

"No Brasil, durante muitos anos, coube ao crédito o papel primordial de estimular o desenvolvimento das atividades no campo. Ficaram em segundo plano, assim, mecanismos como a pesquisa, a educação, o investimento em infra-estrutura e a política de preços, áreas em que a ação do governo começa a se fazer mais presente apenas nos últimos dez a quinze anos.

Outros instrumentos, como o seguro e a assistência técnica, nasceram ou se desenvolveram à sombra de programas de crédito rural, tendendo por isso a padecer das mesmas distorções associadas ao financiamento à agricultura" (NÓBREGA, 1985: 81).

Destarte, o principal instrumento que viabilizou a transformação capitalista da agricultura brasileira foi o

favorecimento financeiro dado ao setor agrícola pelo Estado, através da adoção da política de crédito subsidiado que esteve em vigência até há alguns anos atrás.

Nesse mecanismo sempre prevaleceu uma elevada concentração do crédito rural nas mãos dos grandes produtores. A reduzida participação do pequeno produtor talvez encontre justificativa na "forma de organização dos pequenos produtores, em moldes de trabalho familiar, inibições de ordem cultural, e mesmo a distância física das agências bancárias, além de outros fatores" (MUNHOZ, 1982: 50).

Por conseguinte, o processo de transformação agrícola gerou grande diversidade na distribuição espacial dos elementos de modernização. Assim, por exemplo, o Centro-Sul representa a área de maior desenvolvimento agrícola, com os mais altos índices de modernização concentrados nos Estados do Sul e em São Paulo. De acordo com MESQUITA & SILVA (1987: 6):

"... os incentivos do Estado à expansão de cultivos de caráter eminentemente mercantil, associados a um pacote tecnológico que privilegia a mecanização e o uso de insumos modernos reforçou a posição desses Estados no quadro da modernização da agricultura brasileira".

Por outro lado, os estudos do processo de modernização da atividade agrícola, no contexto da expansão do capitalismo no campo com a interferência do Estado, tornam evidente que as transformações processadas na agricultura brasileira ocorreram de forma diferenciada e parcial. Essa parcialidade das transformações pode ser encontrada tanto entre as diferentes regiões do País, como entre as atividades agrícolas e entre os próprios produtores rurais.

GRAZIANO DA SILVA mostra que:

"Em nosso País, a relativa debilidade das transformações capitalistas no campo pode ser também avaliada pela importância que ainda hoje assumem relações de produção como a parceria e o arrendamento, além da pequena propriedade baseada no trabalho familiar. (...)

Em seu conjunto essas formas constituem o que se tem chamado de pequena produção: pequenas áreas com baixas rendas, onde a família do produtor direto constitui a unidade básica de produção e consumo, e onde sua reprodução se realiza sob precárias condições. A pequena produção é responsável em nosso país pela grande parcela da produção de alimentos básicos e também das matérias-primas de transformação industrial. (...)

A pequena produção, conforme se vai inserindo na economia de mercado, passa a ter uma inferioridade cada vez maior em relação à grande propriedade, sendo obrigada a exigir maiores esforços dos que nela trabalham de modo a compensar essa situação desfavorável. Aumenta-se assim, na mesma proporção do atraso dos processos técnicos de exploração da terra, o prolongamento da jornada de trabalho e a incorporação de mulheres e crianças nas atividades agrícolas. Isso não resulta num melhor nível de consumo da família, mas geralmente reflete uma piora desse nível. Definindo-se por uma situação de extrema pauperização, o pequeno produtor revela, no seu padrão de vida, a violência do processo de expropriação a que está submetido. (...)

Assim, de um lado, a pequena produção revela-se como importante no sentido de gerar uma parcela considerável da produção agrícola. De outro, contudo, a sua existência também significa um alto grau de exploração da força de trabalho, devido à necessidade que os trabalhadores têm de intensificar e aumentar a jornada no sentido de obter a subsistência. Além disso, o rebaixamento de salários que ela permite, estimula a manutenção dos baixos níveis de capitalização que se observa na agricultura brasileira" (GRAZIANO DA SILVA, 1982: 35-38).

O fato da pequena produção familiar, em geral, "ter-se orientado para a produção de mercadorias para o mercado interno explica a possibilidade dos preços baixos, mas não os determina" (SORJ, 1986: 24). Em função das formas de subordinação da produção agrícola ao capital industrial ou comercial, quanto menor for o preço pago ao produtor rural, maiores serão os lucros das empresas industriais ou

comerciais que controlam a produção agrícola (SORJ, 1986: 46).

Para GRAZIANO DA SILVA (1982: 131), "a pequena produção está inserida no capitalismo como parte dele mesmo, como uma forma adequada (em determinadas circunstâncias e momentos concretos) ao movimento da acumulação".

Ao analisar o desenvolvimento do capitalismo no campo, SILVA (1979: 7) coloca que:

"Uma das questões mais importantes da análise do desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira é a da compatibilidade entre o desenvolvimento relativamente importante do capitalismo no conjunto da economia e a manutenção de relações predominantemente pré-capitalistas na agricultura".

Com efeito, em decorrência do desenvolvimento capitalista, a pequena produção também modificou o papel desempenhado no contexto da agricultura brasileira. Assim, "os pequenos produtores deixaram de ser produtores de subsistência, no sentido de ofertarem apenas o 'excedente', e passam a produzir fundamentalmente para o mercado" (GRAZIANO DA SILVA, 1982: 139). Além disso, por imposição do capital industrial e comercial, também passaram a ser consumidoras de insumos industriais.

Ainda, de acordo com o autor citado, esse "novo camponês", ligado ao cultivo de hortigranjeiros, frutas de mesa, fumo, vinhos, suínos, etc., situa-se especialmente no Centro-Sul do País. Esses produtores têm o trabalho agrícola organizado com base na mão-de-obra familiar, como é o caso do município de Urubici com a produção de hortaliças, a qual será analisada no capítulo IV.

1.2. Produção familiar - uma discussão conceitual

As análises recentes envolvendo a produção de hortigrangeiros no Brasil têm colocado, geralmente, esse segmento como exemplo de pequena produção mercantil "moderna" (MUSUMECI, 1987: 5).

No presente trabalho, ao ser abordada a produção de hortaliças, que compreende um ramo da produção hortigrangeira, contudo, optou-se por designá-la de "produção familiar".

A propósito do que se entende por "produção familiar", tomou-se por base o que diz Juarez R. Brandão Lopes ao abordar as formas assumidas pela reprodução do capital no campo brasileiro. Em seu estudo, com base nas relações de produção, o mesmo identifica quatro tipos de unidades de organização da produção agrária: a empresa agropecuária capitalista, o latifúndio, a unidade camponesa e a unidade familiar produtora de mercadorias.

No caso das unidades familiares produtoras de mercadorias, afirma:

"Trata-se de pequenos proprietários, arrendatários ou parceiros, com uma exploração agrária mercantil baseada, fundamentalmente, em força de trabalho familiar, que recorrem apenas em caráter suplementar, a trabalho assalariado eventual (LOPES, 1981: 19-20).

Prosseguindo a caracterização dessa unidade de produção agrícola, LOPES esclarece que:

"Como para a empresa agropecuária capitalista, há aqui, também, a tendência para a especialização da produção, estreitando-se os vínculos com o mercado, tanto para a venda como para a compra. Como para os camponeses, os pequenos produtores de mercadorias reproduzem-se, simplesmente, como categoria social; a sua reprodução, porém, ao contrário daqueles, passa primordialmente pelo circuito mercantil. Em tal caso, estando esses pequenos produtores mercantis inseridos na economia capitalista, haveria tendência para serem desalojados pela concorrência das unidades maiores ou para

desenvolverem-se em pequenas empresas capitalistas. Na realidade, a concorrência capitalista impõe aos pequenos produtores o sobretrabalho familiar e o subconsumo. Outras vezes o mesmo resultado é alcançado pela sua subordinação direta ao capital comercial ou industrial (caso de cooperativas ou do fornecimento de matérias-primas agrícolas a indústrias de processamento). Assim, em certos campos de atividade como a hortigranjeira - exigindo o cultivo intenso da terra - o excesso de trabalho da família do pequeno produtor, incluindo o trabalho infantil e feminino, chega a 'compensar' as vantagens da grande empresa e garante a sua permanência como pequeno produtor de mercadorias. É pois, na produção hortigranjeira, nos arredores de São Paulo e do Rio de Janeiro, altamente especializada e de trabalho - intensivo, bem como em outros casos similares (...), onde encontramos no Brasil as situações mais nítidas da pequena produção agrária mercantil (LOPES, 1981: 20).

A unidade de produção familiar, em síntese, é "aquela na qual a produção é efetuada pela participação no trabalho do grupo familiar, isto é, em que a relação do trabalhador com os meios de produção aparece mediada por sua relação - dada ou adquirida - de parentesco" (LOVISOLO, 1989: 92).

A produção agrária organizada com base no trabalho familiar tem sido designada por diferentes autores, também, de "pequena Produção"⁴ [Cf. entre outros, o próprio LOPES (1978), GRAZIANO DA SILVA (1982), WILKINSON (1986), SORJ (1986) e MUSUMECI (1987)].

Essa mesma categoria de produtores de mercadorias, mediante a adoção da tecnificação do processo produtivo, foi também referida por GRAZIANO DA SILVA (1982) como "neocampesinato". Todavia, sem entrar no mérito dessas questões que não cabem ser discutidas aqui, ressaltamos que os conceitos de "campesinato", "camponês" e "produção camponesa", envolvem certas controvérsias e polémicas teóricas e políticas entre diferentes correntes da literatura sobre o tema.

Com efeito, existe uma certa indefinição e ambigüidade conceitual com referência às categorias usuais

na análise das pequenas unidades estruturadas com base no trabalho familiar (MUSUMECI, 1987: 14).

Conforme mostra LOVISOLO (1989:126), aparecem diferenças sistemáticas entre as próprias unidades de produção familiar. Em vista disso:

"Distintas tentativas têm sido realizadas para agrupar as unidades de produção familiar na agricultura, para reduzir sua diversidade a conjuntos homogêneos. As tipologias construídas não têm um interesse meramente classificatório. (...) As tipologias operam sobre a base de eixos distintos; a magnitude dos fatores (terra, força de trabalho, meios de produção, etc.); nas orientações das unidades (subsistência, mercado, autoconsumo, etc.); as relações sociais (trabalho familiar e trabalho assalariado); as relações com outros grupos (pagamento de renda, relação com o Estado, etc.) e até a dimensão de uma definição cultural das unidades familiares".

Na área objeto deste estudo, muitas das referidas diversidades efetivamente foram constatadas. Assim, o termo "produção familiar" foi empregado neste trabalho no sentido descritivo para designar, no caso das hortaliças, a produção agrícola assentada fundamentalmente no uso do trabalho familiar. Por conseguinte, o trabalho assalariado quando aparece, via de regra, tem o sentido eventual ou suplementar à mão-de-obra familiar.

1.3. Procedimentos da pesquisa

Para a realização deste estudo foram levantados dados e informações a partir, primeiro, de fontes secundárias e, segundo, da pesquisa direta entre os produtores de hortaliças e algumas pessoas ligadas ao setor agrícola do município. Ou seja, foi desenvolvido um trabalho de gabinete e outro de campo.

O trabalho de gabinete constou de uma consulta às fontes bibliográficas e estatísticas disponíveis, visando à

coleta de subsídios e dados que pudessem auxiliar na análise proposta.

Com base nos dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, referentes ao período 1960/85, analisou-se as características e a evolução agrária do município no sentido de interpretar as transformações que vêm ocorrendo na área. Para tanto, foram considerados alguns indicadores constantes dos censos, tais como: estrutura fundiária, condição do produtor, uso da terra, pessoal ocupado, implementos agrícolas, insumos, financiamentos, composição das despesas, produção agrícola e pecuária.

Além disso, foram também obtidas algumas informações estatísticas junto ao Escritório Local da ACARESC/Urubici, especialmente no que tange à produção de hortaliças.

O desenvolvimento do trabalho de campo constou de um processo de investigação, realizado através de três tipos de entrevistas, com elementos das diferentes categorias ocupacionais do meio agrícola:

Assim, inicialmente, a pesquisa direta foi realizada mediante a aplicação de 50 questionários entre os produtores hortícolas, selecionados pelo processo de amostragem sistemática³. A investigação foi realizada percorrendo-se as estradas que demandam às principais localidades produtoras de hortaliças.

O questionário⁴, previamente elaborado e testado, procurou contemplar questões referentes ao produtor e à unidade produtora de hortaliças. As indagações abordaram os seguintes tópicos: a) caracterização do produtor; b) aspectos do estabelecimento agrícola; c) aspectos da lavoura no estabelecimento pesquisado; d) crédito rural;

e) assistência técnica: f) força de trabalho e g) comercialização da produção (Anexo I).

Numa segunda etapa procurou-se entrevistar horticultores e outras pessoas ligadas ao setor rural. As entrevistas não obedeceram a nenhum roteiro prévio e buscaram, de maneira informal, colher informações sobre a realidade vivenciada pela experiência de cada entrevistado.

O terceiro procedimento consistiu na realização de entrevistas gravadas envolvendo dois técnicos do Escritório Local da ACARESC/Urubici, um produtor tradicional de hortaliças e um ex-horticultor.

Essas entrevistas foram conduzidas tendo como orientação básica os principais itens do questionário anteriormente referido. Na medida do possível procurou-se, também, estabelecer um diálogo informal. O objetivo de tal procedimento foi de permitir aos entrevistados maior liberdade em suas considerações, visando melhor apreender a visão que têm da horticultura de Urubici.

Afora as entrevistas, a coleta de dados secundários e a consulta às fontes bibliográficas, as inúmeras visitas realizadas ao município, percorrendo-se a área produtora de hortaliças, resultaram, também, numa série de observações in loco. Essas observações diretas registradas em diário de campo, juntamente com os contatos mantidos com diferentes pessoas da comunidade, muito contribuíram na elaboração do presente estudo.

Finalmente, os dados levantados em gabinete e campo foram trabalhados visando à classificação e tabulação. Em seguida procedeu-se à confecção de tabelas, gráficos e mapas que, posteriormente, foram analisados e interpretados, culminando com a redação do relatório final da pesquisa.

NOTAS

- ‘1’ Estrutura Agrária - "é o conjunto das condições fundiárias e sociais das regiões rurais (A. Meynier, 1967). Entende-se como condições fundiárias e sociais: a condição legal das terras, a condição do produtor, a condição de propriedade da terra, a forma de utilização da terra, etc." (RIBEIRO, 1982: 1(1): 50).
- ‘2’ Para uma revisão da análise abordando a pequena produção na agricultura brasileira veja, entre os inúmeros estudos que tratam do tema, CASTRO, Ana Célia et alii. 1979. Evolução recente e situação atual da agricultura Brasileira: síntese das transformações. Brasília, BINAGRI.
- ‘3’ A amostragem foi obtida com base no processo de seleção sistemática (estimando-se o universo em 500 unidades produtivas), conforme: CRUZ, José. 1978. Amostragem estatística - noções básicas. Aracaju, UFS. No esquema, o primeiro entrevistado foi escolhido por um processo de sorteio de forma aleatória simples e, os demais, mediante um intervalo uniforme. Esse levantamento foi efetuado no período compreendido entre março e abril de 1990.
- ‘4’ O questionário foi elaborado tomando-se por base:
- a) o questionário utilizado na pesquisa "Produção e Comercialização de Hortaliças no Município de Antônio Carlos - Santa Catarina" (PRATES & CORRÊA, 1987. Florianópolis, Relatório de Pesquisa CNPq/UFSC).
 - b) o questionário aplicado no estudo "Região Geoeconômica de Brasília: a produção de bens alimentares básicos e hortícolas e o mercado da Capital Federal" (SÁ et alii, 1984. Rio de Janeiro, IBGE, 46(1): 79-196, jan./mar.).

C A P Í T U L O I I

CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Urubici (Figura 01) possui uma área de 1.293 Km² e está localizado na região serrana catarinense⁽¹⁾. Segundo a divisão adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE⁽²⁾, a partir de 1990, Urubici integra a Microrregião dos Campos de Lages, juntamente com outros onze municípios (Figura 02).

Essa microrregião caracteriza-se por ocupar um planalto de topografia suave, sulcado por vales fluviais. A vegetação típica corresponde aos campos naturais e mata de araucárias à qual se associam outras espécies folhosas. "As condições naturais favoreceram a agropecuária extensiva, a fruticultura de clima temperado, a extração de madeira e a fabricação de papel e papelão" (PRATES et alii, 1989: 26).

A sede do município - cidade de Urubici - situa-se nas margens do rio Urubici, afluente do Canoas, a cerca de 915 metros de altitude (possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 28° 00' 48" de latitude Sul e 49° 35' 22" de longitude Oeste de Greenwich).

Com respeito às comunicações (FIGURA 03), a modalidade de transporte que permite a integração de Urubici com os municípios vizinhos e outras regiões do Estado e do País, restringe-se às estradas de rodagem. O município é cortado por duas rodovias, sendo que a sua principal via de acesso é a SC-430, por ser a única rodovia com pavimentação asfáltica no trecho em que faz ligação com a BR-282 no município de Bom Retiro.

As demais vias de acesso que demandam a outros municípios, embora sejam estradas estaduais com tráfego permanente, não possuem pavimentação, pelo menos no que diz respeito aos trechos compreendidos dentro do território urubiciense. Assim, a mesma SC-430, indo em direção a São Joaquim, encontra-se revestida de asfalto somente a partir

MUNICÍPIO DE URUBICI

— POSIÇÃO GEOGRÁFICA —

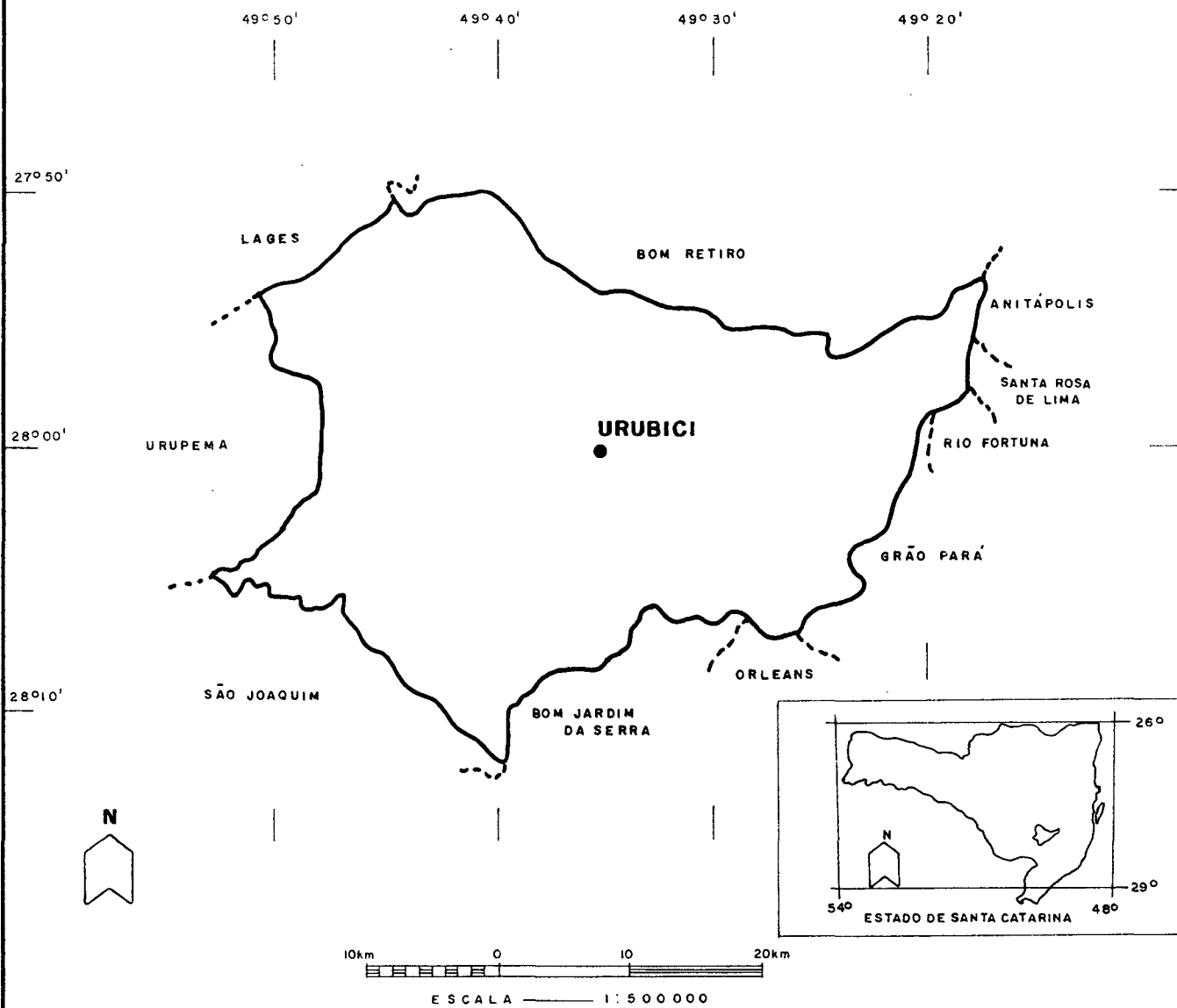


FIGURA 01

REALIZAÇÃO: C.J. ISRAEL

FONTE: MAPA POLÍTICO DE SANTA CATARINA — GAPLAN, 1986.

DES.: CAL / NOV. 90.

MICRORREGIÃO DOS CAMPOS DE LAGES (SC)

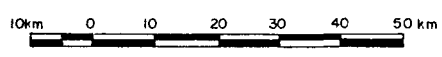
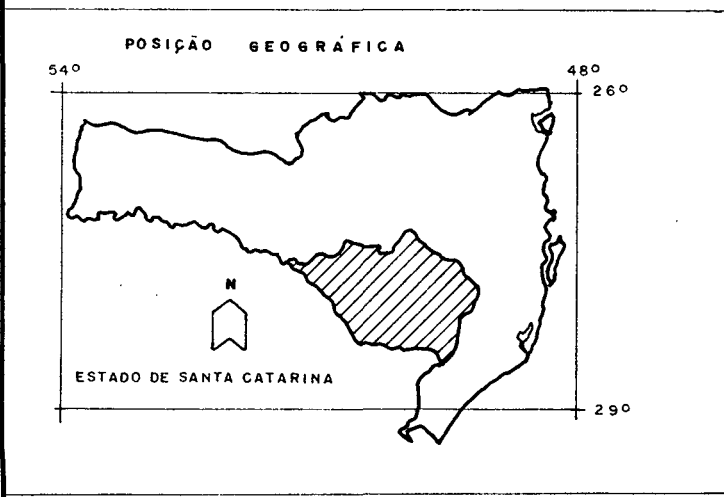
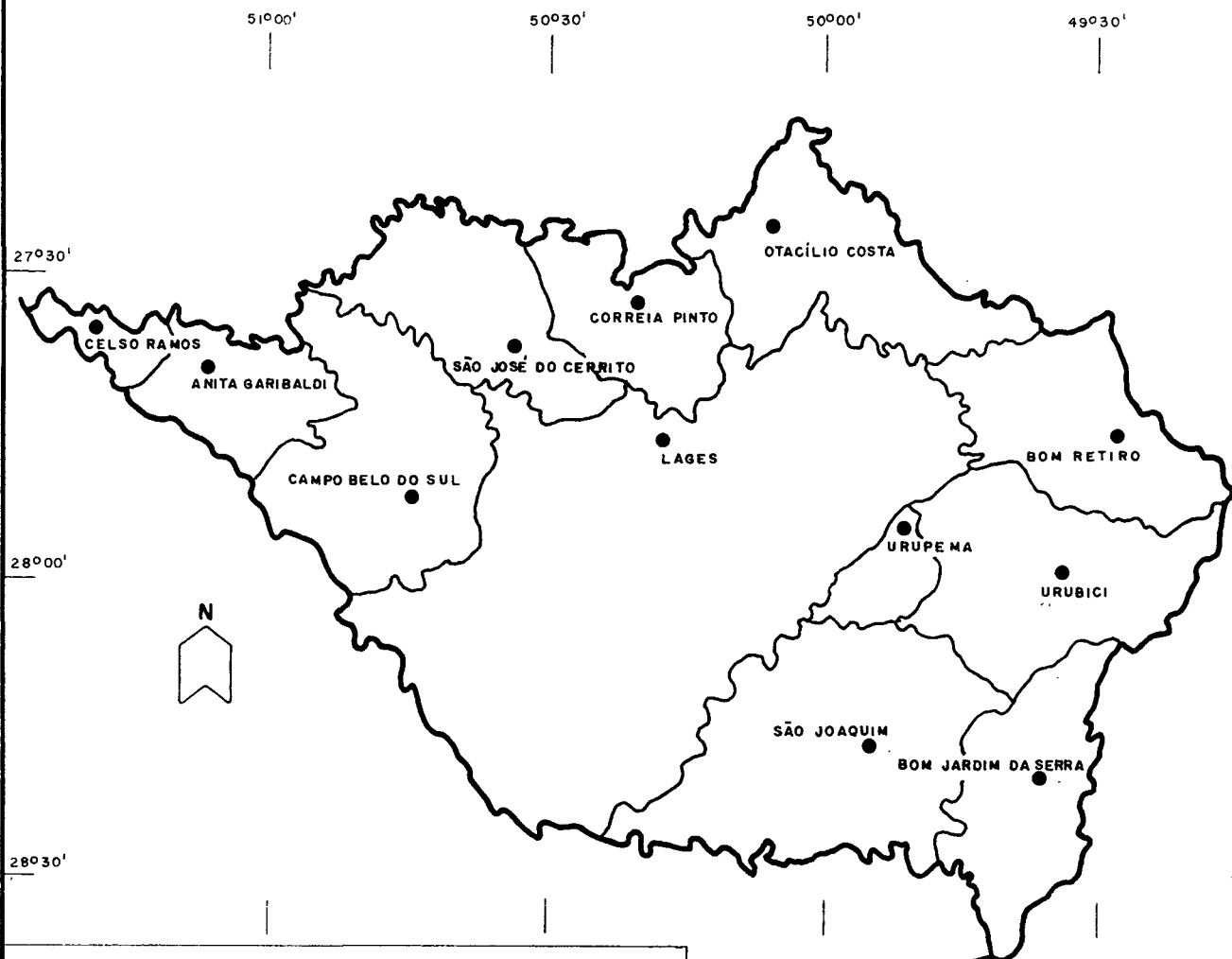


FIGURA 02

REALIZAÇÃO: C. J. ISRAEL

MUNICÍPIO DE URUBICÍ

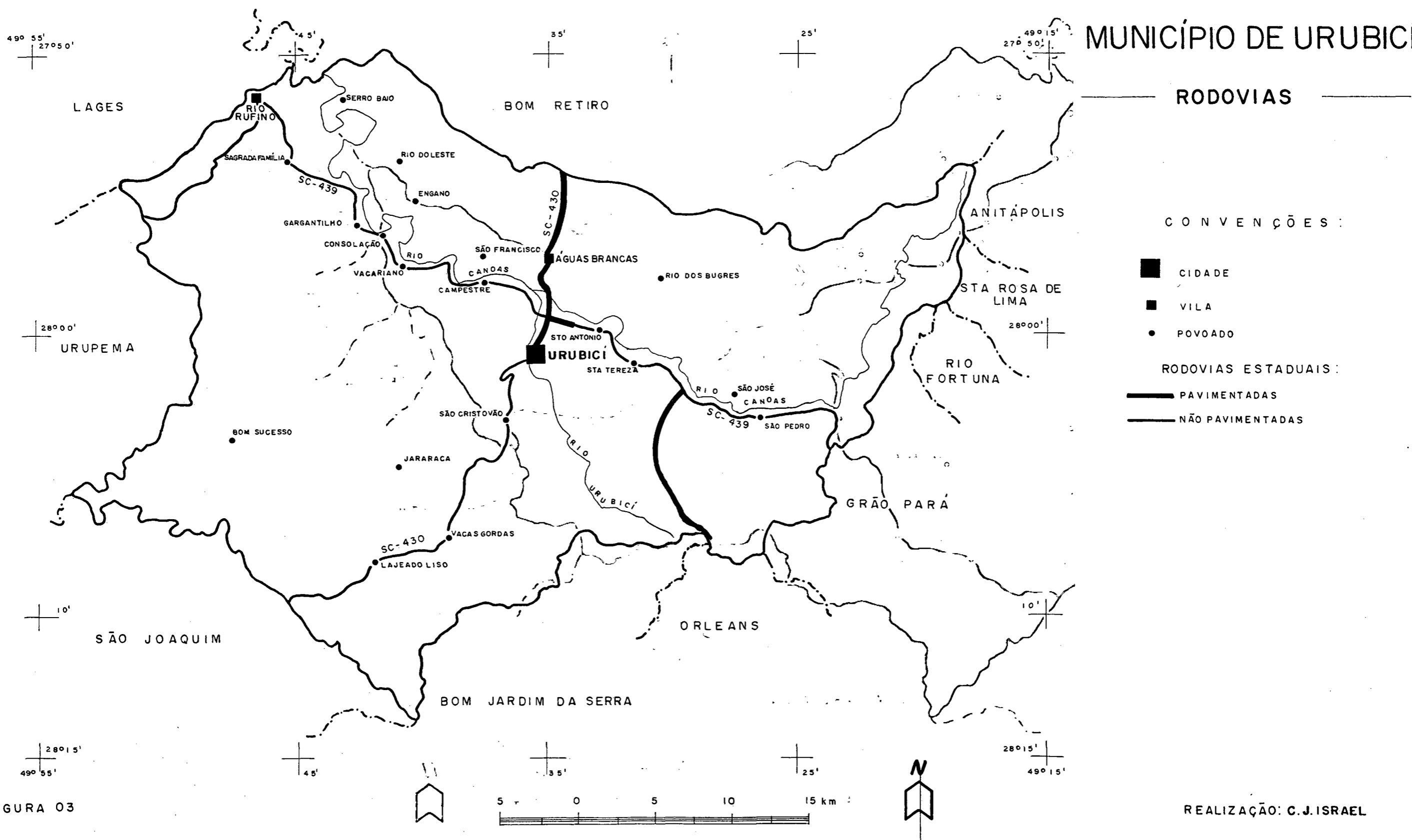


FIGURA 03

FONTE: ADAPTADO DO ATLAS DE S.C.-GAPLAN, 1986.

REALIZAÇÃO: C.J. ISRAEL

DES.: CAL / MAR. 91.

do povoado de Cruzeiro, dentro dos limites daquele município.

A SC-439 corta o município acompanhando o rio Canoas até o distrito de Rio Rufino e, daí, liga-se ao município de Urupema bem como permite a ligação com a BR-282. No outro sentido, ou seja, subindo o vale do Canoas, corta a Serra do Corvo Branco (Serra Geral) permitindo a ligação com Grão-Pará e, a partir daí, com toda a região do Litoral Sul Catarinense. O povoado de Santa Tereza está ligado ao Morro da Igreja por uma estrada pavimentada, devido à localização nessa área do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - CINDACTA.

Para as comunicações com os diferentes recantos do município, essas duas rodovias principais são alimentadas por estradas municipais. Possuem características mais precárias, porém, algumas, permitem seu uso por carros mesmo com a ocorrência de chuvas, visto serem cobertas com cascalho.

Pelo exposto, pode-se concluir que o sistema de transporte, responsável pela distribuição e escoamento da produção municipal, além da locomoção da população, apresenta-se bastante precário com reflexos negativos à economia do município.

2.1. Aspectos físicos

2.1.1. Relevo e hidrografia

O município de Urubici, do ponto de vista geológico, ocupa uma pequena extensão da área de domínio da Bacia Sedimentar do Paraná, onde afloram rochas do Paleozóico e Mesozóico, além de alguns sedimentos do Cenozóico.

A divisão estratigráfica^(a) das rochas dessa Bacia na área do município (Figura 04), é a seguinte:

Paleozóico - apresenta rochas sedimentares de idade Permiana Superior, pertencentes ao Grupo Passa Dois, constituídas por duas formações.

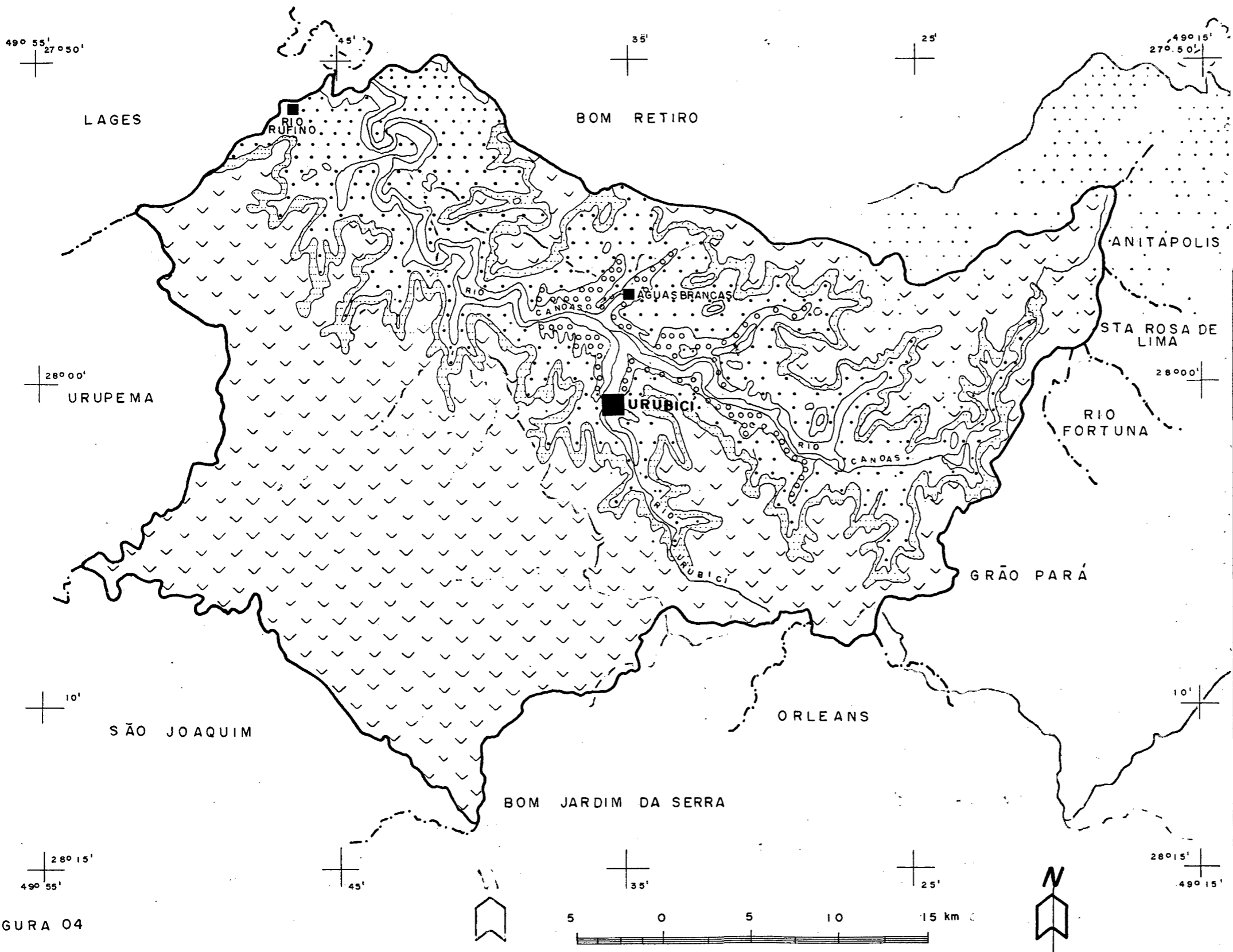
- a) Formação Terezina: os sedimentos afloram numa pequena faixa ao longo de um trecho do vale do Canoas, cujos limites aproximados são as localidades de São Francisco e São José. As rochas típicas são argilitos, siltitos, arenitos finos e folhelhos.
- b) Formação Rio do Rasto: corresponde aos terrenos da maior parte do fundo e encostas do vale do Canoas e seus principais afluentes. Os sedimentos apresentam coloração variada sendo representados basicamente por siltitos, argilitos e arenitos.

Mesozóico - as rochas que afloram no município pertencem ao Grupo São Bento e correspondem a duas formações.

- a) Formação Botucatu: a sua expressão em afloramentos restringe-se a uma faixa estreita e contínua ao longo das vertentes do vale do Canoas, cobrindo os sedimentos da Formação Rio do Rasto e sendo recoberta pelas lavas basálticas. É formada por arenitos avermelhados de origem eólica e conhecidos pela denominação "Arenito Botucatu".
- b) Formação Serra Geral: é constituída essencialmente por rochas efusivas basálticas, originadas pelo intenso vulcanismo que afetou enorme extensão da Bacia do Paraná em sucessivos derrames de lavas. Os afloramentos de rochas eruptivas basálticas, que aparecem capeando o Arenito Botucatu,

MUNICÍPIO DE URUBICÍ

GEOLOGIA



COLUNA ESTRATIGRÁFICA DOS AFLORAMENTOS DA BACIA DO PARANA			
UNIDADES CRONO GEOLÓGICAS		CONVENÇÕES	UNIDADES ESTRATIGRÁFICAS
CENOZÓICO	QUATERNÁRIO		SEDIMENTOS CONTINENTAIS
	MESOZÓICO	TRIÁSSICO JURÁSSICO CRETÁCEO	
			FORMAÇÃO BOTUCATU
PALEOZÓICO	PERMIANO		FORMAÇÃO RIO DO RASTO
			FORMAÇÃO TEREZINA

FIGURA 04

REALIZAÇÃO: C.J. ISRAEL

FONTE: ADAPTADO DO MAPA GEOLÓGICO DE SC. - DNPM / SC - SIC . 1986.

constituem a maior parte da área do município, sendo sua extensão interrompida pela presença do rio Canoas e curso inferior de seus tributários que escavaram um vale bastante profundo. O limite leste dessa formação é marcado por uma escarpa abrupta - a Serra Geral.

Cenozóico - ao longo do vale do Canoas, desde as proximidades da localidade de São José, pouco abaixo da cota de 940 metros, até seu limite com os municípios de Bom Retiro e Lages, junto à calha do rio Canoas, bem como no baixo curso de alguns de seus afluentes, verifica-se a ocorrência de depósitos de sedimentos quaternários, que formam níveis de planícies e terraços. Naturalmente, trata-se de depósitos fluviais representados, sobretudo, por areias e argilas provenientes da alteração das rochas mencionadas anteriormente.

Em função de sua formação e evolução geológica, Urubici caracteriza-se, sob o aspecto topográfico, como uma região tipicamente de planalto, cujas altitudes máximas colocam-se entre as mais elevadas do Estado.

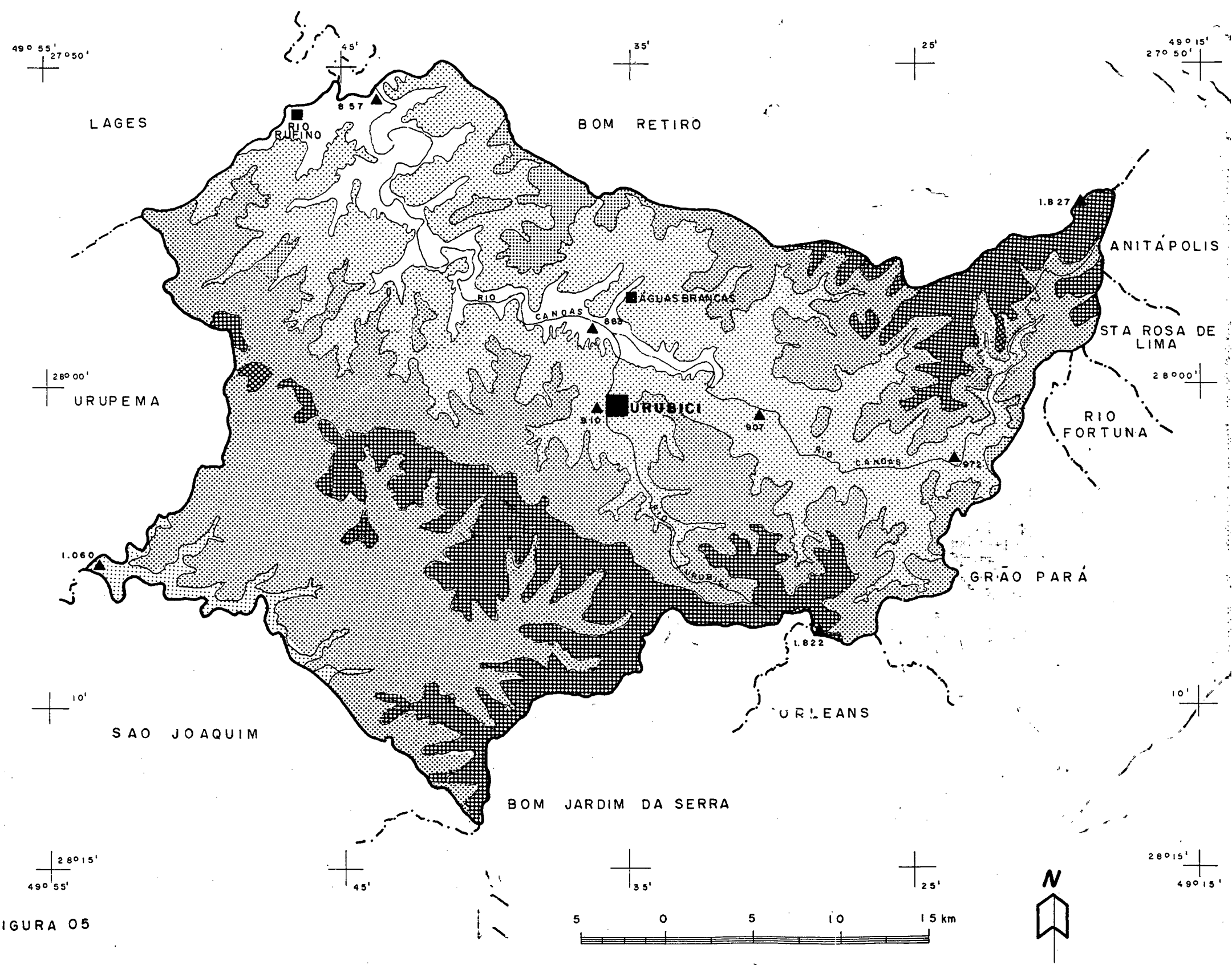
Como pode-se observar, com base nos dados hipsométricos (Figura 05), as altitudes variam desde cerca de 850 metros, nas margens do Canoas próximo à fronteira com os municípios de Bom Retiro e Lages, até 1827 metros no Morro da Boa Vista. Este representa o ponto culminante do Estado de Santa Catarina, localizado na Serra da Anta Gorda, na divisa com Bom Retiro. O segundo ponto mais alto do município é o Morro da Igreja, com 1822 metros, localizado na Serra Geral e que marca os limites com os municípios de Bom Jardim da Serra e Orleans.

As superfícies mais elevadas do relevo coincidem com a faixa oriental do planalto, como consequência da tectônica

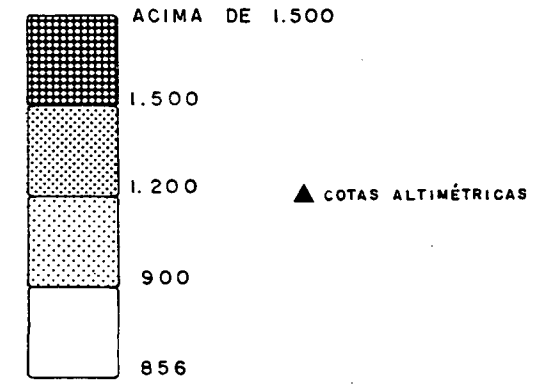
TOPOGRAFIA

MUNICÍPIO DE URUBICÍ

HIPSOMETRIA



CONVENÇÕES:



ALTITUDES EM METROS

FIGURA 05

FONTE: CARTAS TOPOGRÁFICAS, IBGE, ESCALA 1:50 000

REALIZAÇÃO: C.J. ISRAEL

DES.: CAL / MAR 91.

que afetou a Bacia do Paraná provocando o soerguimento de sua borda leste e o basculamento das camadas para oeste.

Com referência ao relevo, portanto, o município de Urubici acha-se inteiramente situado na área do Planalto Catarinense. Todavia, em função de suas características geológicas e geomorfológicas, esse planalto costuma ser subdividido em diversas unidades ou domínios morfológicos. Assim, a área do município encontra-se, uma parte integrando o Planalto de Lages e, outra, o Planalto Ocidental que também é conhecido por Planalto Basáltico-Arenítico (Figura 06) ←

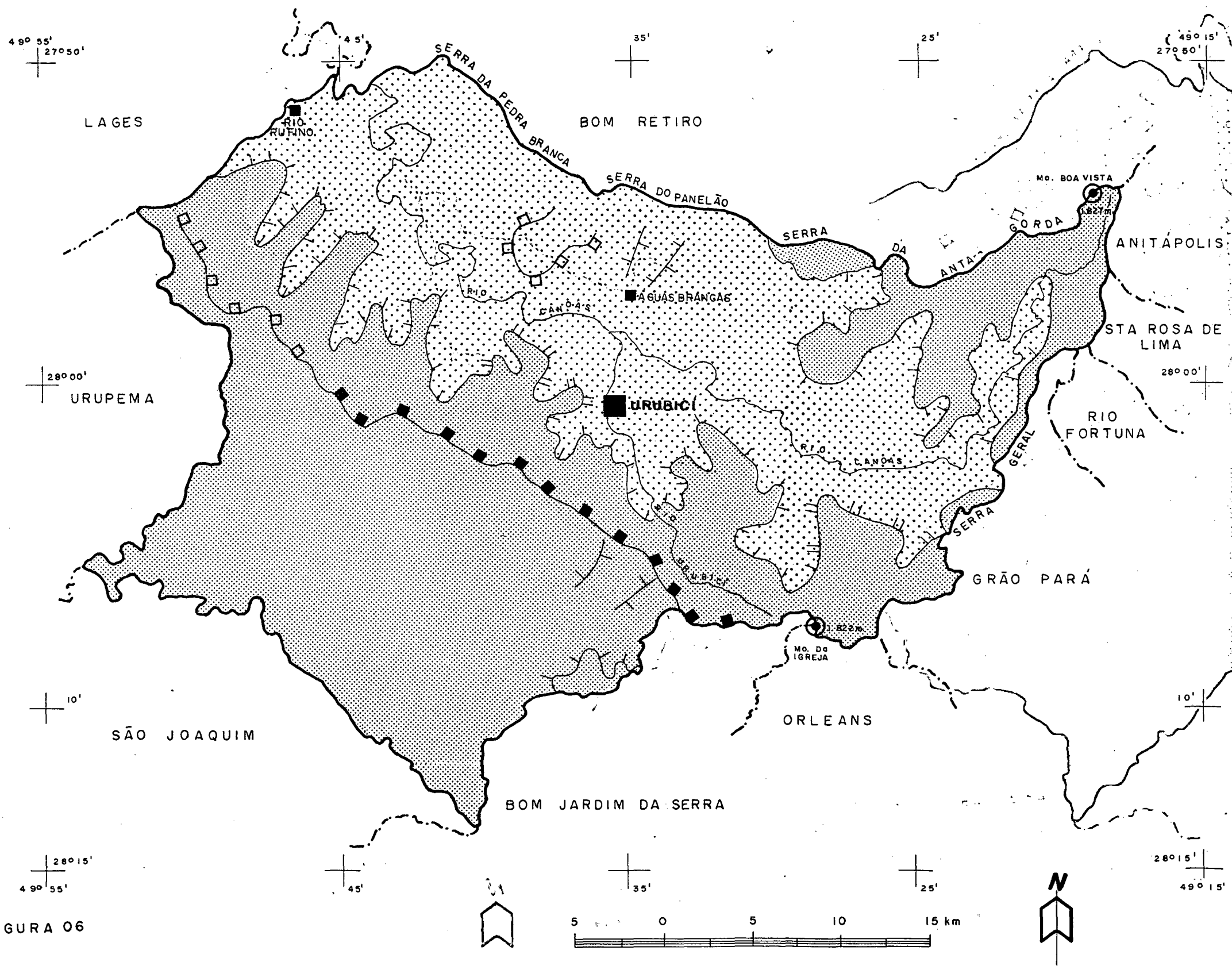
a) Planalto de Lages - esse planalto, que aparece engolfado na borda centro oriental do Planalto Basáltico-Arenítico Catarinense, apresenta uma característica particular, pois "deriva de uma estrutura dômica - o Complexo Alcalino de Lages" (BORTOLUZZI, 1987: 214).

O desgaste da estrutura domática desse planalto, segundo MONTEIRO (1987: 67) "implicou num recuo acentuado dos terrenos basálticos, que passaram a desenhar um recorte grosseiramente quadrangular". Por conseguinte, o mesmo caracteriza-se pelo afloramento de sedimentos paleozóicos e mesozóicos da Bacia do Paraná, além de rochas alcalinas na área do Domo de Lages. Por sua vez, as peculiaridades do relevo desse planalto refletem a influência da intrusão que deu origem ao referido "domo".

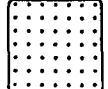
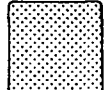
Em território urubiciense, especificamente, a parcela da área que integra essa unidade do relevo catarinense, devido à ação dos processos endógenos, expõe sedimentos do Grupo Passa Dois ao longo de grande parte do vale do Canoas. Nessa área, as vertentes que ladeiam o vale apresentam-se bastante abruptas, com um desnível que atinge mais de 200 metros do topo ao fundo do vale (GAPLAN, 1986: 32). Nas

MUNICÍPIO DE URUBICÍ

GEOMORFOLOGIA



CONVENÇÕES:

- UNIDADES GEOMORFOLÓGICAS
-  PLANALTO DE LAGES
 -  PLANALTO OCIDENTAL OU BASÁLTICO-ARENÍTICO

SÍMBOLOS:



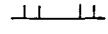
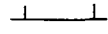
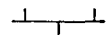
-  ESCARPA DE FALHA OU DE LINHA DE FALHA
-  BORDA DE PATAMAR ESTRUTURAL
-  RESSALTO
-  ESCARPA
-  CRISTA SIMÉTRICA

FIGURA 06

REALIZAÇÃO: C.J. ISRAEL

FONTE: ADAPTADO E MODIFICADO DO ATLAS DE S.C. - GAPLAN, 1986.

áreas mais baixas do fundo do vale, acompanhando as margens do rio Canoas e confluência de alguns de seus tributários, aparece uma estreita planície de inundação - a várzea.

Da antiga cobertura de lavas basálticas, alguns resíduos ainda aparecem ao norte do município, no topo das Serras da Anta Gorda, Panelão e de parte da Serra da Pedra Branca.

b) Planalto Ocidental ou Basáltico-Arenítico - corresponde ao maior domínio do relevo catarinense, caracterizado pela ocorrência de rochas eruptivas basálticas que recobrem o Arenito Botucatu.

Os limites orientais desse planalto são representados pelas escarpas abruptas que formam a Serra Geral, que, no município de Urubici, alcança altitudes superiores a 1.800 metros e recebe denominações locais como, Serra do Corvo Branco e Campo dos Padres. O relevo desenvolve-se para oeste apresentando uma sucessão de patamares, tanto de grande como de pequena extensão (Figura 07).

A drenagem, devido ao forte gradiente e à diferente natureza das rochas, escava sulcos profundos dando origem a vales encaixados no planalto basáltico, com morros de aspecto tabular, cujos topos permanecem como testemunho do antigo nível do relevo. Regionalmente esses interflúvios recebem o nome de serras.

Em decorrência da litologia e das características morfológicas, os solos predominantes no município são indicados, de modo geral, para uso com pastagens, silvicultura e culturas permanentes. Os solos de melhor aptidão para uso agrícola, com culturas temporárias, são encontrados ao longo do fundo do vale do rio Canoas, onde a fertilidade é mais elevada, especialmente nas várzeas, sendo que a suavidade da topografia favorece a mecanização. Por

VISTA ESQUEMÁTICA DA SERRA GERAL E DO PLANALTO

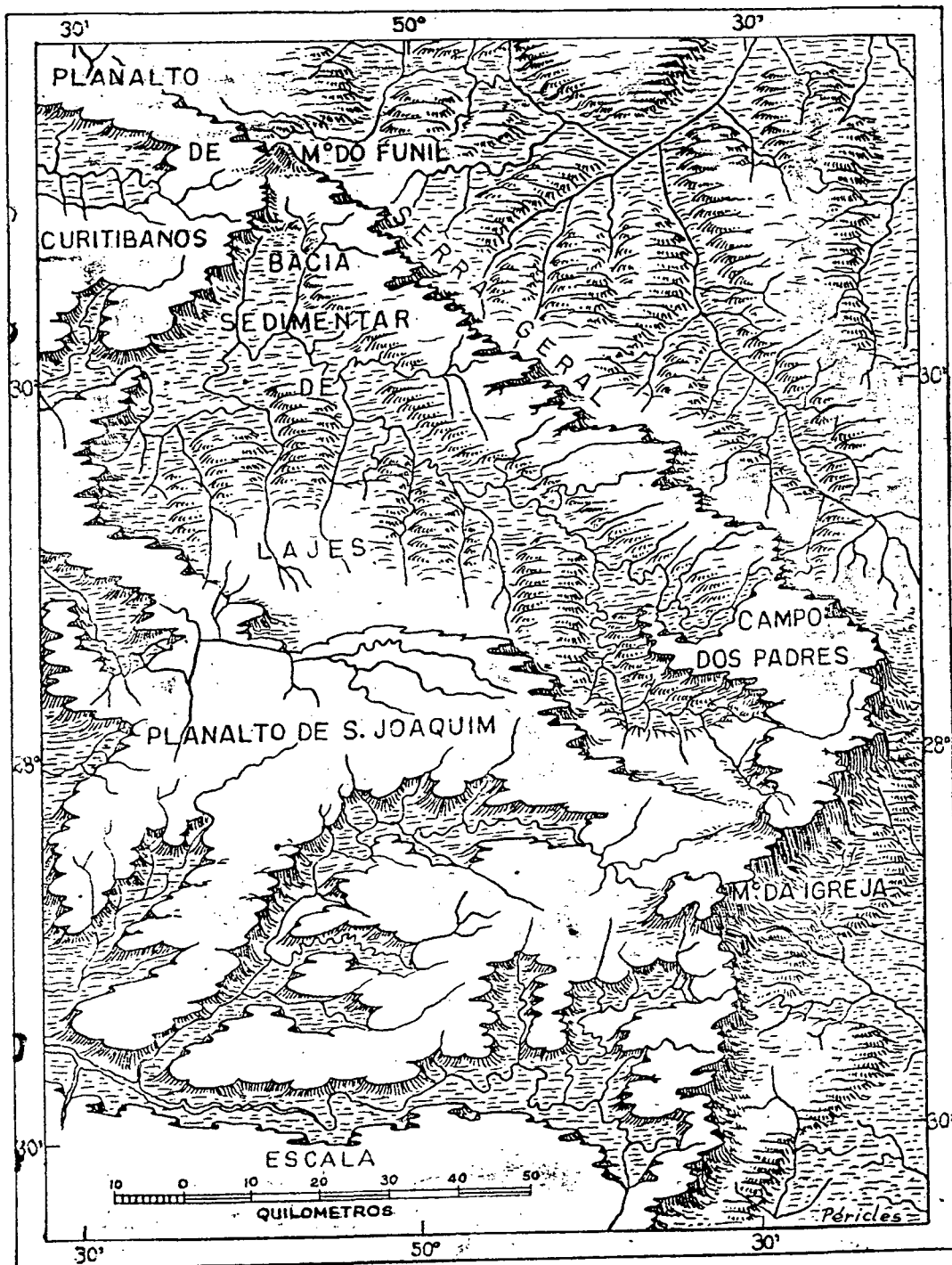


FIGURA 07

FONTE: PELUSO JR., V.A. PAISAGENS CATARINENSES . IN: BOLETIM GEOGRÁFICO ,
FLORIANÓPOLIS , DE 6C , I (1) : 57, 1947.

consequente, esse vale constitui-se numa paisagem tipicamente agrícola onde aparece com destaque o cultivo de hortaliças.

A rede hidrográfica (Figura 08) é representada, sobretudo, pelo alto curso da bacia do Canoas. Entre os seus afluentes destacam-se, pela margem direita, os rios: das Antas, dos Bugres, Águas Brancas, do Sérgio, do Engano e do Leste; pela margem esquerda, os rios: do Bispo, Cachimbo, Urubici, Vacariano, Gargantilho, do Tigre e Rufino que em sua maior extensão marca a divisa com Lages.

→ O rio Canoas nasce no Campo dos Padres, a quase 1.800 metros de altitude. Inicialmente corre na direção NE-SW, e na altitude aproximada de 970 metros, ao formar um cotovelo, toma a direção SE-NW. No município de Urubici o Canoas apresenta um vale encaixado com patamares nas vertentes, onde o controle estrutural é evidenciado pelos cotovelos e grande número de cachoeiras. Em muitos rios da bacia do Canoas, nas áreas de contato das rochas basálticas com as areníticas, é comum a ocorrência de quedas d'água.

A outra bacia hidrográfica que drena terras de Urubici é a do alto curso do rio Lava-Tudo, afluente do rio Pelotas. Entre os seus tributários na área do município destacam-se, pela margem direita, os rios: Crioulas, do Correia, Pessegueiro e Tapera que serve de divisa com Urupema. Pela margem esquerda, os rios: Morro Grande, Lajeado Liso e Pericó que estabelece o limite com São Joaquim.

O rio Lava-Tudo nasce nos Campos de Santa Bárbara a cerca de 1.700 metros de altitude e, ao deixar o município, já desceu para 1.060 metros. Inicialmente corre na direção E-W até encontrar o rio Pericó. A partir daí toma a direção SE-NW até a confluência com o rio Tapera, quando afasta-se do município de Urubici.

MUNICÍPIO DE URUBICÍ

HIDROGRAFIA

- ① BACIA DO RIO CANOAS
- ② BACIA DO RIO LAVA-TUDO

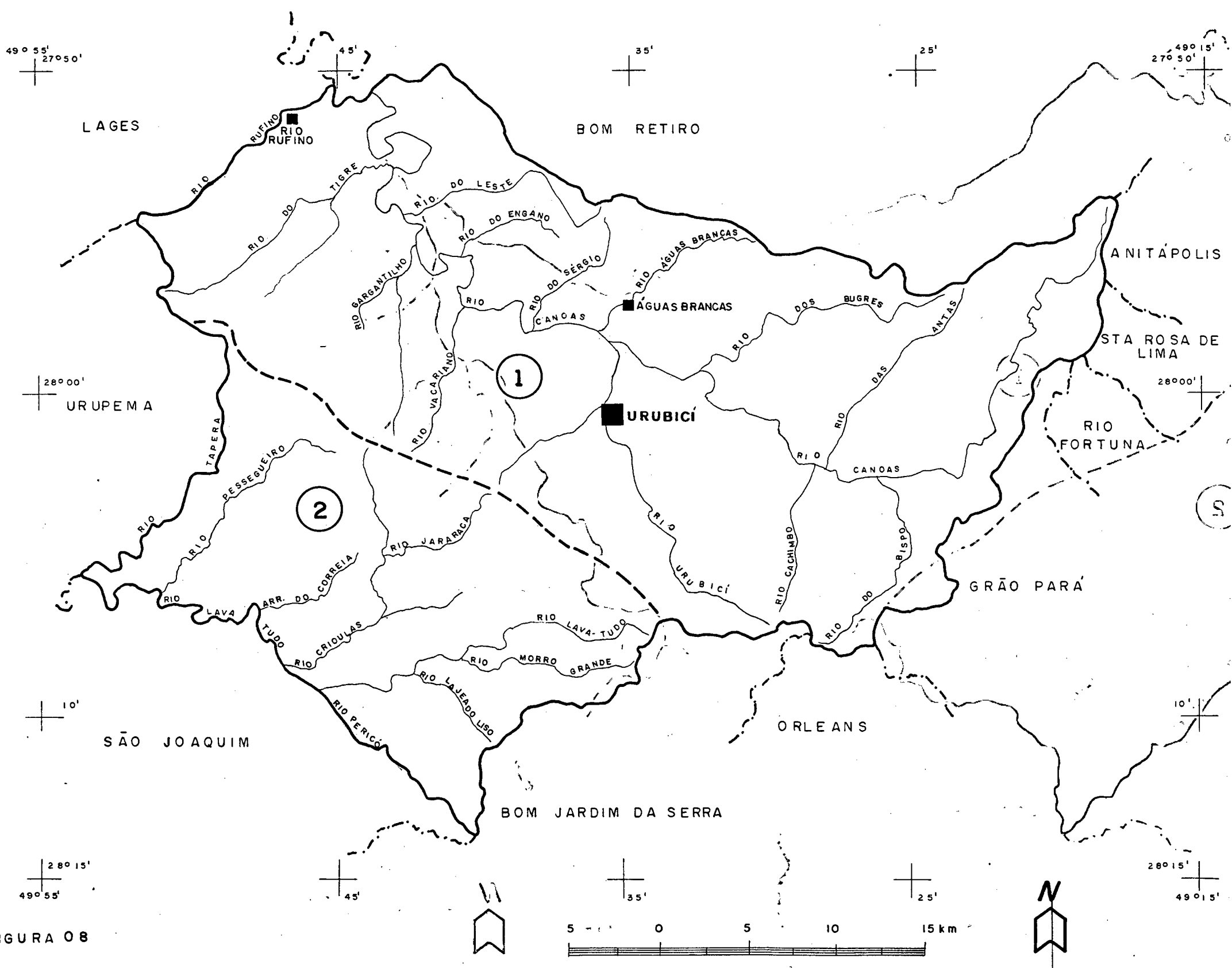


FIGURA 08

FONTE: ADAPTADO DO ATLAS DE S.C.-GAPLAN, 1986.

REALIZAÇÃO: C.J.ISRAEL

A bacia do Lava-Tudo drena uma área de terrenos basálticos caracterizados por degraus que formam patamares. O controle estrutural manifesta-se na orientação da drenagem e na formação de lajeados e corredeiras.

2.1.2. Clima e vegetação

O município de Urubici, pela posição geográfica que ocupa no Estado de Santa Catarina e, também, devido suas características topográficas, caracteriza-se pela subtropicalidade do clima.

De acordo com o comportamento anual dos elementos do clima, segundo a classificação de Köppen, o município acha-se inserido na área de domínio do clima Mesotérmico Úmido de verão brando (Cfb)⁽⁴⁾ (Figura 09).

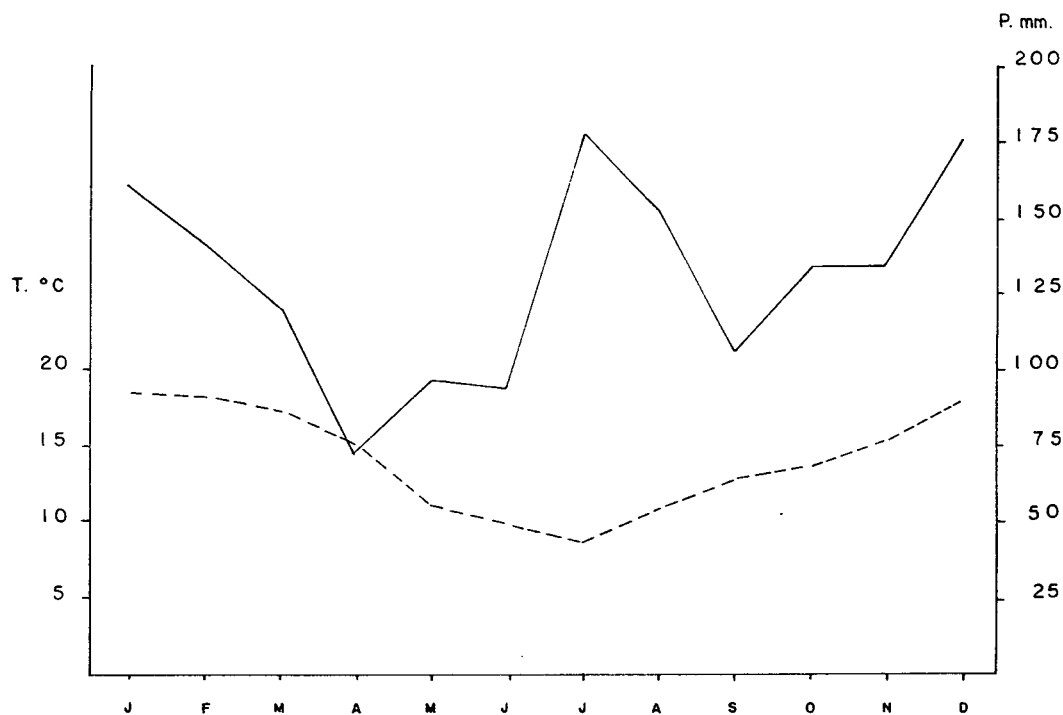
Segundo os dados meteorológicos da cidade de Urubici (ORSELLI e SILVA, 1988), a temperatura média anual é de 14,3°C, sendo janeiro o mês mais quente com 18,6°C e julho o mês mais frio com temperatura média de 8,7°C.

Durante o inverno, quando as temperaturas atingem valores próximos a 0°C ou até negativos, as geadas são freqüentes em todo o município e, esporadicamente, neve, notadamente nas áreas mais elevadas. Tais acontecimentos impõem restrições ao calendário agrícola, a fim de se evitar prejuízos nas lavouras. Todavia, além de possibilitar a produção de cultivos temperados, o clima, através das ondas de frio características do inverno, auxilia o agricultor na eliminação de muitas pragas.

Quanto à umidade⁽⁵⁾, as precipitações são bem distribuídas no decorrer do ano, não havendo estação seca definida. Tal fato apresenta-se relacionado com as massas de ar tropicais e polares que atuam sobre o território

GRÁFICO TERMO-PLUVIOMÉTRICO DE URUBICI

LAT. 28° 00' 54" S.
LONG. 49° 35' 30" W. Gr.
ALT. 1111,00 m.



ESCALAS :

TEMPERATURA — 1,0 cm = 5°C

PRECIPITAÇÃO — 1,0 cm = 25 mm.

CONVENÇÕES :

----- TEMPERATURA

————— PRECIPITAÇÃO

FIGURA 09

REALIZAÇÃO: C. J. ISRAEL

catarinense. A precipitação média anual, na cidade de Urubici, é de 1.571 mm.

A cobertura vegetal original do município (Figura 10) apresenta-se profundamente descaracterizada pela ação antrópica, como resultado da exploração da floresta para extração de madeira; da derrubada para implantação das lavouras e formação de pastos, bem como para obtenção de lenha.

A vegetação primária da região pode ser dividida em duas formações vegetais bem distintas:

a) Floresta Ombrófila Mista - também conhecida como Mata de Araucária ou Pinhais, além de outras denominações.



Trata-se de uma floresta heterogênea formada de árvores aciculifoliadas e latifoliadas. Em sua composição, no estrato superior, destaca-se o pinheiro (Araucária angustifolia) que pode atingir 40 metros de altura. Abaixo das elevadas copadas das araucárias, concentram-se várias outras espécies arbóreas e arbustivas.

A densidade dos pinhais relaciona-se com as características do solo e relevo. As maiores concentrações "se encontram ao longo dos rios, vales e encostas, enquanto nos terrenos ondulados, predominam os campos e os capões" (KLEIN, 1978: 11). Essa formação vegetal, em Urubici, caracteriza a paisagem de toda a bacia do rio Canoas, à exceção de certas áreas mais elevadas da Serra Geral como é o caso da região do Campo dos Padres. A Mata de Araucárias também ocorre em certas áreas da bacia superior do rio Lava-Tudo, em terrenos do Flanco Basáltico-Arenítico. Mesmo onde dominam as formações campestres é comum a presença de araucárias formando capões ou matas-galerias, o que empresta um aspecto todo peculiar à paisagem.

MUNICÍPIO DE URUBICI

VEGETAÇÃO
(NATURAL)

CONVENÇÕES:

-  FLORESTA OMBRÓFILA MISTA
-  CAMPOS

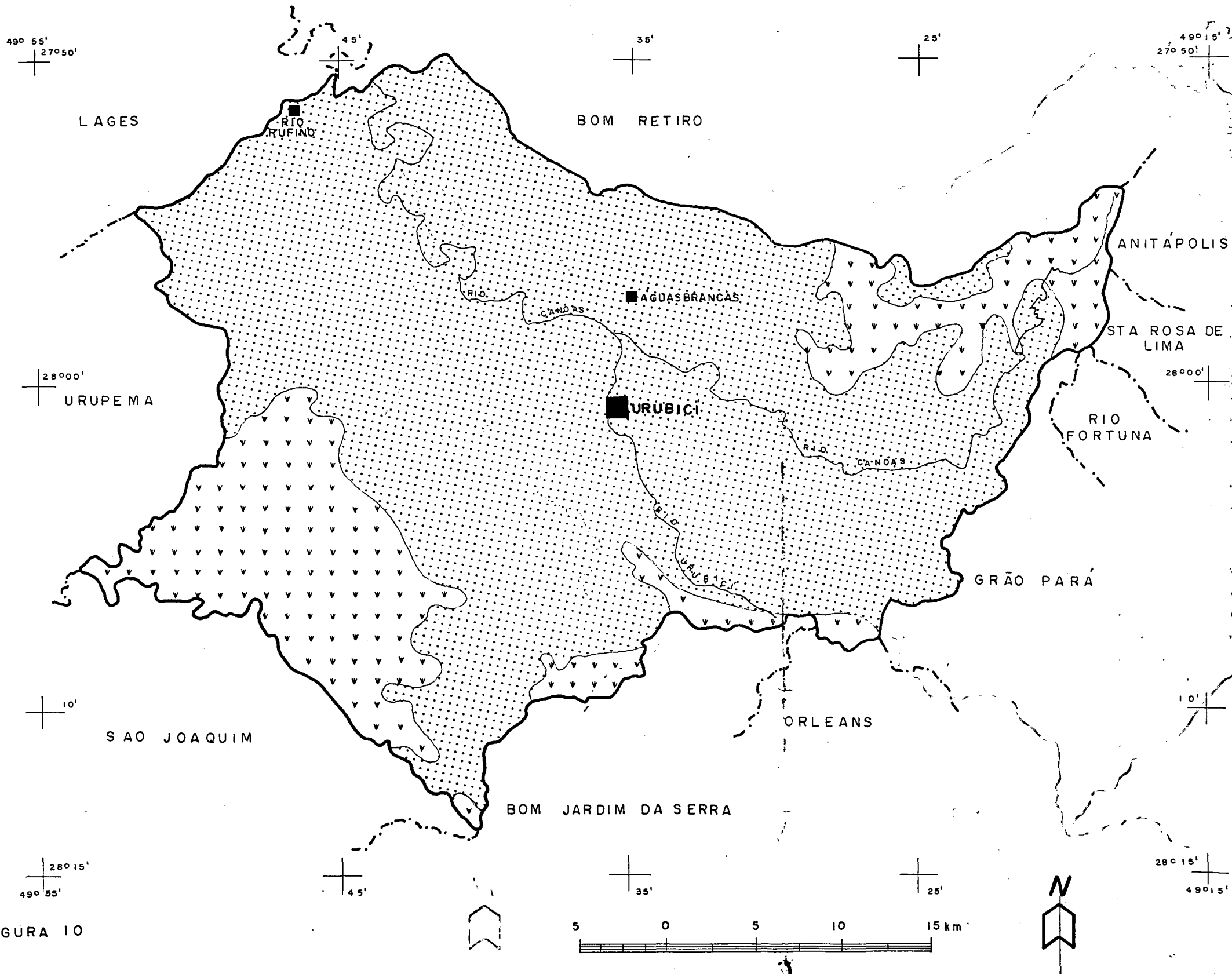


FIGURA 10

FONTE: ADAPTADO DO ATLAS DE S.C. - GAPLAN, 1986.

REALIZAÇÃO: C. J. ISRAEL

DES.: CAL / MAR. 91.

Do ponto de vista econômico, além da intensa e indiscriminada exploração do pinheiro, sua principal riqueza, destaca-se também o aproveitamento de outras espécies importantes como, por exemplo, vários tipos de canelas, imbuia, erva-mate, entre outras.

A área de maior devastação dessa floresta corresponde ao vale do Canoas, onde o pinheiro praticamente foi erradicado da paisagem, cedendo lugar à exploração agropécuaária do solo.

b) Campos - aparecem em áreas do Planalto Basáltico-Arenítico, acima dos 900 metros de altitude, formando manchas esparsas ou descontínuas. A topografia em que se estabelece as formações campestres é, geralmente, caracterizada por superfícies bastante suaves.

O aspecto geral dos campos consiste, quase sempre, na acentuada predominância de um estrato herbáceo graminóide que reveste o solo. No meio dessa vegetação herbácea predominante surge, nas depressões ou ao longo dos rios, os capões e as matas-galerias.

A área de maior extensão de ocorrência dessa vegetação é o sudoeste do município, que é drenada pelo rio Lava-Tudo. Outras duas manchas de campos aparecem nas áreas mais elevadas da Serra Geral, formando os chamados campos de Campo dos Padres e de Santa Bárbara. Trata-se de campos com características próprias, razão pela qual são denominados campos de altitude.

Quanto aos limites desses campos primitivos, todavia, torna-se difícil a demarcação, tendo em vista as alterações provocadas pelo homem através das freqüentes queimadas e derrubadas da mata para formação de campos.

Essas áreas campestres têm na pecuária o suporte tradicional de sua economia, sendo praticada em moldes extensivos desde os primórdios da ocupação humana.

2.2. Aspectos humanos

2.2.1. Povoamento e criação do município

São raros os registros e informações sobre as primeiras correntes de ocupação e colonização das terras que formam o município de Urubici, as quais eram habitadas por indígenas que "residiam não tanto na beira do Canoas, porém mais nas furnas e afluentes do rio das Antas, rio Cachimbo, rio dos Bugres e principalmente no vale de Urubici, onde havia ótimas cavernas para se abrigarem" (RODRIGUES, s/d: 4-5).

O início da colonização deveu-se, provavelmente, aos criadores de gado, através do aproveitamento dos campos naturais existentes e que representam o prolongamento dos campos de São Joaquim. Sabe-se que, pelo menos nas últimas décadas do século passado, essas áreas campestres já eram ocupadas por algumas fazendas de criação de gado aí instaladas, ou aproveitadas por fazendas existentes nas proximidades dos limites atuais do município. Entre outras, podem ser citadas as fazendas Bonsucesso, Santa Bárbara e Cedro, que ocupavam grandes áreas do município (PELUSO, 1947). Naturalmente, a população era muito rarefeita pois, com a prática da pecuária extensiva, a mão-de-obra exigida tornava-se muito reduzida.

A ocupação do vale do Canoas, por sua vez, iniciou-se mais tarde a partir de 1890. Segundo RODRIGUES (s/d: 1-10), Manoel Saturnino de Souza Oliveira teria sido o primeiro homem a interessar-se mais de perto pelo vale do rio Canoas

e de seu tributário, o rio Urubici, ao enviar uma expedição de homens com o objetivo de explorar a região e conseguir um lugar para morar. A referida expedição partiu da fazenda de Bonsucesso, em 1890, e, através de picadas na mata, atingiu às margens do rio Urubici, no sopé do Morro do Avencal, onde abriram uma clareira na mata para instalação das tendas e barracas. Três anos mais tarde, o próprio Manoel Saturnino, que era natural de Tubarão e membro da antiga Guarda Nacional, comandou nova expedição que construiu o primeiro rancho na atual praça "14 de Dezembro", dando início ao aproveitamento do solo com as primeiras roças.

Em 1894, Antônio Henrique de Oliveira e Delfino de Figueiredo deixaram Arvoredo, município de São Joaquim, para fixarem residência no vale do Canoas, estabelecendo-se onde fica atualmente a localidade de Santa Tereza.

A partir dessa época, por conseguinte, iniciaram-se a ocupação efetiva e o aproveitamento das terras férteis das margens do Canoas, através de pessoas do próprio município de São Joaquim na época, de imigrantes procedentes de outras áreas, especialmente do litoral e encostas do Sul Catarinense. Assim, notadamente a partir de 1920, Urubici passou a receber um grande contingente de colonos de origem alemã e italiana, atraídos pelas informações de que as margens do Canoas eram férteis e adequadas à lavoura. Esses imigrantes eram oriundos de municípios das encostas da serra como Grão-Pará, Braço do Norte, Rio Fortuna, Orleans e Urussanga. Esses colonos estabeleceram-se em diferentes pontos ao longo do vale do Canoas, dando origem a diversos povoados como São Pedro, São José, Santa Tereza, Santo Antônio, São Francisco, Consolação, etc.

Mais tarde, por volta de 1930, começaram a fixar residência, notadamente no bairro Esquina⁽⁴⁾ e arredores, grupos de imigrantes de origem leta, localmente chamados de

russos, que passaram a dedicar-se principalmente à produção de hortifrutigranjeiros. Os primeiros grupos procediam de Orleans e, posteriormente, outros vieram especialmente de Tupã, no Estado de São Paulo (RONIS, 1974).

A população de Urubici, como conseqüência das peculiaridades de sua colonização, é constituída por pessoas descendentes de diferentes grupos étnicos, tais como, lusos-brasileiros, negros, alemães, italianos e letos, de que resulta uma sociedade heterogênea que, pelo seu trabalho, fez do município a "Capital das Hortaliças".

Como reflexo da rápida ocupação e aproveitamento das terras do vale do Canoas e da expansão da população, a 15 de julho de 1922, Urubici era elevado à categoria de distrito do município de São Joaquim, ocorrendo sua instalação a 28 de janeiro de 1923.

O município, por sua vez, foi criado pela Lei Nº 274, da Assembléia Legislativa do Estado, de 6 de dezembro de 1956 e instalado em 3 de fevereiro do ano seguinte, com território desmembrado do de São Joaquim. Possuía, então, 784 Km² e dois distritos: Urubici (Sede) e Rio Rufino, instalado em 29 de dezembro de 1957. No ano seguinte, no dia 20 de junho, foi instalado o distrito de Águas Brancas, que pertencia ao município de Bom Retiro e do qual foi desmembrado, ampliando, por conseguinte, a área do município de Urubici para 1.293 Km² e o número de distritos para três.

2.2.2. Contingente demográfico e sua evolução

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE, em 1960 habitavam o território urubiciense 10.505 pessoas. Em 1970 esse número se elevava para 12.539 habitantes, segundo demonstra a Tabela 01. O aumento mais significativo foi da população urbana que cresceu 34,24%, contra 12,14% da

população rural. Nas décadas seguintes, entretanto, inverte-se a situação e o município passa a apresentar uma pequena redução da população. Assim, em 1980 havia diminuído para 12.261 habitantes e, em 1990, segundo estimativas do próprio IBGE, teria decrescido para 11.884 pessoas.

Essa queda do número total de habitantes verificada a partir de 1970 pode ser explicada, primeiro, pela decadência da atividade extrativa vegetal. Ou seja, a exaustão das reservas florestais e o conseqüente desaparecimento de inúmeras serrarias, obrigou muitas pessoas ligadas ao setor a emigrarem em busca de novas oportunidades de trabalho. Segundo, deve ser levada em consideração a crescente mecanização da produção agrícola, de que resulta a liberação de mão-de-obra. Além disso, também influem as características da estrutura fundiária do município, cujas terras cultiváveis aparecem, freqüentemente, muito parceladas formando minifúndios. Por conseguinte, de acordo com a opinião de inúmeros agricultores, o elevado fracionamento das propriedades agrícolas faz com que muitas pessoas, especialmente os jovens, por não vislumbrarem perspectivas de crescimento, emigrem à procura de trabalho e estudo.

TABELA 01

**Evolução da população do município de Urubici,
1960/1980**

A N O	T O T A L		U R B A N A*		R U R A L	
	Número	X	Número	X	Número	X
1 9 6 0	10.505	100	3.432	32,67	7.073	67,33
1 9 7 0	12.539	119	4.607	36,74	7.932	63,26
1 9 8 0	12.261	116	5.173	42,19	7.088	57,81

* a população urbana abrange a cidade e vilas dos distritos
Fonte: IBGE - Censos Demográficos - SC - 1960 - 1970 - 1980.

Segundo alguns horticultores entrevistados, já na década de sessenta se observava no município, especialmente na área rural, uma corrente migratória orientada, notadamente, em direção ao Oeste do Paraná. De fato, comparando-se o comportamento do crescimento da população, na referida década, constatamos que, enquanto a população catarinense cresceu 36,28%, a população do município de Urubici apresentou um aumento de apenas 19,36%. Nas décadas seguintes o movimento emigratório intensificou-se e parece ter-se orientado notadamente em direção aos centros urbanos entre os quais, com destaque para Florianópolis.

A densidade demográfica de Urubici é baixa, 9,48 habitantes por quilômetro quadrado no ano de 1980, em comparação com a densidade encontrada em Santa Catarina, 38 habitantes por quilômetro quadrado, na mesma data.

A distribuição espacial tem sido caracterizada pela crescente urbanização da população, tanto em números relativos como absolutos, acompanhando uma tendência geral da população catarinense e brasileira, embora num ritmo bem mais lento. Assim, enquanto a população urbana do Estado cresceu 212,95%, no período 1960/80, a de Urubici aumentou em apenas 50,72% no mesmo período.

Em 1960 a população urbana do município representava 32,67% do total, contra 67,33% da população rural. Em 1980 passa a ser de 42,20% e 57,80%, respectivamente. Ou seja, no período compreendido entre 1960 e 1980, enquanto a população urbana apresentou um crescimento absoluto de 1.742 habitantes, a população rural somou tão-somente 15 pessoas. Ainda mais, considerando-se apenas a década 1970/80, verificou-se que a população urbana foi acrescida de 567 habitantes, o que corresponde a um incremento de 12,30%. Enquanto isso, a população rural perdeu 844 habitantes, o que representa um decréscimo de 10,64% do seu contingente.

A década de setenta, portanto, mostra claramente uma redução da população rural e o crescimento, ainda que lento, da população urbana. Em termos espaciais foram os distritos de Rio Rufino e Águas Brancas que, na referida década, apresentaram diminuição da população, passando, respectivamente, de 1.551 para 1.201 e, de 3.666 para 3.347 habitantes. Sendo que o distrito de Rio Rufino já decrescido, na década de sessenta, de 2.038 para 1.551 habitantes, conforme mostra a Tabela 02. As razões para esse declínio derivam, principalmente, do comportamento e das transformações da economia agrícola local.

TABELA 02

Distribuição da população por distritos, 1960/1980

DISTRITOS	1 9 6 0		1 9 7 0		1 9 8 0	
	Número	X	Número	X	Número	X
Urubici (sede)	6.133	58,38	7.322	58,39	7.713	62,91
Águas Brancas	2.334	22,22	3.666	29,24	3.347	27,30
Rio Rufino	2.038	19,40	1.551	12,37	1.201	9,79
TOTAL	10.505	100,00	12.539	100,00	12.261	100,00

Fonte: IBGE - Censos Demográficos - SC - 1960 - 1970 - 1980.

2.2.3. Distribuição etária da população

A estrutura etária mostra que a população de Urubici é constituída predominantemente por jovens. O confronto da distribuição da população por faixa etária (Tabela 03) indica que, no período 1960/80, diminuiu o segmento jovem (0 - 19 anos) e aumentou, percentualmente, tanto o grupo adulto (20 - 59 anos) como o de velhos (60 anos e mais). Nesse

período, a evolução demográfica com a diminuição da proporção da faixa jovem pode ser explicada, provavelmente, pelo controle da natalidade, pelos casamentos mais tardios, além da própria emigração de parcela da população, como já nos referimos anteriormente.

TABELA 03

Distribuição da população por grupo de idade,
1960/1980

I D A D E (anos)	1 9 6 0		1 9 7 0		1 9 8 0	
	Número	%	Número	%	Número	%
0 a 14	5.180	49,31	5.881	46,90	4.685	38,21
15 a 19	1.093	10,40	1.527	12,18	1.701	13,87
20 a 59	3.847	36,62	4.574	36,48	4.178	42,23
60 e mais	385	3,67	557	4,44	697	5,69

Fonte: IBGE - Censos Demográficos - SC - 1960 - 1970 - 1980.

2.2.4. População economicamente ativa

A população economicamente ativa - PEA, de Urubici aumentou em relação à população total do município, passando de 25,42% em 1960, para 35,27% em 1980. Esse crescimento da parcela dos que participam do processo produtivo foi mais significativo na década 1970/80, conforme mostra a Tabela 04. Todavia, a porcentagem da população economicamente ativa é inferior à média estadual.

Como o Brasil considera a faixa de população em idade produtiva as pessoas de 10 anos e mais, como limite mínimo de idade, constata-se que ainda é muito baixa a proporção da população economicamente produtiva. Comparando-se a

população economicamente ativa com a população em idade ativa, percebe-se que existe um considerável contingente de mão-de-obra à disposição do mercado de trabalho. Essa mão-de-obra disponível, que não é absorvida pelos setores da economia local, procura, freqüentemente, no êxodo para outros centros urbanos, a absorção econômica de que necessita.

TABELA 04

Evolução da população economicamente ativa - PEA,
1960/1980

S E T O R	População Ativa	% da População Total
1 9 6 0	2.670	25,42
1 9 7 0	3.335	26,60
1 9 8 0	4.323	35,27

Fonte: IBGE - Censos Demográficos - SC - 1960 - 1970 - 1980.

Pela análise da Tabela 05, verifica-se que a distribuição da população ativa, absorvida pelos três setores de atividade econômica, mostra uma alteração significativa no período 1960/80, indicando a ocorrência de algumas transformações na composição da estrutura produtiva municipal. Nesse período, o setor primário sofre uma redução, em números relativos, de 71,95% para 49,15% do total da PEA. O setor secundário, por sua vez, passa de 4,94% para 19,48%, com um crescimento de 294%. O setor terciário, finalmente, aumenta de 23,11% para 31,37% do número de trabalhadores empregados pelo setor produtivo do município.

Esses percentuais evidenciam a expressiva dependência da mão-de-obra e da economia ao setor rural, diferentemente do que ocorre com o Estado que, em 1980, teve 45,61% da PEA absorvida pelo setor terciário, contra 30,84% pelo setor primário e 23,54% pelo setor secundário.

TABELA 05

Distribuição da população economicamente ativa por setores de atividades, 1960/1980

S E T O R	1 9 6 0		1 9 7 0		1 9 8 0	
	Número	%	Número	%	Número	%
Primário	1.921	71,95	2.042	61,23	2.125	49,15
Secundário	132	4,94	620	18,59	842	19,48
Terciário	617	23,11	673	20,18	1.356	31,37

Fonte: IBGE - Censos Demográficos - SC - 1960 - 1970 - 1980.

★

O setor primário em Urubici, por conseguinte, é responsável não só pela ocupação de quase metade da população economicamente ativa, como também pela liberação de excedentes aos setores industrial e de comércio e prestação de serviços. No entanto, a debilidade desses dois setores que absorvem pouca mão-de-obra, tem provocado o deslocamento de pessoas que partem em busca de alternativas econômicas em outras regiões, tanto catarinenses como de outros Estados vizinhos.

N O T A S

«1» Urubici possui como limites territoriais os seguintes municípios:

Norte: Bom Retiro e Lages;
 Oeste: Lages e Urupema;
 Sul: São Joaquim e Bom Jardim da Serra;
 Leste: Orleans, Grão-Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima e Anitápolis.

«2» Segundo a "Divisão do Brasil em Mesos e Microrregiões Geográficas", adotada pelo IBGE a partir de 1990, conforme Resolução-PR nº 51 de 31/07/89, a Microrregião Geográfica dos Campos de Lages passou a ser constituída pelos seguintes municípios: Anita Garibaldi, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Celso Ramos, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, São Joaquim, São José do Serrito, Urupema e Urubici.

«3» A divisão estratigráfica adotada baseou-se no Mapa Geológico do Estado de Santa Catarina na escala 1:500.000, elaborado pelo DNPM - Departamento Nacional da Produção Mineral, 1986 e Textos Básicos de Geologia e Recursos Minerais de Santa Catarina, Florianópolis, DNPM, 1987.

«4» Segundo a classificação de Köppen o clima é Mesotérmico (C), uma vez que a temperatura média do mês mais frio está abaixo de 18°C. É úmido (f), visto que não ocorre mês com pluviosidade inferior a 60 mm. O verão é brando (b), pois o mês mais quente apresenta temperatura média inferior a 22°C.

«5» O balanço hídrico de Urubici, calculado por ORSELLI e SILVA (1988), apresenta os seguintes índices climáticos:

IM - índice de Umidade Efetiva	119,7%
IA - índice de Aridez	zero %
IH - índice de Umidade	119,7%
ET - Eficiência Térmica Anual	715,0 mm.

«6» O bairro Esquina surgiu e desenvolveu-se ao longo do entroncamento das Rodovias SC-430 e SC-439.

C A P Í T U L O I I I

EVOLUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA

A análise dos principais aspectos da organização do setor agrário e sua evolução no município de Urubici, será realizada valendo-se dos dados secundários levantados pelo IBGE e que constam dos Censos Agropecuários. Esses indicadores, todavia, com certa freqüência, apresentam alguns inconvenientes decorrentes, sobretudo, de alterações dos critérios ou metodologia no levantamento das informações. Seu emprego, contudo, salvo algumas ressalvas permite-nos realizar a análise evolutiva referente ao período 1960/85, o que possibilita melhor compreender as transformações que vêm ocorrendo no município.

3.1. Estrutura fundiária

A estrutura fundiária do município indica a ocorrência de uma elevada fragmentação dos estabelecimentos agropecuários⁽¹⁾. Caracteriza-se, por conseguinte, pelo domínio absoluto do número das unidades fundiárias de tamanho familiar. Tal fato, contudo, apenas acompanha uma tendência do Estado, cuja agricultura, em linhas gerais, está assentada na pequena propriedade rural, explorada em regime de economia familiar (GRIMM, 1990).

A análise do comportamento da distribuição das terras em Urubici, confirma a propensão geral de concentração da posse e da propriedade da terra no Brasil. Ou seja, a estrutura fundiária distingue-se pela elevada desigualdade da distribuição da posse da terra. Essa desigualdade, segundo HOFFMANN (1982: 17-18), decorre basicamente da própria desigualdade econômica do País.

Na Tabela 06, apresentamos o índice de Gini⁽²⁾ da distribuição dos estabelecimentos de acordo com sua área

total, cujos resultados indicam uma concentração forte da propriedade da terra no município de Urubici.

TABELA 06

índice de Gini da distribuição da posse da terra pelos estabelecimentos agropecuários de Urubici, 1960/1985.

ESPECIFICAÇÃO	A N O				
	1960	1970	1975	1980	1985
índice de Gini	0,837	0,728	0,729	0,767	0,791

Fonte: Cálculo efetuado com base nos dados brutos da Tabela 07.

Observa-se que na década de sessenta houve um movimento no sentido da desconcentração da posse da terra, na medida em que o índice de Gini decresceu de 0,837 em 1960 para 0,728 em 1970. A partir daí, inverte-se o processo, haja vista que os indicadores mostram crescimento reduzido, mas persistente, da ampliação das desigualdades da distribuição da propriedade da terra. Esse comportamento acompanha uma tendência que caracteriza o Brasil como um todo (HOFFMANN, 1982: 23).

Comparando-se os índices encontrados em Urubici com os de Santa Catarina, constata-se que o grau de desigualdade na distribuição da terra, no primeiro, é bem mais acentuado que no segundo, classificado no período em análise com um grau de concentração forte. Já em relação ao Brasil, o nível de concentração vigente no município é bem menor. Portanto, conclui-se que o grau de concentração da posse da terra no município de Urubici, situa-se numa posição intermediária comparativamente aos índices do Estado e os do País.

TABELA 07

Distribuição do número e área dos estabelecimentos agropecuários por categorias dimensionais, Urubici, 1960/1985.

CLASSES DE ÁREA (Ha)	E S T A B E L E C I M E N T O S										A G R O P E C U Á R I O S									
	1 9 6 0		1 9 7 0		1 9 7 5		1 9 8 0		1 9 8 5		1 9 6 0		1 9 7 0		1 9 7 5		1 9 8 0		1 9 8 5	
	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área
0 --- 10	129	18,51	0,63	688	16,73	164	754	0,70	150	14,59	786	0,77	330	26,55	1.540	1,53	576	39,05	2.191	2,01
10 --- 20	94	13,49	1,17	1.291	10,92	1.458	1.366	1,36	146	14,20	1.932	1,90	217	17,46	2.745	2,72	183	12,41	2.465	2,27
20 --- 50	158	22,67	4,36	4.793	25,20	7.822	7,29	292	28,40	9.138	8,98	267	21,48	7.938	7,86	266	18,03	8.229	7,56	
50 --- 100	102	14,63	6,30	6.930	18,27	11.890	11,08	192	18,68	12.978	12,75	165	13,27	10.956	10,85	176	11,93	11.509	10,58	
100 --- 200	88	12,62	11.400	10,37	126	12,86	16.292	15,18	121	11,77	15.491	15,22	127	10,22	16.588	16,43	120	8,14	15.507	14,25
200 --- 500	81	11,62	24.466	22,26	115	11,73	34.458	32,10	90	8,76	26.845	26,39	97	7,80	27.307	27,04	113	7,66	34.427	31,64
500 e Mais	45	6,46	160.351	54,91	42	4,29	34.660	32,29	37	3,60	34.592	33,99	40	3,22	33.896	33,57	41	2,78	34.472	31,69
T O T A I S	697	100,00	109.919	100,00	980	100,00	107.334	100,00	1.028	100,00	101.762	100,00	1.243	100,00	100.970	100,00	1.475	100,00	108.800	100,00

Fonte: IBGE - Censo Agrícola - SC - 1960
- Censos Agropecuários - SC - 1970 - 1975 - 1980 - 1985.

Pelo exame da Tabela 07, que mostra a evolução da estrutura fundiária do município, fica evidenciado que, enquanto um grande número de pequenas propriedades ocupa uma exígua parcela de terras, um grupo reduzido de propriedades grandes engloba a maior parte das terras disponíveis.

De acordo com a referida tabela, no período 1960/85, o grupo de estabelecimentos com menos de 10 ha apresentou um crescimento quanto ao seu número de 346,51%, passando de 129 para 576 unidades. Quanto à dimensão, no entanto, o aumento foi de apenas 218,45%, passando de 688 para 2.191 ha. Em números relativos essa categoria de estabelecimentos passa, respectivamente, de 18,51% para 39,05% quanto ao número e, de 0,63% para 2,01% quanto à área ocupada em relação ao total. A área média dos estabelecimentos, por conseguinte, diminui de 5,33 para 3,80 ha (Tabela 08).

TABELA 08

Distribuição da área média dos estabelecimentos por categoria dimensional, 1960/1980.

CLASSES DE ÁREA (Ha)	1960	1970	1975	1980	1985
0 !--- 10	5,33	4,60	5,24	4,67	3,80
10 !--- 20	13,73	13,63	13,23	12,65	13,47
20 !--- 50	30,34	31,67	31,29	29,93	30,94
50 !--- 100	67,94	66,42	67,59	66,40	65,39
100 !--- 200	129,55	129,30	128,02	130,61	129,23
200 !---500	302,05	299,63	298,28	281,52	304,66
500 e Mais	1.341,13	825,24	934,92	847,40	840,78
Área média dos estabelecimentos (ha)	157,70	109,52	98,99	81,23	73,76

Fonte: Dados brutos da Tabela 07

Por sua vez, no outro extremo, o grupo de estabelecimentos de 500 ha e mais perdeu uma parcela expressiva da área ocupada em 1960. A redução da área foi da ordem de 42,88%, passando de 60.351 para 34.472 ha, no período 1960/85. Conseqüentemente a área média dos estabelecimentos decaiu de 1.341,13 para 840,78 ha, o que corresponde a uma redução de 37,30%. Quanto ao número de estabelecimentos houve decréscimo de apenas 4 unidades. Assim, em termos relativos, o número de unidades passa de 6,46% para 2,78%, enquanto que a área ocupada de 54,91% para 31,69% do total.

Tais indicadores revelam um processo de fragmentação dos estabelecimentos, provavelmente determinado principalmente pela partilha com os filhos. O resultado tem sido uma sensível redução da área média das unidades fundiárias do município que, no período em análise, decresceu de 157,70 para 73,76 ha, conforme ilustra a Figura 11.

A evolução da área média dos estabelecimentos agropecuários (Tabela 08), contudo evidencia alterações acentuadas tão-somente nos grupos que marcam os extremos das categorias dimensionais, isto é, nas classes com menos de 10 ha e de 500 ha e mais. As demais classes de área mantiveram, ao longo do período 1960/85, um comportamento bastante constante na distribuição da área média das unidades por categorias dimensionais.

Levando-se em consideração as limitações impostas pelas características do relevo e do solo, que restringem muito as áreas adequadas à prática agrícola, o tamanho médio dos estabelecimentos pode ser considerado reduzido. Domina uma estrutura minifundiária com preponderância da propriedade familiar. Além disso, do ponto de vista da prática das lavouras, as áreas improdutivas comumente

EVOLUÇÃO DA ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS
RURAIS DE URUBICI , 1960 / 1985

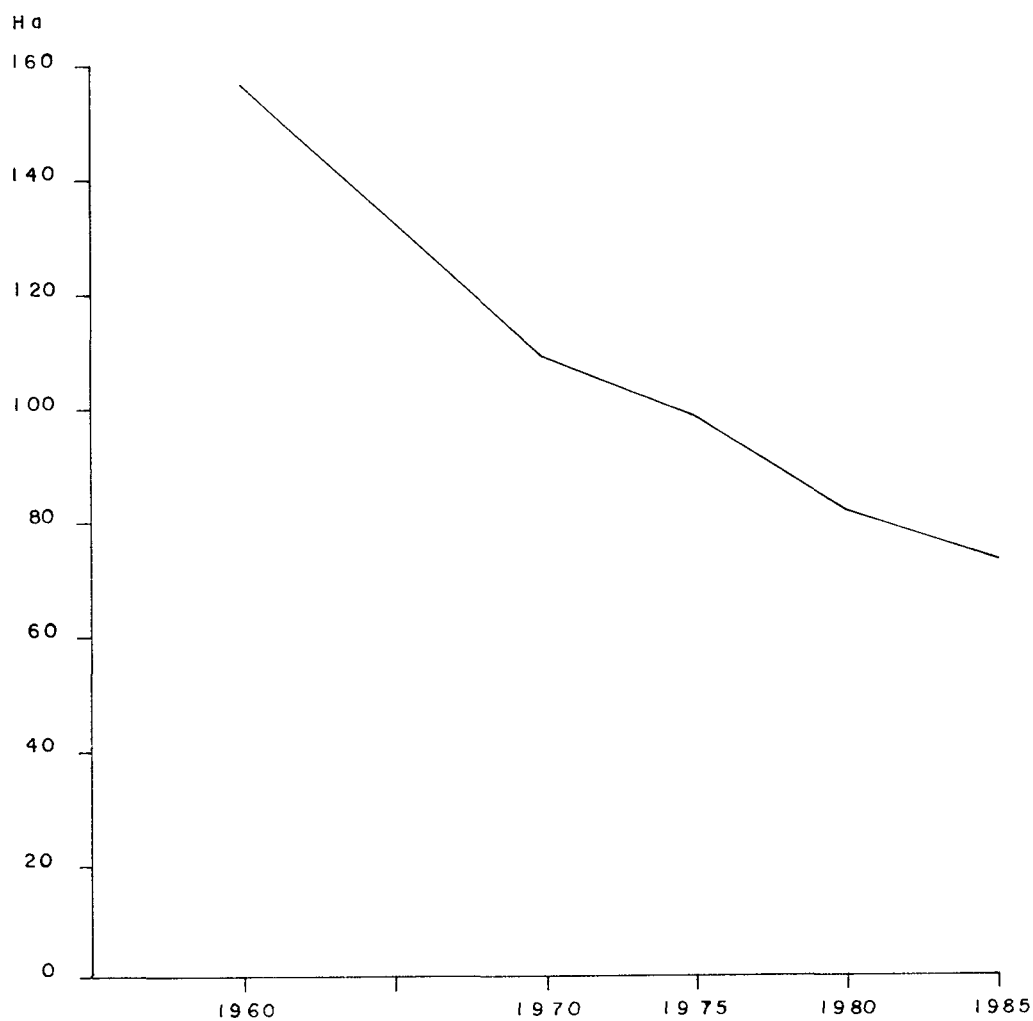


FIGURA II

REALIZAÇÃO: C. J. ISRAEL

representam parcela relevante dos estabelecimentos. Assim, ao longo do rio Canoas, por exemplo, onde concentra-se a produção agrícola do município, as propriedades, de modo geral, aparecem distribuídas de forma perpendicular ao rio. Destarte, apenas as terras que constituem a planície fluvial - especialmente as várzeas - são propícias ao aproveitamento para cultivos. Afastando-se da planície segue-se as encostas, cujos níveis menos acidentados são usados para criação de animais domésticos, enquanto que as vertentes mais elevadas ou abruptas aparecem comumente ocupadas pelas matas.

Com referência à área total abrangida pelos estabelecimentos não se processaram mudanças substanciais, visto que a mesma, de acordo com as informações censitárias, decresceu de 109.919 para 108.800 ha entre 1960 e 1985.

3.2. Aspectos sociais e tecnológicos da produção agrícola

3.2.1. Condição de exploração da terra

A análise do regime de exploração da terra, com base nos dados da Tabela 09, permite identificar a condição do produtor como: proprietário, arrendatário, parceiro e ocupante. Constata-se que a exploração da terra pelo proprietário é o tipo predominante, embora tenha havido um decréscimo substancial, passando de 81,49% em 1960, para 64,24% em 1985, em números relativos. No mesmo período, o número de unidades exploradas pelo proprietário ampliou-se de 568 para 947, o que representa um incremento de 66,72% e relaciona-se de certo modo com a fragmentação dos estabelecimentos agropecuários no município de Urubici. Quanto à área, porém, a alteração verificada no mesmo

período foi relativamente pequena, com diminuição tanto em números absolutos como relativos, passando de 102.436 para 96.962 ha e, de 93,19% para 89,12%, respectivamente.

Entre as categorias de produtores não proprietários, verifica-se que os arrendatários³ tiveram diminuída sua participação relativa em cerca de 50% do número de estabelecimentos, passando de 18,22% em 1960, para 9,15% em 1985. No mesmo período, a área por eles explorada teve uma redução de 4.151 ha, o que corresponde a um decréscimo relativo de 55,55%. Além disso, também processou-se uma sensível redução da área média desses estabelecimentos que passaram, respectivamente, de 58,83 para 24,60 ha. De tal fato pode-se inferir uma tendência de revigoração da produção familiar, considerando que "a maioria dos pequenos arrendatários do Brasil praticam uma agricultura de subsistência, com emprego de mão-de-obra familiar, e de baixo nível de capitalização" (GUSMÃO, 1984: 76).

Segundo esse mesmo autor, no período 1960/75, desenvolveu-se a penetração gradativa de formas capitalistas de exploração na agricultura, tanto em termos de emprego de tecnologia, quanto de mudanças nas relações de trabalho. Essa expansão da produção capitalista na agricultura processou-se notadamente através dos produtores-proprietários, embora tenha atingido também, com diferenciações, os estabelecimentos explorados pelos arrendatários (GUSMÃO, 1984: 71).

Chama atenção no município de Urubici o crescimento do número de estabelecimentos explorados pela condição de ocupantes⁴ que, no período 1960/85, passam de 2 para 250, o que representa um aumento da ordem de 12.400%. Em números relativos essa categoria ampliou sua participação de 0,29% para 16,95% dos estabelecimentos. Com relação à área explorada sua representatividade evoluiu de 0,01% para

TABELA 09

Condição do produtor, segundo a propriedade das terras, 1960/1985.

ANO	C O N D I Ç Ã O D O P R O D U T O R															
	PROPRIETÁRIO				ARRENDATÁRIO				PARCEIRO				OCUPANTE			
	No.Est.	%	Ha	%	No.Est.	%	Ha	%	No.Est.	%	Ha	%	No.Est.	%	Ha	%
1 9 6 0	568 ⁽¹⁾	81,49	102.436	93,19	127	18,22	7.472	6,80	(e)	(e)	(e)	(e)	2	0,29	11	0,01
1 9 7 0	821	83,78	101.974	95,00	65	6,63	2.168	2,02	60	6,12	1.350	1,26	34	3,47	1.842	1,72
1 9 7 5	833	81,03	93.033	91,42	48	7,49	3.364	3,31	77	7,49	2.461	2,42	70	6,81	2.904	2,85
1 9 8 0	801	64,44	84.455	83,64	146	11,75	3.091	3,06	154	12,39	6.077	6,02	142	11,42	7.347	7,28
1 9 8 5	947	64,20	96.962	89,12	135	9,15	3.321	3,05	143	9,70	3.001	2,76	250	16,95	5.516	5,07

⁽¹⁾ Inclui 31 administradores.^(e) Censo de 1960 não discrimina "parceiros" que devem estar incluídos em "arrendatários".

Fonte: IBGE - Censo Agrícola - SC - 1960

- Censos Agropecuários - SC - 1970 - 1975 - 1980 - 1985.

5,07%, sendo que a área média desses estabelecimentos é pouco expressiva, o mesmo ocorrendo com a categoria dos parceiros⁽⁵⁾ e arrendatários, quando comparados com a área média das unidades exploradas pelos próprios proprietários.

Quanto à forma de administração (Tabela 10) é predominante o papel dos produtores na direção da exploração dos estabelecimentos agropecuários. De acordo com os Censos, em 1960, 95,55% das unidades rurais, que representavam 93,78% da área total, eram dirigidas pelos próprios produtores que, em sua grande maioria, também eram os proprietários. Em 1985, os produtores dirigiam 92,41% dos estabelecimentos, que somavam 75,98% da superfície total. Por conseguinte, no referido período, o administrador respondia por 4,45% e 7,59% dos estabelecimentos, que correspondiam, respectivamente, a 6,22% e 24,02% da área total.

TABELA 10

Forma de administração dos estabelecimentos,
1960/1985.

A N O	P R O D U T O R				A D M I N I S T R A D O R			
	No. Est.	%	Área (ha)	%	No. Est.	%	Área (ha)	%
1960	666	95,55	103.078	93,78	31	4,45	6.841	6,22
1970	925	94,39	97.065	90,43	55	5,61	10.269	9,57
1980	1.201	96,62	93.935	93,03	42	3,38	7.035	6,97
1985	1.363	92,41	82.662	75,98	112	7,59	26.130	24,02

Fonte: IBGE - Censo Agrícola - SC - 1960.
- Censos Agropecuários - SC - 1970 - 1980 - 1985.

Com referência à dimensão, porém, enquanto os estabelecimentos administrados pelo produtor possuíam, em 1985, área média de 60,64 ha, as unidades sob

responsabilidade de administrador dispunham de área média de 233,37 ha. Essa diferença tão acentuada na área média dos estabelecimentos, pode ser explicada pela natureza da atividade econômica predominante. Sabe-se que a figura do administrador é típica dos estabelecimentos que dedicam-se à pecuária de gado de corte praticada de forma extensiva e que, de modo geral, corresponde às unidades agropecuárias de maiores dimensões. Por sua vez, os estabelecimentos cuja exploração é comandada diretamente pelo produtor, como regra geral, correspondem àquelas que se dedicam preferencialmente ao cultivo do solo e à pequena criação de animais.

3.2.2. Utilização da terra

O modo como a terra vem sendo utilizada pode ser observado pela Tabela 11. Percebe-se que a área em exploração⁴ manteve-se, no período 1960/85, próximo dos 90% da área total dos estabelecimentos.

No referido período, a evolução das áreas de pastagens e de matas demonstra uma estreita vinculação. Com efeito, em 1960, enquanto a área de pastagens representava 38,49% da superfície em exploração, a área de matas ocupava 53,41%. Em 1985, no entanto, a situação inverte-se, passando a área de pastagens para 53,88% e a de matas para 39,54% da área em exploração. Por conseguinte, passa a vigorar um predomínio do uso das terras com pastagens, o que é comum no Brasil globalmente. A evolução do rebanho bovino atesta a expansão do uso das pastagens, visto que, ao longo do período 1960/85, houve um incremento de cerca de 120% em seu efetivo.

Em sua grande maioria trata-se de pastagens naturais, haja vista que, no ano de 1985, apenas 4,42% das pastagens existentes no município eram plantadas.

TABELA 11

Evolução da utilização das terras em exploração, 1960/1985.

A N O	LAVOURAS		PASTAGENS		M A T A S		LAV. TEMPOR.		PAST.		PLANT.		M A T A S PLANT.	
	Área (ha)	% Explor.	Área (ha)	% Explor.	Área (ha)	% Explor.	Área (ha)	% Lavour.	Área (ha)	% Pastag.	Área (ha)	% Pastag.	Área (ha)	% Áreas Matas
1 9 6 0	8.279	8,10	39.351	38,49	54.600	53,41	8.191	98,94	351	0,89	-	-	-	-
1 9 7 0	4.646	4,76	50.580	51,84	42.348	43,40	4.470	96,21	588	1,16	266	0,63	266	0,63
1 9 7 5	4.786	5,01	46.356	48,48	44.468	46,51	4.676	97,70	1.206	2,60	302	0,68	302	0,68
1 9 8 0	8.059	8,86	51.639	56,78	31.243	34,36	7.510	93,19	2.803	5,43	512	1,64	512	1,64
1 9 8 5	6.402	6,58	52.423	53,88	38.478	39,54	6.058	94,63	2.318	4,42	708	1,84	708	1,84

(1) Compreende o total da área das lavouras, das pastagens e das matas.

Fonte: IBGE - Censo Agrícola - SC - 1960.

- Censos Agropecuários - SC - 1970 - 1975 - 1980 - 1985.

As áreas de lavouras, predominantemente constituídas por lavouras temporárias, têm apresentado um comportamento muito irregular. Ou seja, os diversos Censos assinalam diferentes dimensões de terras ocupadas pelos cultivos. Em 1960, por exemplo, as lavouras ocupavam 8.279 ha e, em 1970, apenas 4.646 ha. Isto é, na década de sessenta houve uma redução da área plantada de 43,88%. Já em 1980 o Censo registra 8.059 ha, o que representa uma acentuada recuperação da área de lavouras, ficando pouco abaixo da área registrada em 1960.

Essas variações na área cultivada podem ser entendidas, pelo menos em parte, a partir da análise das alterações na prática de alguns cultivos, conforme mostra a Tabela 21. O que mais chama atenção é o comportamento inconstante da área com lavoura de milho. No período 1960/70, houve uma redução de 30,24% em sua área cultivada. Considerando-se o período 1960/85, o decréscimo da área ocupada pela lavoura de milho foi de 32,55%. É possível que a diminuição da área cultivada com milho, e mesmo com trigo, esteja relacionada, de um lado, com a degradação dos solos de algumas áreas mais acidentadas e, de outro, com a introdução ou o incremento de outros cultivos como o fumo e as hortaliças.

Esses cultivos tipicamente comerciais, embora intensifiquem e mesmo ampliem o uso de mão-de-obra, em função dos tratamentos culturais, de modo geral requerem menores áreas de cultivo. Dessa forma se poderia justificar a redução das áreas de lavouras do município ao longo do período em análise.

Cabe aqui lembrar que o módulo rural da Microrregião dos Campos de Lages é classificado pelo INCRA como do tipo A2, onde a dimensão para exploração com hortaliças é de

apenas 2 ha, contra 16 ha para a lavoura temporária e 40 ha para a pecuária (MIRAD/INCRA, 1988).

A produção agrícola do município em grande parte provém, conseqüentemente, de um elevado número de unidades produtoras, em que cada uma contribui com pequena parcela. Pela Tabela 12 pode-se ter uma visão da distribuição dos estabelecimentos segundo os grupos de área das lavouras. Verifica-se que é elevado o número de estabelecimentos com essa atividade (86,89% em 1980), sendo que na maioria das unidades as áreas com lavouras possuíam menos de 10 ha. Em 1960 esse segmento representava 53,03% e, em 1980 abrangia 76,20% dos estabelecimentos com lavouras.

TABELA 12

Distribuição do número de estabelecimentos com atividade agrícola, segundo os grupos de área das lavouras, 1960/1980.

GRUPOS DE ÁREAS DAS LAVOURAS (ha)	1960		1970		1975		1980	
	Estabelec.	%	Estabelec.	%	Estabelec.	%	Estabelec.	%
0 !--- 1	13	2,02	15	1,94	16	2,00	31	2,87
1 !--- 2	35	5,44	75	9,69	61	7,64	63	5,83
2 !--- 5	125	19,44	311	40,18	339	42,48	356	32,96
5 !--- 10	168	26,13	232	29,97	244	30,58	373	34,54
10 !--- 20	176	27,37	115	14,86	103	12,91	208	19,26
20 !--- 50	99	15,40	26	3,36	35	4,39	42	3,89
50 e Mais	27	4,20	-	-	-	-	07	0,65
TOTAL DE ESTABEL. COM LAVOURAS	643	92,25	774	78,98	798	77,63	1.080	86,89

Fonte: IBGE - Censo Agrícola - SC - 1960.
- Censos Agropecuários - SC - 1970 - 1975 - 1980.

As principais áreas de lavouras temporárias, na atualidade, restringem-se, quase que exclusivamente, ao fundo dos vales do Canoas e de seus tributários. Aproveita-se dessa forma os solos mais férteis e que apresentam maiores facilidades no manejo e emprego de máquinas e implementos agrícolas. Exceção se faz à batata-inglesa e, em menor escala também à maçã, cujos cultivos vêm sendo realizados de forma crescente em diferentes pontos das áreas de campos do Planalto Basáltico-Arenítico.

Percorrendo-se o vale do Canoas facilmente se observa o abandono de certas terras que outrora foram ocupadas com lavouras e que atualmente são utilizadas para pastagens ou mesmo aparecem desocupadas com a formação de capoeiras.

3.2.3. Composição da mão-de-obra

A distribuição do pessoal ocupado pelo setor rural no município de Urubici (Tabela 13), mostra a composição marcadamente familiar da mão-de-obra agrícola. Essa, aliás, é uma das características da agricultura catarinense, sendo que, em geral, quanto menor o tamanho da propriedade e o valor da produção, maior é a importância desse tipo de força de trabalho.

Os dados da Tabela 13 indicam que houve revigoramento da mão-de-obra familiar na atividade rural do município. Assim, no período 1960/85, o emprego do trabalho familiar cresceu de 70,60% para 80,60% do total da mão-de-obra ocupada, tendo inclusive atingido a participação de 85,12% no ano de 1970. A pequena diminuição relativa registrada pelos Censos a partir daí, coincide com a maior tecnificação da agricultura através da intensificação do uso de tratores e implementos agrícolas (Tabela 16).

Em números absolutos essa categoria de mão-de-obra cresce de 2.166 em 1960, para 4.670 pessoas ocupadas em 1985, o que significa um incremento de 115,60%.

A interpretação dos indicadores dos Censos, por conseguinte, confirma que a atividade agrícola do município repousa fundamentalmente em bases familiares. Ou seja, a maioria do pessoal ocupado é constituído pelos responsáveis e membros da família não remunerados.

TABELA 13

Distribuição do pessoal ocupado no setor rural, segundo as várias categorias, Urubici, 1960/1985.

CATEGORIAS	1960		1970		1975		1980		1985	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Mão-de-obra familiar ⁽¹⁾	2.166	70,60	4.543	85,12	4.292	84,61	4.606	80,99	4.670	80,60
Empregados permanentes	238	7,76	134	2,51	194	3,82	349	6,14	498	8,59
Empregados temporários	611	19,91	512	9,60	263	5,19	616	10,83	549	9,48
Parceiros	34	1,11	73	1,37	265	5,22	108	1,90	41	0,71
Outra condição	19	0,62	75	1,40	59	1,16	8	0,14	36	0,62
TOTAL DO PESSOAL OCUPADO	3.068	100,00	5.337	100,00	5.073	100,00	5.687	100,00	5.794	100,00

⁽¹⁾ Responsável e membros da família não remunerados.

Fonte: IBGE - Censo Agrícola - SC - 1960.

- Censos Agropecuários - SC - 1970 - 1975 - 1980 - 1985.

Com respeito ao conjunto das demais categorias de trabalhadores rurais, isto é, empregados permanentes, temporários e parceiros, no período 1960/85, registrou-se um comportamento desigual e inconstante. De modo geral, todavia, houve uma queda relativa da participação dessa mão-de-obra que representava 29,40% do pessoal ocupado em 1960, para 19,40% em 1985. Em termos absolutos a alteração

efetivada elevou o número de trabalhadores de 902 para 1.124, no período considerado. O incremento relativo dessas três categorias de pessoal foi de 22,39%, o que pode ser considerado muito baixo em comparação com o crescimento da mão-de-obra familiar.

O exame individualizado do comportamento dessas categorias evidencia que os empregados temporários, no período em análise, sofreram descenso relativo e absoluto. Os empregados permanentes, ao contrário, tiveram sua participação levemente ampliada conforme indica a Tabela 13.

Pelas informações constantes dos Censos é possível identificar também, que os empregados temporários apresentam acentuadas variações quanto ao contingente ocupado pelos estabelecimentos no decorrer dos diferentes meses do ano. Dessa forma, pode-se afirmar que os estabelecimentos possuem dois momentos bem distintos quanto ao emprego desse tipo de mão-de-obra. De um lado, distingue-se uma época do ano em que os serviços são reduzidos, que corresponde ao período da entressafra. Por outro lado, destaca-se um período de maior absorção de mão-de-obra, que representa o pico da safra agrícola.

Com referência aos trabalhadores assalariados permanentes, cuja ocupação tem sido menor que a dos trabalhadores temporários, provavelmente aparecem vinculados mais diretamente com a atividade pecuária, notadamente nos estabelecimentos de maiores dimensões. Além disso, também são absorvidos pelos estabelecimentos com atividades agrícolas mais capitalizadas.

Um fato que chama atenção no município é o grande número de estabelecimentos rurais sem pessoal contratado (Tabela 14). Em 1960 eles correspondiam a 53,23% do total das unidades. A partir de 1975, após terem ampliado de forma bastante significativa o seu número, mantém uma participação

relativa estabilizada num patamar ligeiramente acima dos 70% dos estabelecimentos. Tal fato, conseqüentemente, reflete a relevância da unidade de produção familiar no município de Urubici, conforme já nos referimos anteriormente.

No que tange às características do pessoal ocupado pelo setor rural (Tabela 14), no período 1960/85, ocorreu uma ascensão relativa da participação das mulheres de 29,82% para 37,75% da mão-de-obra total. Conseqüentemente, a representação masculina recuou de 70,18% para 62,25%, no mesmo período.

TABELA 14

Características do pessoal ocupado no setor rural e número de estabelecimentos sem pessoal contratado, 1960/1985.

A N O	PESSOAL OCUPADO POR SEXO						PART. DA MÃO-DE-OBRA INFANTIL ⁽¹⁾		Estabelecimen- tos sem pes- soal contratado		
	TOTAL	H O M E N S		M U L H E R E S		T O T A L		F A M I L I A R		Número	X ⁽⁴⁾
		Número	%	Número	%	Número	X ⁽²⁾	Número	X ⁽³⁾		
1960	3.068	2.153	70,18	915	29,82	669	21,80	570	85,20	371	53,23
1970	5.337	3.211	60,16	2.126	39,84	1.733	32,47	1.718	99,13	672	68,57
1975	5.073	2.941	57,97	2.132	42,03	1.656	32,64	1.464	88,40	749	72,86
1980	5.687	3.488	61,33	2.199	38,67	1.258	22,12	1.149	91,33	878	70,64
1985	5.794	3.607	62,25	2.187	37,75	923	15,93	861	93,28	1.053	71,39

⁽¹⁾ Menores de 14 anos de idade

⁽²⁾ Em relação ao total

⁽³⁾ Em relação ao total infantil

⁽⁴⁾ Em relação ao total de estabelecimentos

Fonte: IBGE - Censo Agrícola - SC - 1960

- Censos Agropecuários - SC - 1970 - 1975 - 1980 - 1985.

A utilização da mão-de-obra infantil, por sua vez, que totalizava 21,80% em 1960, atinge sua maior representatividade em 1975 com 32,64%. Daí em diante passa a declinar e, em 1985, representa apenas 15,93% da mão-de-obra

rural. Essa redução crescente, verificada a partir de 1970, tanto absoluta como relativa, pode estar relacionada com uma provável diminuição das taxas de natalidade e, secundariamente, com a saída dos filhos para estudar fora de casa.

Cabe ressaltar, ainda, que o trabalho infantil é absorvido essencialmente na categoria de mão-de-obra familiar. Em função da escola, a jornada de trabalho das crianças pode ser apenas parcial durante o período letivo.

Quanto ao pessoal ocupado nos estabelecimentos, relativamente à população rural, em 1960 essa relação era de 43,37% e, em 1980 havia sido ampliada para 80,23%. Esse fato caracteriza uma sensível diminuição da relação de dependência, na medida em que aumentou a porcentagem da população efetivamente ocupada. Contudo, deve-se levar em consideração o aumento dos índices de urbanização (Tabela 01), sendo que parcela dessa população pode ter continuado trabalhando no campo. Também, a relação de pessoas ocupadas/estabelecimento, que era de 4,40 em 1960, atinge 5,44 em 1970. Daí em diante, contudo, passa a decrescer, sendo de 4,93% em 1975, de 4,57 em 1980 e, de apenas 3,93 pessoas ocupadas/estabelecimento rural em 1985.

Comparando-se a distribuição da mão-de-obra rural segundo os grupos de pessoal ocupado, constata-se a expansão dos estabelecimentos que absorvem menos de 5 pessoas. Em 1970, esses estabelecimentos correspondiam a 42,86% do total e ocupavam apenas 20,28% da mão-de-obra. Em 1985, a participação desses estabelecimentos amplia-se para 68,75% e 46,77% respectivamente.

Levando-se em consideração os estabelecimentos que ocupam menos de 10 pessoas, verifica-se que, em 1970, os mesmos compreendiam 89,39% do total de unidades e absorviam 76,19% do pessoal ocupado. Em 1985, esses indicadores

haviam aumentado, respectivamente, para 96,95% e 90,68%. A evolução desses índices ao longo do período 1970/85, pode ser interpretado como indicativo de um processo de revigoração crescente da pequena unidade produtiva.

3.2.4. Alterações na base técnica da produção agrícola

"O processo de modernização tecnológica que rompe o sistema tradicional de expansão da agricultura brasileira começa a se configurar a partir da década dos 60, se acelerando na década dos 70. É neste período que se define mais precisamente o padrão de acumulação da economia do país e que passa a exercer sobre a agricultura uma dupla pressão-fornecimento barato de alimentos e matérias-primas e compra de máquinas e insumos modernos, viabilizada pelos investimentos em infra-estrutura feitos pelo Estado e pela expansão do crédito altamente subsidiado" (CASTRO et alii, 1979: 151).

Nas últimas décadas a agricultura brasileira tem sido atingida por um processo de tecnificação ou de criação de uma nova base técnica de produção. Esse processo de alteração da base técnica ou de modernização da agricultura é coordenado pelo setor não-agrícola, na medida em que se estabelece uma estreita vinculação da produção com o mercado. Dessa forma, de um lado, o setor industrial produtor dessa tecnologia (máquinas, equipamentos, adubos químicos, agrotóxicos, etc) e, de outro, o complexo agroindustrial, processador de alimentos e matérias-primas agrícolas passaram a impor o uso de tecnologias modernas. Por conseguinte, é a indústria que comanda tanto o processo produtivo como a modernização tecnológica da agricultura. Ou seja, a agricultura passa a se caracterizar como um setor consumidor de insumos industriais e produtor de alimentos e matérias-primas para a indústria.

Ao privilegiar certas culturas em determinadas regiões do País, as repercussões da tecnificação agrícola

ênfatizam a desigualdade, tanto regional quanto do grau de desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

O reflexo da difusão da tecnificação agrícola no município de Urubici pode ser avaliado pela análise de alguns indicadores, levantados pelos Censos, que integram as condições de produção. Assim, a Tabela 15 mostra a distribuição dos estabelecimentos segundo o emprego de força nos trabalhos agrários, o que proporciona uma visão da transformação efetivada na base técnica da agricultura do município.

TABELA 15

Distribuição do emprego de força nos trabalhos agrários, segundo o tipo e número de estabelecimentos, 1960/1985.

A N O	Número Total de Estabelecimentos	TIPO DE FORÇA DE TRABALHO			
		A N I M A L		M E C Â N I C A	
		No. Estabelec.	% Rel. Total	No. Estabelec.	% Rel. Total
1960	697	346	49,64	6	0,86
1970	980	656	66,94	48	4,90
1975	1.028	776	75,49	106	10,31
1980	1.243	891	71,68	578	46,50
1985	1.475	941	63,80	670	45,42

Fonte: IBGE - Censo Agrícola - SC - 1960.
- Censos Agropecuários - SC - 1970 - 1975 - 1980 - 1985.

As informações constantes da referida tabela revelam o forte crescimento da força mecânica no período 1960/85, cuja utilização passa de 0,86% para 45,42% do total dos estabelecimentos existentes. Em números absolutos aumentou de 6 para 670 estabelecimentos. Sendo que o período mais

intenso desse processo corresponde ao quinquênio 1970/75, com a ampliação de 106 para 578 unidades com uso de força mecânica.

Com referência ao uso da força animal, no período em análise, constata-se que houve uma expansão contínua em números absolutos, que passam de 346 para 941 estabelecimentos. Contudo, em termos relativos sua participação tem sido decrescente de 1975 em diante. Depreende-se que a intensificação da difusão do uso da força mecânica tem propiciado a liberação relativa da força animal. Conforme indicam os dados dos Censos, a maioria da força utilizada nos estabelecimentos é própria. A outra parte, que pertence a terceiros, tem seu uso comumente praticado através do sistema de aluguel.

O tipo de força mecânica de uso mais disseminado é o trator que aparece com diferentes tamanhos ou potência. A Tabela 16 indica o ritmo de crescimento do número de tratores no município. Nota-se que o período de maior expansão corresponde ao quinquênio 1975/80, com a passagem de 44 para 304 tratores, o que significa um aumento relativo de 590,90%. Em sua maioria trata-se de pequenos e médios tratores que possuem menos de 50 CV de força²⁷. O principal surto de crescimento dos arados de tração mecânica coincide com o mesmo período de incremento dos tratores.

A partir de 1975^{o uso de} os arados de tração animal entram num processo de franco declínio. Mesmo assim, ao lado da mecanização que se generaliza no município se observa uma dualidade com a convivência da tradição e a modernização agrícola.

Com efeito, a relação entre o número de pessoas ocupadas no setor rural por trator evoluiu de 767 em 1960, para 14,41 em 1985. Por sua vez, a relação entre o número de tratores e a área cultivada, que constitui um bom indicador

do nível de mecanização, também caracterizou-se por uma sensível melhoria de seus índices. Assim, enquanto em 1960 havia um trator para 2.070 ha de lavouras, em 1985 essa relação era de um trator para cada 16 ha cultivados.

TABELA 16

Evolução do número de tratores, segundo a potência, e de arados, 1960/1985.

A N O	NÚMERO DE TRATORES SEGUNDO A POTÊNCIA								No. de Arados		Relação Pessoas ocupa- das/Trator
	TOTAL	ÍNDICE	Menos de 10 CV		10 — 50 CV		50 CV e mais		Tração	Tração	
			Número	%	Número	%	Número	%	Animal	Mecânica	
1960	4	100	1	25,00	3	75,00	-	-	457	- ⁽¹⁾	767,00
1970	29	725	8	27,59	16	55,17	5	17,24	627	25	184,03
1975	44	1.100	7	15,91	16	36,36	21	47,73	817	52	115,29
1980	304	7.600	39	12,83	132	43,42	133	43,75	735	298	18,70
1985	402	10.050	55	13,68	181	45,03	166	41,29	658	297	14,41

⁽¹⁾ Informados junto com tração animal.

Fonte: IBGE - Censo Agrícola - SC - 1960.

- Censos Agropecuários - SC - 1970 - 1975 - 1980 - 1985.

Sem dúvida, a grande difusão dos tratores foi favorecida pelos incentivos criados pelas políticas agrícolas implementadas pelo Governo Federal, especialmente no que diz respeito ao crédito subsidiado concedido aos agricultores para aquisição de máquinas agrícolas.

Concomitante à mecanização observa-se também a intensificação do processo de difusão do uso de insumos químicos na atividade agrícola do município, representados sobretudo pelos fertilizantes e defensivos (inseticidas, fungicidas e herbicidas). A disseminação do uso desses insumos modernos abrange uma quantidade bem maior de

estabelecimentos, comparativamente aos que fazem uso de tratores.

A leitura da Tabela 17 dá-nos uma idéia da evolução do uso de fertilizantes e defensivos agrícolas no município de Urubici, nos anos de 1960 a 1985. Percebe-se que o número de estabelecimentos que fizeram uso de adubos químicos mais que triplicou, passando de 23,96% em 1960, para 75,59% do total de unidades em 1985. Ou seja, apenas 1/4 dos estabelecimentos não utilizaram esse tipo de insumo naquele ano. Em sua maioria, possivelmente, trata-se daqueles estabelecimentos dedicados exclusiva ou prioritariamente à pecuária. O ano de 1980, segundo o Censo, marca a maior participação relativa, quando 77,07% dos estabelecimentos fizeram uso de adubos químicos.

Com referência ao calcário (Tabela 17), usado para corrigir a acidez do solo, o universo de unidades agropecuárias com emprego desse produto cresceu significativamente na década 1975/85, quando terminou sendo utilizado por 28,61% dos estabelecimentos rurais.

Quanto ao uso de defensivos agrícolas ou agrotóxicos (Tabela 17) os Censos fazem referência somente a partir de 1975. Entre os defensivos de uso vegetal e animal constata-se um comportamento bem diverso. Enquanto o primeiro apresenta uma tendência muito semelhante ao comportamento verificado para os adubos químicos, o segundo caracteriza-se por uma crescente redução relativa de seu uso em relação ao total de estabelecimentos, visto que foi empregado por 95,03% das unidades em 1975 e, por 72,75 em 1985.

Pela Tabela 17 conclui-se que, em 1985, em média, cerca de 3/4 dos estabelecimentos agropecuários usavam adubos químicos e defensivos, indicando uma expressiva demanda por insumos do setor industrial. A ampliação

verificada nas últimas décadas referente ao uso dos chamados insumos modernos - especialmente fertilizantes, defensivos e tratores - decorre sobretudo, conforme já aludimos anteriormente, da política de incentivos criada pelo Governo através do crédito rural subsidiado.

TABELA 17

Evolução do uso de fertilizantes e defensivos, segundo o número de estabelecimentos, 1960/1985.

A N O	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	F E R T I L I Z A N T E S						D E F E N S I V O S			
		A D U B O S				C A L C Á R I O		A N I M A L		V E G E T A L	
		Q U Í M I C O S		O R G Â N I C O S							
		Número	X	Número	X	Número	X	Número	X	Número	X
1960	697	167	23,96	173	24,82	59	8,46	-	-	-	-
1970	980	427	43,57	233	23,77	95	9,69	-	-	-	-
1975	1.028	517	50,29	43	4,18	83	8,07	977	95,03	484	47,08
1980	1.243	958	77,07	285	22,92	305	24,53	1.134	91,23	938	75,46
1985	1.475	1.115	75,59	174	11,80	422	28,61	1.073	72,75	1.105	74,92

(-) Dados não informados.

Fonte: IBGE - Censo Agrícola - SC - 1960.

- Censos Agropecuários - SC - 1970 - 1975 - 1980 - 1985.

Há na agricultura brasileira uma estreita relação entre crédito rural e uso de equipamentos e insumos modernos. O consumo desses produtos acha-se diretamente vinculado ao volume dos recursos destinados ao crédito rural, que representa um dos instrumentos mais eficazes de estímulo à transformação ou modernização da agricultura. No processo de modernização da agricultura estabeleceu-se uma articulação dos interesses agrícolas e industriais, bem como do próprio sistema financeiro. Referindo-se às políticas

implementadas a partir de 1964, no tocante à agricultura brasileira, QUEDA (1987: 85) diz que:

"... a agricultura será concebida nos planos governamentais como um amplo mercado para produtos industriais (tanto das indústrias que fornecem para a agricultura como daquelas que processam matérias-primas e alimentos). A integração da agricultura a esse novo padrão de acumulação será buscada de forma crescente. Uma política de crédito rural (tão enfatizada e tão reclamada pela Extensão Rural) será implantada de modo a favorecer a sua vinculação ao sistema financeiro".

A política de crédito rural, atuando através de suas três linhas de ação: investimento, custeio e comercialização, contribuiu de forma efetiva no processo de modernização da agricultura. Todavia, esse instrumento de transformação da agricultura, que provoca alterações na sua base técnica, tornou-se bastante seletivo ao contemplar preferencialmente certos produtos, regiões e, especialmente, o grande proprietário de terras.

A análise dos dados que compõem a Tabela 18 mostram duas tendências que se contrapõem, no período 1970/80, quanto à finalidade dos financiamentos do crédito rural no município de Urubici. De um lado, vê-se a grande diminuição absoluta e relativa do número de financiamentos para investimentos, que decresce de 42,96% em 1970, para tão-somente 4,06% dos financiamentos em 1980. De outro lado, os financiamentos para custeio, ao contrário, crescem acentuadamente, passando de 57,04% em 1970, para 83,00% dos financiamentos em 1980. O maior incremento corresponde ao quinquênio 1975/80, com uma ascensão de 116,55% do número de financiamentos.

A predominância dos financiamentos com essa finalidade deve estar relacionada, possivelmente, com a expansão da produção e do número de produtores de hortaliças, constituídos de modo geral por pequenos

produtores organizados em moldes de trabalho familiar. A opção por hortaliças - culturas voltadas para o mercado - que exigem a aplicação de insumos industriais, naturalmente obriga os produtores descapitalizados a recorrer aos financiamentos para custear as despesas do ciclo produtivo.

TABELA 18

Número de financiamentos obtidos pelos produtores rurais, segundo a finalidade, 1970/1980.

A N O	FINALIDADE DOS FINANCIAMENTOS OBTIDOS						TOTAL DE FINANCIAMENTOS OBTIDOS	ÍNDICE
	INVESTIMENTOS		CUSTEIO		OUTRAS			
	Número	%	Número	%	Número	%		
1970	61	42,96	81	57,04	-	-	142	100
1975	42	20,59	151	74,02	11	5,39	204	144
1980	16	4,06	327	83,00	51	12,94	394	277

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários - SC - 1970 - 1975 - 1980.

A crescente necessidade em dispor de algum capital (dinheiro), por parte do setor rural do município, fica evidenciada pela Tabela 19 que contém informações sobre a evolução da distribuição das despesas no período 1960/80. Destaca-se a evolução do perfil das despesas com adubos e corretivos que, em números relativos, sobem de 7,39% em 1960, para 26,65% do total das despesas em 1980. Tais cifras indicam um crescimento relativo de 260,62% nas despesas com esse tipo de insumo. As despesas com defensivos agrícolas também sobem de 2,15% para 7,79% no mesmo período. Além disso, a participação relativa dos juros e despesas bancárias passam de 4,08% em 1970, para 5,62% em 1980.

Esses três segmentos componentes das despesas do setor agropecuário, juntamente com o arrendamento de terras,

foram os únicos que tiveram a participação relativa ampliada no período analisado. Os demais segmentos, ao contrário, perderam parcela relativa do montante das despesas agrárias. Esse fato, de certo modo, indica a crescente vinculação da produção agrícola aos investimentos com insumos modernos e crédito rural, bem como ao circuito do mercado.

TABELA 19

Distribuição do valor das despesas do setor agropecuário de Urubici, 1960/1980.

D E S P E S A S	VALOR DAS DESPESAS EM PORCENTAGEM			
	1960	1970	1975	1980
1. Salários	18,02	16,10	10,43	14,04
2. Adubos e corretivos	7,39	13,90	24,34	26,65
3. Defensivos agrícolas	2,15	4,98	5,69	7,79
4. Sementes e mudas	4,40	2,82	1,84	3,52
5. Juros e despesas bancárias	-	4,08	4,54	5,62
6. Arrendamento de terras	8,59	7,04	5,53	10,12
7. Quota-parte da produção entregue a parceiros	9,32	3,33	3,80	1,31
8. Medicamentos para animais	-	8,31	7,70	6,51
9. Alimentação de animais	16,02	13,52	7,30	7,44
10. Outras despesas	34,11	25,92	28,83	17,00
11. TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

(-) Dados não informados.

Fonte: IBGE - Censo Agrícola - SC - 1960.

- Censos Agropecuários - SC - 1970 - 1975 - 1980.

3.2.5. Produção agropecuária

A diversificação da produção constitui-se numa característica marcante da atividade agrícola do município

de Urubici. A pauta dos produtos cultivados contempla tanto a presença das chamadas culturas alimentares básicas ou subsistência, como também das culturas comerciais.

A evolução na pauta dos produtos agrícolas indica a tendência de diversificação das culturas comerciais: fumo, maçã, tomate e outras hortaliças. Essas alterações significam não só a introdução de novas culturas mas, também, profundas transformações na base técnica da produção. Tal fato justifica-se porque as culturas comerciais exigem a adoção de tecnologia moderna. Verifica-se que, em geral, as alterações no elenco dos produtos do município ocorreram concomitante à fase de maior impulso na adoção e difusão das tecnologias mecânicas e químicas pela agricultura brasileira. O que corresponde de modo especial ao final da década de sessenta e durante a década de setenta.

A atividade agrícola de Urubici, portanto, experimenta transformações relevantes em sua estrutura e organização da produção desde os anos sessenta. Essas transformações pelo que se observa estão conduzindo à especialização, sobretudo, no que tange à produção vegetal mas, atinge até mesmo a produção animal. Por conseguinte, a diversificação da produção, que caracteriza uma etapa anterior na organização da produção, representa um passo do processo de especialização, uma vez que o produto que propicia maior rentabilidade consegue a preferência em detrimento daqueles menos rentáveis.

É interessante relembrar que a área de lavouras alcança sua maior expansão em 1960 e a menor em 1970, conforme foi visto na Tabela 11. Analisando-se o comportamento do perfil por culturas observa-se que, entre os cultivos de subsistência, o milho foi que apresentou maior redução da área cultivada. Em contrapartida as

culturas comerciais como o fumo e as hortaliças ampliaram a área cultivada.

Com respeito à distribuição relativa do valor da produção animal e vegetal, a leitura da Tabela 20 mostra que o valor da produção agrícola manteve-se relativamente estável nos anos de 1970 (57,58%) e 1980 (56,65%), sendo intermediados por uma inflexão em 1975. No mesmo período, o valor da produção animal ampliou-se de 31,30% para 40,64%. A produção extrativa vegetal, ao contrário, caracteriza-se por uma participação decrescente, tendo passado de 11,12% em 1970, para 2,71% em 1980. Depreende-se que a redução desse segmento da produção vegetal reflete a progressiva exaustão das reservas florestais, particularmente os pinheiros, sua principal riqueza.

TABELA 20

Distribuição do valor da produção animal e vegetal de Urubici, 1970/1980.

ATIVIDADE ECONÔMICA	VALOR DA PRODUÇÃO EM PORCENTAGEM		
	1 9 7 0	1 9 7 5	1 9 8 0
Agricultura	57,58	50,48	56,65
Pecuária	31,30	44,02	40,64
Extração Vegetal	11,12	5,50	2,71
TOTAL	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE: - Censos Agropecuários - SC - 1970, 1975, 1980.

A pecuária, por sua vez, tem ocupado o espaço resultante da decadência do valor da produção extrativa vegetal. Assim, no mesmo período houve um expressivo aumento do rebanho bovino (Tabela 22) e há indicativos do incremento

da produção de leite que é adquirido e industrializado pela empresa Lactoplasa de Lages.

Os mais relevantes produtos agrícolas do município aparecem na Tabela 21, discriminados segundo a quantidade produzida e a área ocupada. Nos dois aspectos o produto que mais se destaca é o milho, seguido de fumo e feijão. O cultivo de hortaliças de singular importância no aspecto econômico-social, com destaque inclusive a nível de produção catarinense, será analisado no capítulo seguinte.

A lavoura temporária desfruta de domínio absoluto em relação à área ocupada pela lavoura permanente (Tabela 11). Em 1985 essa relação era de 94,63% para a primeira, contra 5,37% da segunda. Em termos de cultivo, na lavoura permanente o destaque fica com o milho e, na lavoura temporária, o cultivo de maior expressão em área cultivada é a maçã.

No espaço agrário do município há diferenças substanciais quanto ao nível tecnológico adotado na produção. Encontra-se tanto produtores que empregam técnicas modernas como, outros, que praticam uma agricultura em moldes tradicionais com baixa produtividade. Assim, é possível identificar situações nas quais as transformações provocadas pela ação do capital são bem evidentes. Mesmo estabelecimentos de áreas semelhantes podem diferir, quanto ao tipo e volume da produção, em função da intensidade de uso dos insumos industriais que elevam a produtividade.

De modo geral as culturas ditas comerciais (fumo, maçã, hortaliças), apresentam maiores níveis de modernização em relação às culturas de subsistência (feijão, milho).

O feijão, que integra o grupo de produtos básicos de alimentação ou subsistência, teve o seu rendimento médio elevado, no período 1960/85, de 399 para 552 Kg/ha (Tabela

21), o que representa um aumento de 38,34%. Conseqüentemente, trata-se de um cultivo caracterizado por uma baixa produtividade, ficando inclusive bem abaixo do rendimento médio do Estado que, no mesmo período, passou de 660 para 769 Kg/ha.

No caso do milho, que também é um produto de subsistência, todavia, como já dispõe de uma tecnologia mais aperfeiçoada (variedades melhoradas) e de uma demanda bastante diversificada, essa cultura apresenta melhores índices de produtividade. Desse modo, no período 1960/85, o rendimento médio subiu de 990 para 2.230 Kg/ha (Tabela 21), o que corresponde a um acréscimo de 125,25%. O município atinge assim uma produtividade muito próxima daquela encontrada em Santa Catarina que, no mesmo período, passou de 1.639 para 2.284 Kg/ha.

No tocante à pecuária nota-se uma expansão das áreas de pastagens, ao longo do período 1960/85, que passam em termos relativos de 38,49% para 53,88% do total das terras em exploração no município (Tabela 11). A evolução do efetivo dos principais rebanhos pode ser avaliada pela Tabela 22.

O mais importante rebanho refere-se ao gado bovino que, no período em análise, teve seu efetivo ampliado em 121%, passando de 14.455 para 39.911 cabeças. A pecuária bovina caracteriza-se por sua dupla finalidade. Por um lado, pratica-se a criação de gado de corte e, por outro, de gado leiteiro.

Do ponto de vista da localização espacial, a pecuária de corte, de modo geral, aparece associada às áreas de campos típicos do Planalto Basáltico-Arenítico. Porém, como ela é desenvolvida quase que exclusivamente de forma extensiva e vinculada aos estabelecimentos de grandes dimensões, os índices de produtividade alcançados são baixos

TABELA 21

Evolução da produção, área cultivada e produtividade dos principais produtos agrícolas de Urubici, 1960/1985.

A N O	M I L H O			F E I J A D O			T R I G O			F U M O			M A C A	
	Ton.	Área (ha)	Rend. (Kg/ha)	Ton.	Área (ha)	Rend. (Kg/ha)	Ton.	Área (ha)	Rend. (Kg/ha)	Ton.	Área (ha)	Rend. (Kg/ha)	Mil Frutos	Área (ha)
1 9 6 0	4.325	4.367	990	319	799	399	153	369	415	13	-	-	69	-
1 9 7 0	3.017	2.439	1.237	186	681	273	392	498	787	265	-	-	53	-
1 9 7 5	3.873	2.177	1.779	236	610	387	65	68	956	526	510	1.031	127	6
1 9 8 0	8.077	3.378	2.391	421	860	490	6	-	-	896	655	1.368	883	43
1 9 8 5	6.505	2.917	2.230	747	1.354	552	30	26	1.154	905	621	1.457	15.212	146

(-) Dados não informados.

Fonte: IBGE - Censo Agrícola - SC - 1960.

- Censos Agropecuários - SC - 1970 - 1975 - 1980 - 1985.

quando comparados com outras regiões do Estado ou do País. Merece destaque o fato de que no inverno, em função do frio, o gado se ressentia da insuficiência das pastagens, visto que as áreas com pastagens plantadas ainda são reduzidas (2.318 ha em 1985) em relação à área total dos campos, que representam mais de 50% da área das terras em exploração.

TABELA 22

Evolução do efetivo da pecuária, segundo os principais rebanhos, Urubici, 1960/1985.

A N O	B O V I N O S		S U I N O S		E Q Ü I N O S		O V I N O S	
	Número	índice	Número	índice	Número	índice	Número	índice
1 9 6 0	14.455	100	9.232	100	1.913	100	1.238	100
1 9 7 0	23.064	160	9.312	101	1.760	92	1.903	154
1 9 7 5	27.454	190	7.827	85	1.596	83	1.805	146
1 9 8 0	30.715	212	10.004	108	1.665	87	1.125	91
1 9 8 5	31.911	221	8.000	87	1.600	84	2.000	162

Fonte: IBGE - Censo Agrícola - SC - 1960.
 - Censos Agropecuários - SC - 1970 - 1975 - 1980.
 - Produção Agrícola Municipal - SC - 1985.

A pecuária leiteira, por sua vez, ligada predominantemente aos médios e pequenos estabelecimentos localizados ao longo do vale do Canoas, contribui de forma expressiva na geração da renda do produtor rural. Esse fato adquire maior relevância, levando-se em consideração que o leite pode ser produzido e comercializado durante o ano todo. O que não acontece com os produtos agrícolas que se caracterizam por um curto período de safra. O leite representa, conseqüentemente, uma fonte constante de geração de receitas ao produtor, cujo significado aumenta durante a entressafra agrícola.

Como o gado leiteiro, de acordo com as técnicas recomendadas, deve ser criado, preferencialmente, em condições de semiconfinamento, é comum na entressafra a transformação em pastagens plantadas de certas áreas utilizadas para o cultivo de hortaliças e milho. Dessa maneira o gado dispõe durante o inverno duma alimentação alternativa e de boa qualidade.

Dentre os demais rebanhos, todos de menor expressão econômica, destaca-se os suínos criados para autoconsumo e para o mercado. Cabe ressaltar que o setor rural do município conta, ainda, com outras atividades econômicas não referidas como o aproveitamento do mel, da erva-mate e do vime.

Concluindo o presente capítulo, a análise da organização agrária de Urubici, no decorrer do período 1960/85, deixa evidenciada a elevada participação da produção familiar no conjunto da produção agrícola do município.

Destaca-se também no referido período, de um lado, o fato de ter diminuído bastante a área das lavouras (22,67%) e, de outro, o aumento do pessoal ocupado (88,85%), dos arados (108,97%) e dos tratores (9.950%). Simultaneamente ocorreu também uma diversificação das lavouras, bem como o incremento da produção e do rendimento médio (Kg/ha) dos produtos cultivados.

NOTAS

- '1' Estabelecimento agropecuário - é definido pelos Censos como área de terra contínua onde se processa exploração agropecuária, sujeito a uma única administração.
- '2' CÂMARA (1949), citado por GRAZZIANO DA SILVA (1980: 50), propôs uma escala para definir o grau de concentração da propriedade da terra em função dos valores do índice de Gini, que é a seguinte:
- a) até 0,100, concentração nula;
 - b) de 0,101 a 0,250, concentração fraca;
 - c) de 0,251 a 0,500, concentração média;
 - d) de 0,501 a 0,700, concentração forte;
 - e) de 0,701 a 0,900, concentração muito forte;
 - f) acima de 0,900, concentração muito forte tendendo à absoluta.
- O índice de Gini, portanto, assume valores compreendidos entre "zero" (não existe concentração nenhuma) e "um" (a concentração é absoluta, a desigualdade é total).
- '3' Arrendatário - quando a exploração da terra é feita mediante o pagamento de uma quantia previamente ajustada em dinheiro ou espécie.
- '4' Ocupante - é considerado pelo Censo a exploração realizada em terras, com ou sem consentimento do proprietário, onde o produtor nada paga pelo seu uso.
- '5' Parceiro - significa que a terra é explorada em regime de parceria, mediante pagamento de parte da produção (meia, terça, etc.), conforme ajuste prévio entre as partes.
- '6' Área em exploração - compreende a área total ocupada pelas lavouras, pastagens e matas.
- '7' Os tratores usados na atividade agrícola costumam ser classificados quanto à potência em:
- a) Pequenos: com menos de 10 CV;
 - b) Médios: de 10 a menos de 50 CV;
 - c) Grandes: de 50 CV e mais.

C A P Í T U L O I V

PRODUÇÃO FAMILIAR: A HORTICULTURA EM URUBICI

4.1. Considerações gerais sobre a horticultura

A agricultura possui um segmento produtivo denominado HORTICULTURA que, por sua vez, apresenta um ramo - OLERICULTURA - que cuida especificamente da cultura das plantas oleráceas ou hortaliças (FEPLAN, 1977: 9). A produção e consumo de hortaliças ganha significado por serem ricas em certos elementos nutritivos como sais minerais e vitaminas, que devem estar presentes em nossa alimentação diária.

LAGO (1988: 166), referindo-se às hortaliças afirma que:

"Em geral, são produtos de alta perecibilidade e de rápido ciclo de maturação. A primeira característica implica numa dificuldade de consumo não-imediato, enquanto a segunda facilita práticas de cultivo sob as mais diferentes condições climáticas. Há, em suma, à exceção dos ambientes extremamente rigorosos e inalteráveis, um período de franca possibilidade de se obter produtos do tipo hortaliças. E, sob determinadas circunstâncias, podem ter a mais dilatada estacionalidade (safras contínuas).

A alta perecibilidade sugere a vulnerabilidade de vegetais que têm um tempo reduzido para manter a integridade de suas qualidades. Sensíveis ao transporte, à conservação em ambiente normal são, por excelência, alimentos para consumo in natura. Isto não subtrai, porém, os processos de conservação frigorífica e por meio de técnicas de imersão em recipientes que contêm substâncias com propriedades preservativas".

Existem diferentes formas de classificação das hortaliças levando-se em consideração as partes utilizadas ou a finalidade das mesmas. Segundo NADAL et alii (1986: 23):

"É desejável que a classificação a ser adotada atenda às especificações técnicas, seja prática, de fácil elaboração e, conseqüentemente, de fácil manuseio. A classificação que mais tem sido usada é a que se baseia no agrupamento de produtos de acordo com a parte vegetal utilizada economicamente. Segundo esta classificação existem três grupos de hortaliças, a saber:

- Hortaliças de folha, flor ou haste (exemplos: agrião, alface, couve-flor, espinafre, salsa, broto de bambu, cogumelo, aspargo, etc.).
- Hortaliças de fruto (exemplos: abóbora, berinjela, chuchu, melão, pepino, pimenta, tomate, etc.).
- Hortaliças de raiz, bulbo, tubérculo ou rizoma (exemplos: alho, batata, beterraba, cenoura, nabo, rabanete, gengibre, etc.)."

Ainda, de acordo com os mesmos autores, no Brasil são cultivadas hortaliças representadas por mais de 70 espécies, sendo que:

"Nas últimas décadas tem-se verificado, no País, grande expansão na Olericultura dita comercial, isto é, aquela voltada para o mercado. Entre os fatores que contribuem para esta expansão citam-se: a) o êxodo rural, que transformou produtores de hortaliças para auto-consumo em compradores potenciais; b) o programa governamental de implantação de estruturas de comercialização; c) as empresas que comercializam sementes, colocando no mercado sementes de ampla gama de espécies e cultivares; d) a pesquisa e a extensão agrícola; e) a ação dos imigrantes japoneses, que utilizam técnicas avançadas de produção e de comercialização" (NADAL et alii, 1986: 27).

A nível de Brasil existe certa dificuldade na mensuração exata da área e volume colhidos de cada hortaliça, uma vez que esses produtos não são considerados prioritários nos levantamentos estatísticos. O IBGE limita-se a registrar o volume e o valor desses produtos nos Censos Agropecuários, elaborados a cada cinco anos, com base nos mesmos critérios utilizados para as lavouras anuais. As informações completas ano a ano, levantadas pela Produção Agrícola Municipal - IBGE, restringe-se a um pequeno número de cultivos como: tomate, batata, cebola e alho.

Não obstante essas deficiências, verifica-se pelas informações dos Censos que tem sido crescente a produção brasileira de hortaliças nas últimas décadas, o que se justifica pelo crescimento da população e pelas taxas de urbanização.

A produção nacional de hortaliças concentra-se especialmente no Centro-Sul do País, onde aparece com destaque a produção do Estado de São Paulo. Conforme PINTO (1982: 49), "São Paulo concentra a produção de parcela significativa dos hortifrutigranjeiros consumidos no País, exportando consideravelmente seus excessos para outros Estados".

Entre os produtos de maior importância cultivados no Brasil, do ponto de vista do valor econômico, segundo o Censo Agropecuário de 1980, salientam-se: batata-inglesa, tomate, cebola, batata-doce, abóbora, alface, melancia, cenoura, repolho e pimentão.

O mercado consumidor é representado sobretudo pelos maiores centros urbanos, pois as grandes cidades são espaços onde nascem e se desenvolvem diferentes necessidades, entre os quais realça a de alimentação. Por conseguinte, a produção de hortaliças direciona-se para o abastecimento dos centros urbanos, notadamente as grandes metrópoles. "O abastecimento alimentar das grandes cidades é um problema que está presente no mundo inteiro, envolvendo questões de organização do espaço abastecedor e abastecido, de transporte, de produção e de comercialização" (LA CORTE, 1985: 9).

A expansão dos mercados urbanos tem possibilitado a formação, na periferia das grandes cidades, de um anel constituído de pequenos produtores dedicados ao cultivo de hortaliças e que tem sido rotulado de cinturão-verde. Portanto, próximo ao mercado consumidor desenvolve-se um tipo de agricultura especializada, cuja finalidade é abastecer a população urbana de hortaliças e frutas frescas, as quais exigem um transporte rápido e de baixo custo por se tratar, em geral, de produtos facilmente perecíveis.

Contudo, ao referir-se às necessidades crescentes de abastecimento alimentar das grandes cidades, LA CORTE (1985: 11) observa que:

"Com o desenvolvimento das comunicações, dos veículos de transporte, das técnicas de conservação e embalagem dos produtos e com o próprio crescimento dos organismos urbanos, estas cidades foram buscar mais longe o que precisavam, transformando também regiões distantes, mesmo em se tratando de produtos hortifrutícolas".

No caso brasileiro, ainda segundo a mesma autora:

"A cidade de São Paulo, assim como outras grandes metrópoles, converteu-se em centro de complexa engrenagem comercial, pois devido às características próprias de seu desenvolvimento urbano, é ao mesmo tempo receptora e redistribuidora de alimentos que se destinam não somente à sua população ou a de seu Estado, mas também a outras áreas urbanas do país, principalmente Rio de Janeiro e Belo Horizonte, mas em se tratando de produtos hortifrutigranjeiros também para Brasília, Curitiba, Porto Alegre e mesmo Salvador, Recife e Belém". (LA CORTE, 1985: 11).

O Estado de Santa Catarina, por sua vez, possui condições bastante favoráveis ao desenvolvimento da horticultura. A estrutura agrária evidenciada pelo predomínio da pequena propriedade explorada em regime familiar, aliada às características do clima e solo, vêm corroborar a aptidão do Estado no sentido de expandir a produção de hortaliças.

"As características climáticas do Estado, por sua diversidade, permitem a produção de grande número de hortaliças durante o ano todo. As regiões frias, isto é, as de maior altitude possibilitam cultivar, no verão, espécies sensíveis ao calor, como beterrada, cenoura, couve-flor e outras, enquanto que nas regiões litorâneas podem ser cultivadas, em pleno inverno, espécies sensíveis a baixas temperaturas como a batata e tomate" (NADAL et alii, 1986: 19).

Seguramente o Estado de Santa Catarina reúne potencialidades capazes de transformá-lo em importante produtor e exportador de hortaliças. "Esta transformação pode contribuir para elevar a renda do setor agrícola, para

melhorar o abastecimento e para combater a elevação do custo de vida nos centros urbanos, dentro e fora do Estado" (NADAL et alii, 1986: 20).

Ainda, segundo os mesmos autores:

"O estado de Santa Catarina figura como importador e exportador de hortaliças, com saldo positivo para as exportações. As importações acontecem, em parte, devido a distorções na comercialização. Na medida em que houver melhores condições de recebimento, limpeza, classificação e expedição de produtos no Estado, eliminando-se passeios de mercadorias, prevê-se uma diminuição das importações que, algumas vezes, são constituídas por produtos catarinenses levados das regiões produtoras a centros atacadistas de outros Estados, aqui retornando para serem revendidas a varejo" (NADAL et alii, 1986: 39).

As principais áreas produtoras de hortaliças em Santa Catarina situam-se "nos espaços compreendidos pela faixa litorânea e nos vales que a ela demandam e que são, em geral, ocupados por descendentes de antigas colônias de estrangeiros" (LAGO, 1988: 167). Pelos dados dos Censos verifica-se que nas últimas décadas vêm ocorrendo expansão e diversificação da produção de hortaliças, cujo cultivo não se restringe à faixa litorânea, mas desenvolve-se também em diferentes partes do Planalto Catarinense onde situa-se o município de Urubici que constitui a área do presente estudo.

Referindo-se à produção de hortaliças na faixa litorânea, LAGO (1988: 167) afirma que:

"(...) o aglomerado urbano de Florianópolis possui dimensões demográficas que superam os conjuntos em torno de cidades como Blumenau, Joinville, Lages, Criciúma, etc. Além do mais, em virtude de suas características funcionais como centro administrativo, cultural e, também, turístico, apresenta considerável massa humana não-residente permanentemente. Estimula, conseqüentemente, a configuração de uma 'área de abastecimento' de produtos olerícolas em locais próximos, sejam da faixa de ocupação eminentemente açoriana ou no interior de antigas colônias. Assim, os municípios de Santo Amaro da Imperatriz, Antônio Carlos, São Bonifácio e outros, onde foram assentadas famílias de imigrantes estrangeiros desde o

início do século XIX, tenderam a apresentar alterações de uso da terra, com vista às atividades hortifrutigranjeiros.

Alterações semelhantes ocorreram nas imediações de Blumenau, de Joinville e de outras cidades de porte médio"

Entre as inúmeras espécies de hortaliças cultivadas em Santa Catarina, conforme o Censo Agropecuário de 1980, pelo seu significado econômico podem ser destacados: batata-inglesa, tomate, cebola, alho, mandioca, pepino, cenoura, beterraba e repolho.

4.2. A produção de hortaliças no município de Urubici

"Uma atividade que fez o município ficar conhecido foi e continua sendo a olericultura.

Praticamente o Brasil inteiro já comercializou produtos hortigranjeiros de Urubici, mesmo os Estados mais longínquos.

A produção de hortaliças dura cerca de 40 anos em Urubici. De maneira geral, tem colocado o produtor em situação difícil, face ao alto custo de produção e as incertezas do mercado consumidor, pois, o mesmo está descapitalizado e se obriga a solicitar empréstimos bancários, onde a correção tem sido a preocupação maior, sendo difícil estimar os valores finais da safra e do financiamento" (ACARESC/Urubici, 1990: 11).

Embora o universo da presente pesquisa compreenda o município de Urubici como um todo, a área característica onde concentra-se a produção de hortaliças restringe-se, essencialmente, a um trecho ao longo do vale do rio Canoas.

Assim sendo, a localização espacial da área com maior densidade de produção hortícola pode ser delimitada, a grosso modo, pelo espaço compreendido entre as localidades de São Pedro no curso superior do Canoas e Consolação/Engano

em seu curso médio (Figura 03). A partir daí, o cultivo de hortaliças torna-se bastante rarefeito, aparecendo de forma bastante esparsa o tomate e pimentão.

De todas as culturas, a batata-inglesa é a única que aparece disseminada por diferentes áreas do município. Porém, a mesma já era plantada desde há muito tempo pelos colonos do vale do Canoas como produto de subsistência. Atualmente, não obstante, as principais lavouras dessa hortaliça voltadas para o mercado aparecem espalhadas em diferentes pontos do Planalto Basáltico-Arenítico.

A concentração da produção hortícola, na referida área do vale do Canoas, parece relacionar-se, notadamente, aos canais de comercialização que decorrem, por sua vez, sobretudo das condições de articulação viária e da situação locacional em relação ao centro urbano de Urubici. Outros fatores, certamente, também podem estar vinculados como, por exemplo, a tradição agrícola de certas famílias de agricultores, o conhecimento específico dos métodos de cultivo, a disponibilidade de terras com solo adequados às exigências dos cultivos, além da presença de mananciais que permitam a obtenção d'água.

A análise que se segue procura interpretar as observações e informações obtidas com a pesquisa de campo, através dos questionários aplicados entre os produtores, bem como das entrevistas⁴¹ realizadas com diferentes pessoas ligadas ao setor agrícola do município. Além disso aparecem inseridos dados coletados nos Censos Agropecuários.

4.2.1. Desenvolvimento da produção de hortaliças

A implantação e desenvolvimento do cultivo de hortaliças no município de Urubici coincide, em termos gerais, com a expansão do mercado consumidor no País,

decorrente sobretudo da expansão demográfica e da intensificação do processo de urbanização da população brasileira. Com efeito, a horticultura local desenvolveu-se aproveitando a situação favorável do mercado consumidor, inicialmente representado por Porto Alegre e, mais tarde, São Paulo. No decorrer do tempo outros mercados foram sendo conquistados. Na atualidade o destaque é para a região litorânea catarinense, além de inúmeros centros urbanos de diferentes regiões do País.

A história da horticultura no município teve início na década de cinquenta, mais especificamente no ano de 1953, por iniciativa de Antônio e Horácio Hirata, dois irmãos "japoneses" (nisseis) oriundos do Estado de São Paulo. Os dois arrendaram uma área de terra nos arredores da cidade de Urubici e plantaram 50.000 pés de tomate. Quando a colheita da primeira safra já estava em andamento, um terceiro irmão, Aloisio, também deslocou-se para Urubici procedente do interior do Rio Grande do Sul.

Vilson Koerich, um ex-comerciante, foi o primeiro urubiciense a manter contato e amizade com os "japoneses", dividindo com os mesmos o pioneirismo da horticultura no município. Dessa forma, no mesmo ano de 1953, com estímulo e orientação dos "japoneses", ele plantou 5.000 pés de tomate.

Conforme depoimento de Vilson Koerich:

"Antônio Hirata tinha uma banca no Mercado Público de Porto Alegre e Horácio fazia plantação de tomate durante o inverno no município de São Francisco do Sul. (...) Conheci os dois, casualmente, quando passavam por Urubici indo em direção a São Joaquim onde pretendiam encontrar terras para plantar batata semente" (Entrevista gravada).

A partir de Urubici essa viagem a São Joaquim foi realizada em companhia de Vilson Koerich. Ao retornarem, não tendo encontrado terras para arrendar como desejavam, levando em consideração as condições locais e as

características de solo e clima, resolveram cultivar tomate em Urubici. A produção obtida foi comercializada em Porto Alegre através da banca que Antônio Hirata possuía no Mercado Público. A colheita de Vilson Koerich também foi levada em consignação para Porto Alegre. "Foi uma ótima safra onde ganhei muito dinheiro", afirma.

No ano seguinte, 1954, apenas os dois irmãos - Horácio e Aloísio - continuaram em Urubici, onde fizeram a segunda e última plantação de tomate com 100.000 pés. Todavia, como os horticultores pioneiros, ao implementarem o cultivo de tomate, demonstraram tratar-se de uma lavoura alternativa viável e vantajosa, estimularam outras pessoas a adotarem o novo cultivo.

A partir daí, inicialmente sob a liderança de Vilson Koerich, o cultivo de tomate passou a ser difundido com a adesão crescente de novos agricultores. "Muitos produtores naquela época plantavam mais de 100.000 pés". Mais tarde, por volta de 1960, começa outra fase da horticultura, quando inicia-se a diversificação da produção mediante a introdução de outras hortaliças como cenoura, repolho, pimentão, beterraba, etc.

Dessa forma teve início o ciclo do cultivo de hortaliças no município de Urubici que já dura quase 40 anos. Predomina uma situação de produção atomizada reunindo centenas de horticultores, o que parece ser uma característica comum da horticultura assentada na pequena unidade de produção familiar.

Os "japoneses", responsáveis diretos pela introdução da horticultura no município, ainda voltaram a Urubici, porém, na condição de intermediários. Compravam hortaliças e levavam para Porto Alegre, bem como, durante alguns anos da década de sessenta, para São Paulo. "Eles viram que o que dá

resultado não é plantar ... é comercializar", comenta Vilson Koerich (Entrevista gravada com Vilson Koerich).

O mercado consumidor, inicialmente restrito à Capital Gaúcha, passou a ser diversificado com a produção dirigindo-se para inúmeros centros urbanos do País. O próprio Estado firma-se como o principal comprador e, fora dele, destaca-se a Capital Paulista. A abertura de novos mercados foi um imperativo decorrente da ampliação da produção.

De acordo com informações de pessoas ligadas à produção e comercialização de hortaliças, foi nos anos finais da década de setenta que o município atinge sua maior ampliação e diversificação do mercado consumidor. Tal fato teria sido viabilizado pela ação do então Mercado do Produtor de Urubici, vinculada à CEASA/SC, que corresponde a uma "estrutura de comércio implantada em centros produtores distantes dos centros de consumo" (NADAL et alii, 1986: 41).

O Mercado do Produtor atuava na organização da comercialização da produção, mesmo a grandes distâncias, através do intercâmbio e sistema de informação entre as diversas CEASAS existentes no País (WERNER & BRAUN, 1983: 49).

Na década de oitenta, o mercado regional, representado sobretudo pela região litorânea do Estado, firmou-se como o mais importante comprador de hortaliças de Urubici. Por outro lado, notou-se que ainda continua o processo de diversificação das culturas como forma de buscar melhores condições de participação no mercado de hortaliças.

Com relação ao cultivo da batata-inglesa, convém esclarecer, a mesma já era cultivada desde os primórdios da colonização do município. Sua produção, no entanto, tinha como finalidade básica o auto-consumo. O cultivo com

objetivos comerciais, atualmente é praticado principalmente em áreas dos campos.

Outro aspecto que também merece ser salientado diz respeito ao cultivo do fumo. A introdução da fumicultura no município ocorreu na segunda metade da década de cinqüenta, sendo que a produção possui um caráter exclusivamente mercantil. A Souza Cruz foi a empresa pioneira na organização do cultivo do fumo de estufa, através do sistema de produção integrada. Nesse sistema, os produtores integrados recebem insumos e orientação técnica e, em contrapartida, produzem o fumo com exclusividade para a empresa agroindustrial.

Verificou-se que, mais recentemente, outras empresas integradoras ligadas ao setor também estabeleceram-se no município. O número de produtores é bastante significativo, sendo que, no ano de 1985, segundo estimativa do Escritório Local da ACARESC, Urubici contava com cerca de 230 fumicultores integrados, distribuídos ao longo do vale do Canoas. Atualmente, em função de campanhas desenvolvidas pelas empresas integradoras, é possível que o número de produtores de fumo tenha aumentado.

Com relação à evolução da produção de hortaliças, no período 1960/90, a Tabela 23 indica as culturas mais relevantes e a quantidade produzida. Conforme referência anterior, o tomate e a batata-inglesa constituem as espécies pioneiras e mais tradicionalmente cultivadas no município.

O tomate apresenta um comportamento caracterizado por fortes oscilações na quantidade produzida ao longo do período referido, refletindo a situação de instabilidade do mercado em termos de preços e de demanda por parte dos grandes centros consumidores. Os dados levantados pelos censos mostram que a maior quantidade produzida ocorreu na

TABELA 23

Evolução da produção das principais hortaliças cultivadas no município de Urubici, 1960/1990

ANO	BATATA-INGLESA		TOMATE		REPOLHO		CENOURA		PIHENTÃO		BETERRABA		COUVE-FLOR		VAGEM	
	Ton.	Índice	Ton.	Índice	Ton.	Índice	Ton.	Índice	Ton.	Índice	Ton.	Índice	Ton.	Índice	Ton.	Índice
1 9 6 0	957	100	829	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1 9 7 0	1.970	206	2.356	284	201	100	450	100	41	100	14	100	-	-	-	-
1 9 7 5	2.652	277	1.875	226	525	261	782	174	210	512	54	386	19	100	4	100
1 9 8 0	3.491	365	5.101	615	4.337	2.158	1.647	366	523	1.276	488	3.486	191	1.005	31	775
1 9 8 5	3.354	350	2.490	300	3.163	1.574	1.814	403	463	1.129	608	4.343	131	689	63	1.575
1 9 9 0	3.900	408	2.600	314	5.100	2.538	4.200	933	1.875	4.573	2.700	19.286	(**)	-	225	5.625

(**) Dados não informados (aparece junto com outras hortaliças que totalizaram 675 toneladas, das quais 300 toneladas de cebola).

Fonte: IBGE - Censo Agrícola - SC - 1960

- Censos Agropecuários - 1970, 1975, 1980, 1985.

- ACARESC - Escritório Local de Urubici: dados estimados para o ano de 1990.

safrã de 1980, com 5.101 toneladas, correspondendo a 22,39% da produçãõ estadual. De modo geral, a contribuiçãõ relativa do município em relaçãõ à produçãõ estadual tem sido decrescente, haja vista que participou com 31,32% da produçãõ em 1960, contra apenas 12,25% em 1985 (Tabela 24).

Em compensaçãõ, essa reduçãõ relativa da produçãõ de tomate tem sido acompanhada por um crescente aumento da produçãõ de outras hortaliças (Tabela 23). Ou seja, os horticultores têm procurado diversificar as culturas como forma de fugir às possíveis frustrações ocasionadas pelo monocultivo.

O tomate é uma hortaliça que requer controle permanente das doenças e pragas, cuja incidência é muito freqüente, além de ser muito sensível à geada. O seu custo de produçãõ é bastante elevado em funçãõ do grau de exigência de mão-de-obra, insumos e embalagem.

A Tabela 25 indica que o tomate constitui a mais importante hortaliça cultivada em Urubici, na década de 1970/80, apesar de ter decrescido sua participaçãõ de 53,10% para 33,94% do valor da produçãõ hortícola do município. O segundo produto mais importante é a batata-inglesa com pouco mais de 1/4 do valor da produçãõ. As demais hortaliças, individualmente apresentam menor expressãõ, em conjunto, contudo, mostram uma tendência de crescente participaçãõ no valor da produçãõ.

HOLDERBAUM et alii (In: WERNER & BRAUN, 1983: 20) distinguem dois ramos da produçãõ hortícola. O primeiro é representado pela produçãõ dos cinturões verdes e, o segundo, pela produçãõ dos chamados grandes produtos de exportaçãõ, como o tomate, batata-inglesa, cebola. É no segundo caso que enquadra-se a produçãõ do município em estudo. "A produçãõ de verãõ, obtida no Planalto Catarinense, principalmente no município de Urubici,

destina-se essencialmente aos mercados de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro" (NADAL et alii, 1986: 182).

A participação do município em relação à produção estadual de hortaliças pode ser avaliada pela Tabela 24. Assim, verifica-se que sua contribuição relativa no contexto da produção estadual é bastante relevante, justificando plenamente o motivo pelo qual Urubici passou a ser denominado a "Terra das Hortaliças". Em 1980 os produtos com participação mais significativa, relativamente à produção estadual (Tabela 24), foram: cenoura (26,72%), tomate (22,39%), repolho (17,46%), pimentão (16,44%) e beterraba (16,35%). Com contribuição mais restrita: couve-flor (6,15%), batata-inglesa (4,34%) e vagem (2,33%).

TABELA 24

Participação relativa da produção das principais hortaliças de Urubici, em relação à produção do Estado de Santa Catarina, 1960/1985

A N O	BATATA- INGLESA	TOMATE	REPOLHO	CENOURA	PIMENTÃO	BETERRABA	COUVE-FLOR	VAGEM
1960	3,87	31,32	-	-	-	-	-	-
1970	3,93	22,60	8,69	56,11	18,72	7,87	-	-
1975	4,21	17,09	4,79	23,89	16,04	5,68	1,62	0,70
1980	4,34	22,39	17,46	26,72	16,44	16,35	6,15	2,33
1985	2,91	12,35	11,71	22,20	13,64	17,88	3,81	4,03

Fonte: IBGE - Censo Agrícola - SC - 1960.

- Censos Agropecuários - SC - 1970, 1975, 1980, 1985.

TABELA 25

Distribuição do valor da produção, em porcentagem, das principais hortaliças cultivadas em Urubici, 1970/1985.

A N O	VALOR DA PRODUÇÃO EM %							
	BATATA-INGLESA	TOMATE	REPOLHO	CENOURA	PIMENTÃO	BETERRABA	COUVE-FLOR	VAGEM
1970	25,50	53,10	5,19	14,05	1,51	0,65	-	-
1975	32,01	31,44	9,10	19,26	5,58	1,39	1,05	0,17
1980	27,31	33,94	14,58	13,86	4,54	3,34	2,03	0,40

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários - SC - 1970, 1975, 1980.

No ano de 1985, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE, o município colocou-se como o primeiro produtor estadual de cenoura e repolho. Na produção de tomate e beterraba ocupou o segundo lugar. Além disso, foi o sexto produtor de couve-flor e feijão-vagem, situando-se ainda em nono lugar na produção de batata-inglesa. Assim, a produção de hortaliças tem colocado Urubici numa posição de destaque no contexto da produção catarinense.

O Censo de 1985 registra um decréscimo generalizado da participação relativa das hortaliças do município no conjunto da produção catarinense, com exceção apenas de dois produtos: beterraba e vagem. Contudo, em 1990, conforme levantamento realizado pelo Escritório Local da ACARESC (Tabela 23), a produção hortícola de Urubici registra elevado crescimento em relação ao ano de 1985. Por conseguinte, esses dados indicam que a tendência continua sendo no sentido de expansão da produção de hortaliças. Além disso, a diversificação com adoção de novas culturas

continua presente, haja vista que a cebola é citada com uma produção de 300 toneladas, além de outras hortaliças com 375 toneladas.

Ainda, de acordo com a fonte supracitada, em 1990, o número de produtores, segundo cada tipo de cultura, era o seguinte: repolho = 310, cenoura = 300, batata-inglesa = 290, tomate = 230, beterraba = 220, pimentão = 170, cebola = 70, vagem = 20, outras hortaliças = 50 produtores. Como a horticultura, caracteriza-se pela prática do policultivo, com diferentes combinações de cultivos, estima-se que mais de 500 agricultores cultivaram hortaliças no município de Urubici no ano de 1990 (Técnicos da ACARESC/Urubici).

Finalizando, a diversificação dos cultivos é explicada pelos horticultores como uma estratégia adotada visando prevenir eventuais prejuízos a que estariam sujeitos com a prática do monocultivo. Para muitos produtores, não se deve confiar num único produto em função da freqüente instabilidade dos preços e do mercado. Além disso, existe o risco de perdas decorrente tanto das condições climáticas como da ação de pragas.

4.2.2. Perfil do produtor

Pelas informações levantadas verificou-se que os produtores de hortaliças apresentam, de um lado, algumas características comuns e, de outro, certos atributos bastante diferenciados, tanto no que tange aos aspectos pessoais quanto ao que diz respeito às condições de produção.

A análise das entrevistas (50) revelou que 82% dos produtores são naturais do próprio município. Os imigrantes são oriundos de municípios próximos como: Grão-Pará, Braço do Norte, Orleans, Tubarão, São Joaquim, tendo, de modo

geral, ali chegados há mais de 30 anos. Em sua quase totalidade (98%) são casados, sendo de 2,12 o número médio de filhos que vivem em casa com a família. Essa média pode ser considerada relativamente baixa, porém explica-se pelo fato de que os filhos de muitos produtores já casaram e também, em certos casos, deixaram a família em busca de outras condições de trabalho ou de estudo.

A pesquisa indicou também que a idade do produtor oscila entre 20 e 70 anos, situando-se a idade média em 44,5 anos. Constatou-se que cerca de 2/3 dos produtores possuem idade acima de 40 anos, o que pode indicar que muitos jovens têm deixado o campo à procura de atividades urbanas. Os entrevistados confirmaram a existência atualmente de um fluxo de pessoas notadamente para cidades como Florianópolis e Criciúma, além de outros centros urbanos mesmo fora do Estado.

A emigração de membros da família pode ser explicada pela escassez de terras cultiváveis, já que a capacidade produtiva das pequenas unidades de exploração familiar não comportam a permanência de muitos dependentes em idade adulta. Como forma de evitar a inviabilidade econômica desses pequenos estabelecimentos, freqüentemente, a partilha por herança faz com que apenas um dos herdeiros, geralmente aquele que permaneceu junto aos pais, fique com a posse da terra. Desse modo procura-se manter o equilíbrio entre a capacidade produtiva e as condições de subsistência e reprodução desse segmento da produção agrícola.

A maioria dos entrevistados (54%) informou que cultiva hortaliças pelo menos há 20 anos. Apenas 20% pratica essa lavoura por tempo inferior a 10 anos. Tal fato demonstra que foi relativamente pequena a adesão de novos produtores na década de oitenta, mesmo porque, somente 4% dos produtores pesquisados possui idade inferior a 30 anos.

Ao serem indagados sobre os motivos pelos quais passaram a cultivar hortaliças, os produtores revelam diferentes razões. Como objetivo comum, entretanto, salienta-se a expectativa generalizada de auferir dinheiro - renda monetária - conforme ilustram algumas manifestações citadas:

- "Por ser uma lavoura comercial onde entra dinheiro vivo".
- "Porque essa é uma lavoura que dá mais renda para quem tem pouca terra".
- "Porque o pai já cultivava e considero um bom negócio".
- "Pela necessidade de diversificar a produção com um produto onde entra dinheiro".
- "Porque verifiquei que as hortaliças eram um negócio mais vantajoso que o cultivo de milho e feijão".
- "Pelo fato de que era a única lavoura que dava dinheiro".
- "Levando em conta que a região produz bem hortaliças e que rende dinheiro".
- "Por ser um negócio lucrativo e com dinheiro vivo".
- "Porque o financiamento para a produção era bom naquela época ... pegava o dinheiro no banco e só pagava no final da safra com juro baixo".

Para os produtores mais antigos a opção pelo cultivo de hortaliças representava uma das poucas alternativas para integrar-se ao circuito comercial, visto que, tradicionalmente, os mesmos dedicavam-se à produção de alimentos básicos ou de subsistência. A produção de hortaliças ainda representa a forma mais comumente adotada pelos agricultores para se integrar ao fluxo da economia de mercado.

O exame das informações coletadas referentes ao nível de escolaridade indicam que, dentre os produtores, 88% possuem o primeiro grau incompleto. A grande maioria cursou

apenas o antigo primário, que corresponde à 4ª série do primeiro grau. Se o número de analfabetos entre os entrevistados é pouco representativo (4%), também, não foi encontrado nenhum produtor que possuísse pelo menos o segundo grau completo. Essa situação evidencia um nível de instrução insatisfatório que por certo reflete-se no modo de organização da produção, bem como demonstra a precária formação escolar do homem rural.

Entre os entrevistados, 12% residem na área urbana e, por conseguinte, 88% vivem na área rural. Constatou-se, também, que 94% dos produtores residem em casa própria, sendo que 78% moram no próprio estabelecimento onde praticam o cultivo de hortaliças.

Acompanhando uma característica da região, especialmente do meio rural, as moradias são construídas predominantemente de madeira, sendo que apenas 20% dos entrevistados possuem casa de alvenaria. Essas habitações, em geral, são dotadas de infra-estrutura básica, considerando-se que 84% contam com água encanada e 82% são providas de instalações sanitárias. Além disso, 92% das residências dispõem de energia elétrica fornecida pela CELESC, o que mostra que a eletrificação rural é bastante difundida no município.

Observou-se que a situação econômica de certos horticultores é bastante precária, existindo, entretanto, diferenças acentuadas quando se compara os níveis de renda dos produtores de menor renda com os de renda mais elevada. As faixas de renda familiar, considerando todas as atividades econômicas desenvolvidas pelo produtor e demais membros da família, são muito diferenciadas entre si. Assim, existe produtores que percebem desde menos de 1 salário mínimo, até aqueles que atingem mais de 10 salários mínimos (Tabela 26).

Quase metade dos produtores (46%) afirmaram possuir renda familiar mensal na faixa de 2 a 3 salários mínimos. Tal fato caracteriza uma renda média relativamente baixa, tendo em vista que, em cada estabelecimento, o trabalho familiar é exercido em média por 3,04 membros da família não remunerados. Apenas 10% dos entrevistados declararam auferir renda superior a 10 salários mínimos mensais.

O produtor de hortaliças, em sua grande maioria, caracteriza-se pelo exercício de diferentes atividades econômicas, haja vista que 90% confirmaram possuir outras fontes de renda além da horticultura. Todavia, 66% desses produtores têm no cultivo de hortaliças a sua principal fonte de renda. A fumicultura representa a mais significativa fonte de renda para 16% dos entrevistados, seguindo-se a pecuária bovina de corte ou leite com 12%, o assalariamento temporário com 4% e a suinocultura com 2%.

Outro dado que também ajuda a caracterizar a condição econômica dos horticultores refere-se ao fato de que 54% possuem automóvel. Contudo, deve-se levar em consideração que mais da metade (52%) desses automóveis contava com mais de 10 anos. Somente 8% dos automóveis possuíam menos de 2 anos de uso. Os produtores de hortaliças, de modo geral, costumam adquirir automóveis usados, com exceção, naturalmente, daqueles que possuem maior poder aquisitivo e que conseguem comprar carros novos.

Ainda no que diz respeito aos aspectos referentes ao padrão de vida, constatou-se que parcela significativa dos produtores de hortaliças dispõem dos eletrodomésticos essenciais numa residência. Desse modo, 88% declararam

TABELA 26

Renda familiar mensal segundo a área da propriedade hortícola

RENDA MENSAL (Salários Mínimos)	Menos de 5 ha		5 ---- 10 ha		10 ---- 20 ha		20 ---- 50 ha		50 ---- 100 ha		100 e mais ha		T O T A L	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%		
Menos de 1 S.M.	2	4,00	2	4,00	-	-	-	-	-	-	-	-	4	8,00
1 Salário Mínimo	4	8,00	3	6,00	-	-	2	4,00	-	-	-	-	9	18,00
2 a 3 S.M.	6	12,00	4	8,00	4	8,00	3	6,00	5	10,00	1	2,00	23	46,00
4 a 5 S.M.	1	2,00	3	6,00	1	2,00	2	4,00	1	2,00	-	-	8	16,00
6 a 10 S.M.	-	-	-	-	-	-	1	2,00	-	-	-	-	1	2,00
Mais de 10 S.M.	1	2,00	-	-	1	2,00	3	6,00	-	-	-	-	5	10,00
T O T A L	14	28,00	12	24,00	6	12,00	11	22,00	6	12,00	1	2,00	50	100,00

Fonte: Dados da pesquisa de campo - 1990.

possuir televisão, 94% rádio, 90% geladeira, 86% freezer, 20% lavadora de roupa e 16% telefone.

Notou-se que a disponibilidade de telefone constitui um importante instrumento no sentido de facilitar a articulação dos mecanismos de comercialização da produção, agilizando o contato com os compradores.

Com base no exame dos indicadores referidos e nas observações efetuadas durante o trabalho de campo, pode-se dizer que os horticultores, em geral, possuem um nível de vida que pode ser considerado razoável. Contudo, essas condições de vida exigem, sem dúvida, muito esforço e trabalho. Facilmente pode ser verificado o sobretabalho a que estão submetidos os agricultores, especialmente nos períodos de picos de safra, quando é comum a extensão da jornada de trabalho dos membros da família. Além do cultivo de hortaliças, como já foi dito anteriormente, 90% dos entrevistados exercem outras atividades econômicas visando garantir um melhor nível de renda familiar.

Finalmente, observou-se que esses agricultores, se, por um lado, não vivem em situação de miséria, também, por outro lado, são exceções os que atingiram um bom padrão de vida ou que conseguiram capitalizar-se. Conseqüentemente, via de regra, a renda média auferida garante aos horticultores tão-somente as condições de subsistência e reprodução do grupo familiar.



4.2.3. Situação fundiária

Quanto ao tamanho da propriedade hortícola, nas 50 unidades pesquisadas, a análise mostrou uma diversidade muito acentuada com valores de 1 a 147 ha. A soma da área total das mesmas atingiu 1.056 ha, o que corresponde a uma dimensão média de 21,12 ha. por unidade produtiva (Tabela

27). Prevaecem nesse conjunto, como produtores, os próprios proprietários da terra que representam 68% do total.

Dentre os (34) produtores proprietários das terras cultivadas, 52,94% (18) detinham a propriedade de mais de um estabelecimento agropecuário. Os demais produtores (16) exploravam a terra na condição de arrendatários (16%), parceiros (8%) e ocupantes⁽²⁾ (8%). Dos produtores entrevistados, por conseguinte, 32% não eram proprietários da terra cultivada com hortaliças. Outros 34% eram proprietários de apenas uma unidade e 34% possuíam mais de um estabelecimento agropecuário.

TABELA 27

Distribuição do número e área das propriedades pesquisadas produtoras de hortaliças por categorias dimensionais.

CLASSES DE ÁREA (Ha)	PROPRIEDADE		Á R E A		X CUMULATIVA	
	Número	X	Ha	X	No. Propr.	Área
0 !---- 5	14	28,00	35	3,31	28,00	3,31
5 !---- 10	12	24,00	79	7,48	52,00	10,79
10 !---- 20	6	12,00	84	7,96	64,00	18,75
20 !---- 50	11	22,00	365	34,56	86,00	53,31
50 !---- 100	6	12,00	346	32,77	98,00	86,08
100 e mais	1	2,00	147	13,92	100,00	100,00
T O T A I S ⁽⁴⁾	50	100,00	1.056	100,00	-	-

⁽⁴⁾ 16 horticultores pesquisados não eram proprietários das terras cultivadas.

Fonte: Dados da pesquisa de campo - 1990.

Ainda notou-se que 8% dos produtores, embora não sendo proprietários da terra em que cultivavam hortaliças,

eram proprietários de um estabelecimento utilizado com outra atividade econômica. O fato desses agricultores plantarem hortaliças em terras de terceiros deve-se à localização desfavorável de suas propriedades, ou mesmo à inadequação das terras para tal finalidade. Assim os produtores detentores da propriedade de alguma área de terra representavam 76%, contra 24% sem terra própria. Levando-se em consideração a soma da área de todas as terras referentes aos produtores inquiridos, proprietários de algum estabelecimento agropecuário (38), constatou-se uma enorme diferença de dimensão entre as mesmas.

A amplitude com relação à extensão total das terras próprias, da menor para a maior área, variou de 0,5 a 530 ha, situando-se a área média de terras por proprietário em 95,71 ha (Tabela 28). Essa área média é superior àquela encontrada para o município no ano de 1985, conforme indica a Tabela 08. Porém, aqui deve-se levar em consideração o fato de que certos produtores possuem mais de um estabelecimento agropecuário.

Embora existam produtores com área de terras bastante extensas, no que tange à disponibilidade de terras adequadas à prática agrícola, entretanto, comumente as mesmas são relativamente reduzidas. Estas, via de regra, restringem-se à planície bastante estreita formada pelo fundo do vale do Canoas.

Por conseguinte, a maior parte das terras que constituem a região do vale do Canoas apresentam restrições quanto ao aproveitamento agrícola, em função das características do relevo bastante acidentado. Além dessas terras, alguns entrevistados (4) declararam possuir certas áreas de terras formadas por campos, localizadas no Planalto Basáltico-Arenítico, utilizadas para criação de gado bovino.

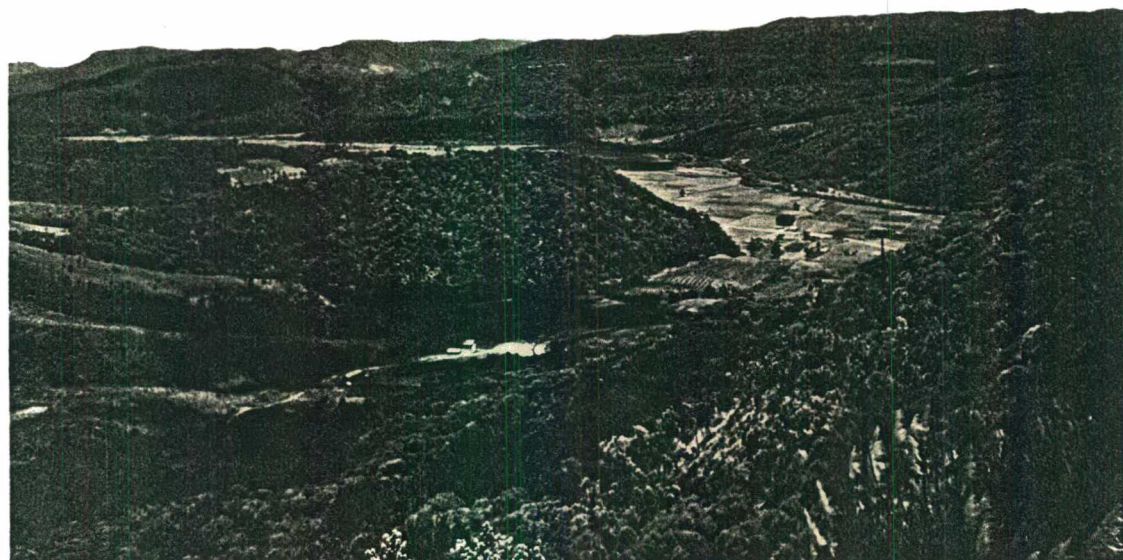


FIGURA 12 - O fundo do vale do rio Canoas, no município de Urubici, apresenta uma planície bastante estreita que é aproveitada pela atividade agrícola.



FIGURA 13 - Como o relevo da região impõe restrições ao uso do solo pela agricultura, a horticultura é praticada em pequenas propriedades ao longo do rio Canoas.

TABELA 28

Distribuição da área total das terras pertencentes aos produtores pesquisados por categorias dimensionais.

CLASSES DE ÁREA (Ha)	PROPRIETÁRIOS		Á R E A		% CUMULATIVA	
	Número	%	Ha	%	No. Produt.	Área
0 !---- 10	9	23,68	42	1,16	23,68	1,16
10 !---- 20	5	13,16	64	1,76	36,84	2,92
20 !---- 50	5	13,16	143	3,93	50,00	6,85
50 !---- 100	8	21,05	525	14,43	71,05	21,28
100 !---- 200	4	10,53	602	16,55	81,58	37,83
200 !---- 500	6	15,79	1.731	47,60	97,37	85,43
500 e mais	1	2,63	530	14,57	100,00	100,00
T O T A I S ⁽¹⁾	38	100,00	3.637	100,00	-	-

⁽¹⁾ 12 horticultores pesquisados não possuíam terras próprias.

Fonte: Dados da pesquisa de campo - 1990.

O que mais importa na determinação da utilização do solo, segundo afirmação de alguns agricultores, não é a quantidade de terras de que dispõem, mas principalmente as características e a qualidade das mesmas.

A distribuição da área total das terras pertencentes aos produtores pesquisados (Tabela 28), de um lado, indica que 50% dos proprietários possuem propriedades com área inferior a 50 ha, que correspondem a 6,85% das terras. De outro lado, os detentores de 200 e mais hectares, que constituem 18,42% dos proprietários, dispõem de 62,17% da área das propriedades.

Os dados referidos mostram que é muito desigual a distribuição da propriedade da terra entre os produtores de hortaliças, fato que acompanha uma tendência geral do município, já analisado no capítulo anterior. Além disso, também deve-se ter em conta que existe uma parcela de horticultores (24%) não-proprietários de terras. As especificações da distribuição da propriedade da terra, entre o segmento de proprietários abrangidos pela pesquisa de campo e a estrutura fundiária do município, podem ser vistas pelo confronto da Tabela 27 com a Tabela 08.

Concluindo, quanto à forma pela qual o proprietário adquiriu a posse da terra referente à unidade produtiva pesquisada, surge com maior freqüência o sistema de doação por herança. Assim, foram contemplados com a terra pela partilha por herança 38,29% dos proprietários e para 26,47% a propriedade decorreu de herança e compra. Os outros 35,29% adquiriram a terra exclusivamente mediante a compra.

4.2.4. Condição do produtor e uso da terra

No que diz respeito à distribuição da área das propriedades (Tabela 29) segundo a condição do produtor, os proprietários constituem a grande maioria, perfazendo 68% dos produtores pesquisados e 91,10% da área. A sua área média é de 28,29 ha, o que representa uma extensão bastante superior às categorias dos demais produtores. Deve-se ressaltar que as informações concernentes à condição do produtor refletem o levantamento dos (50) produtores, no que tange às terras integrantes a cada uma das propriedades hortícolas em que se efetuou a pesquisa. Ou seja, não foram considerados outros estabelecimentos que o pesquisado eventualmente possuísse.

TABELA 29

Distribuição da área das propriedades pesquisadas segundo a condição do produtor

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	PRODUTORES PESQUISADOS		ÁREA DAS PROPRIEDADES PESQUISADAS		ÁREA MÉDIA DAS PROPRIEDADES PESQUISADAS (Ha)
	Número	%	Ha	%	
Proprietário	34	68,00	962	91,10	28,29
Arrendatário	8	16,00	59	5,59	7,38
Parceiro	4	8,00	11	1,04	2,75
Ocupante	4	8,00	24	2,27	6,00
T O T A I S	50	100,00	1.056	100,00	21,12

Fonte: Dados da pesquisa de campo - 1990.

Os arrendatários constituem o segundo grupo em termos de importância com 16% dos produtores e 5,59% da área. Os mesmos dividem-se entre os que arrendaram uma propriedade e nela residem, e aqueles cujo arrendamento refere-se apenas a uma parcela de terra destinada exclusivamente ao cultivo de hortaliças.

Os casos de parceiros e ocupantes encontrados são formados por idêntico contingente, ou seja, cada segmento absorve 8% dos produtores, sendo a área ocupada de 1,04% e 2,27% respectivamente. Pelas observações efetuadas a parceria, via de regra, representa a situação econômica mais precária entre os produtores de hortaliças.

Ainda, segundo pode-se constatar, tanto as explorações por parceiros quanto por arrendatários acham-se assentadas em relações de produção baseados no trabalho familiar. Isto é, não se trata da parceria e do arrendamento capitalista que baseiam sua exploração no trabalho

assalariado. Com relação aos ocupantes, todos os casos encontrados dizem respeito a terras cedidas graciosamente, pelo pai ou sogro do produtor, para sua exploração.

A participação expressiva dos não-proprietários na produção de hortaliças pode refletir, de um lado, a dificuldade de acesso à terra, em decorrência da elevada valorização fundiária vigente na região hortícola do vale do Canoas. De outro, pela restrição do contingente de mão-de-obra disponível por parte de alguns proprietários que, muitas vezes, recorrem a terceiros como forma de exploração da terra.

A parceria pode ser vista por determinados proprietários como uma "forma não só de dividir os riscos e escapar às obrigações trabalhistas, mas também de atrair mão-de-obra, dado que esse tipo de relação é mais valorizado entre trabalhadores rurais sem terra" (MUSUMECI, 1987: 107). De fato, nas entrevistas efetuadas, os parceiros foram unânimes em manifestar a opinião de que é preferível adotar essa categoria de produtor, do que sujeitar-se a trabalhar como assalariado.

O motivo levantado pelos mesmos consiste, basicamente, na alegação de que o assalariamento agrícola constitui uma forma de trabalho bastante instável e que exige muito sacrifício em troca de uma pequena remuneração.

A Tabela 30, cujos dados referem-se às propriedades hortícolas em que se efetuou o levantamento de campo, dá uma idéia do uso da terra nas unidades que cultivam hortaliças no município e que se localizam no vale do Canoas.

Como se pode verificar, mais de 50% da área dessas propriedades são ocupadas por pastagens, das quais, 41,57% constituídas por pastagens naturais e 9,09% por pastagens plantadas. A área com pastagens cultivadas, no entanto,

sofre variações no decorrer do ano. Assim sendo, no inverno é comum o aproveitamento de certas áreas, ocupadas no verão com hortaliças e milho, para o plantio de pastagens, destinadas principalmente ao gado leiteiro. Desse modo pratica-se uma rotação de culturas de verão e de inverno. Nos estabelecimentos onde não são cultivadas pastagens durante o inverno, por conseguinte, as terras ficam em descanso.

Sob o ponto de vista da localização espacial, as pastagens naturais, a grosso modo, situam-se numa faixa intermediária das propriedades. Isto é, de um lado, situam-se as áreas de cultivos que ocupam as terras mais planas e férteis da planície fluvial e, de outro, as áreas de matas que normalmente cobrem as vertentes mais acidentadas do vale do Canoas e de seus tributários (Figura 14).

A matas representam 23,29% da área das unidades pesquisadas, cabendo às culturas temporárias e permanentes 25,95%. As culturas permanentes estão representadas pelo cultivo da maçã que aparece em 12% das unidades visitadas. Por sua vez, entre as culturas temporárias, além das hortaliças, destacam-se três produtos: o milho cultivado por 78% dos entrevistados, o feijão, por 20% e o fumo por 18%.

A maioria dos horticultores de Urubici, pelo visto, caracteriza-se pelo desenvolvimento da policultura, envolvendo tanto produtos comerciais como de subsistência. Além dos cultivos citados observou-se, também, a prática da criação de animais domésticos destinados ao auto-consumo, bem como da pecuária bovina voltada especialmente à produção de leite.






As hortaliças ocupam 9,28% da área das propriedades visitadas, o que equivale à média de 1,94 ha cultivados com hortaliças por unidade de produção. Considerando-se que 14%

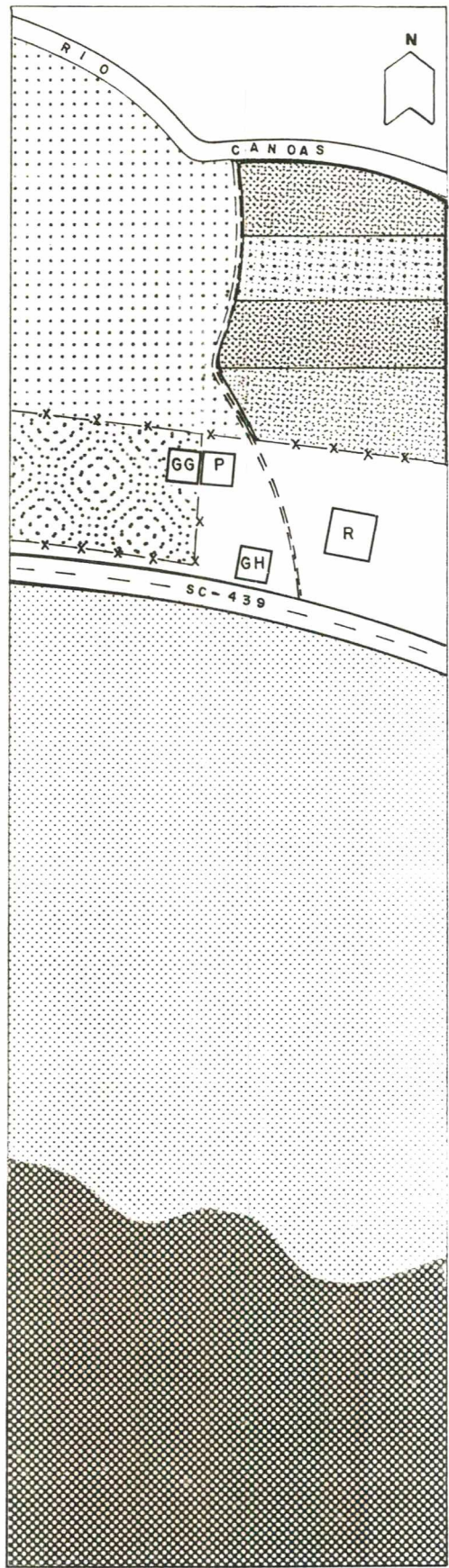
ESQUEMA DE PROPRIEDADE
HORTÍCOLA DO VALE DO CANOAS
(SANTA TEREZA — URUBICI)

LEGENDA :

- R RESIDÊNCIA
- GH GALPÃO PARA HORTALIÇAS
- P PAIOL
- GG GALPÃO PARA GADO

- x—x— CERCA
- == == CAMINHO RURAL

-  MATA
-  PASTAGEM
-  CEREAIS (MILHO E FEIJÃO)
-  HORTALIÇAS
-  POTREIRO



1.600 m.

FIGURA 14

120 m. S/ESC.

dos produtores declararam cultivar hortaliças também num segundo estabelecimento, conseqüentemente, a área média dessas lavouras amplia-se para 2,50 ha por produtor.

TABELA 30

Utilização da terra, nas propriedades hortícolas pesquisadas, com indicação da área explorada segundo o tipo de atividade

TIPO DE UTILIZAÇÃO	ÁREA EXPLORADA		PROPRIEDADES ENVOLVIDAS	
	Ha	%	No. Prop.	% rel. ao TOTAL
Cultivo de Hortaliças	98	9,29	50	100,00
Outros Cultivos Temporários	168	15,91	40	80,00
Pomar	9	0,85	6	12,00
Pastagens Naturais	439	41,57	33	66,00
Pastagens Plantadas	96	9,09	10	20,00
Katas	246	23,29	16	32,00
TOTAL	1.056	100,00	-	-

Fonte: Dados da pesquisa de campo - 1990.

A distribuição da área utilizada com hortaliças por propriedade, de acordo com os grupos de área das lavouras, pode ser visualizada pela Tabela 31. Observa-se que é muito pequeno o número de propriedades com área de cultivo inferior a 1 ha. Quase 3/4 das unidades visitadas possuem lavouras com dimensão entre 1 e 3 ha, que ocupam 54,64% da área cultivada. Com 5 ha e mais aparecem somente 4% das propriedades e que abrangem 19,07% da área.

Como já foi visto, a relação área cultivada com hortaliças/propriedade, em média, é inferior a 2 ha, considerando-se exclusivamente as unidades pesquisadas. O que

pode ser considerado uma lavoura relativamente pequena, principalmente levando-se em conta as condições climáticas que limitam o cultivo a uma safra por ano.

TABELA 31

Distribuição da área cultivada com hortaliças nas propriedades pesquisadas

GRUPO DE ÁREAS DAS LAVOURAS (Ha)	PROPRIEDADES		Á R E A	
	Número	%	Ha	%
0 !----- 1	3	6,00	1,5	1,55
1 !----- 2	24	48,00	26,0	26,80
2 !----- 3	13	26,00	27,0	27,84
3 !----- 5	8	16,00	24,0	24,74
5 e mais	2	4,00	18,5	19,07
TOTAL	50	100,00	97,0	100,00

Fonte: Dados da pesquisa de campo - 1990.

Além disso, poucos produtores demonstraram interesse em expandir a área cultivada com hortaliças. Na verdade, somente 12% manifestaram a pretensão de ampliar essa lavoura nas próximas safras. Para justificar esse desinteresse, a maioria dos horticultores (64%) argumenta que "a lavoura de hortaliças não está compensando". Muitos produtores também alegaram que "não dispõem de mão-de-obra familiar suficiente para tocar uma lavoura maior e se for pagar empregados não sobra nada".

Quando da realização das entrevistas os horticultores mostraram-se, em geral, duplamente decepcionados. Primeiro, pelo baixo valor conseguido na comercialização da produção

e, segundo, pelo elevado custo dos insumos industriais que têm elevado os custos de produção nos últimos anos.

Com referência às espécies hortícolas cultivadas, como não foi possível quantificar a área ocupada individualmente pelas mesmas, a Tabela 32 indica a freqüência dos cultivos nas (50) propriedades abrangidas pelas entrevistas. Assim, o tomate é a cultura encontrada com maior freqüência, cultivado em 90% das unidades pesquisadas. É interessante notar que ele representa o pioneirismo no desenvolvimento da horticultura de Urubici.

TABELA 32

Freqüência do cultivo de hortaliças nas propriedades pesquisadas

H O R T A L I Ç A S	FREQÜÊNCIA DE CULTIVO	
	Número	%
Tomate	45	90,00
Pimentão	30	60,00
Repolho	25	50,00
Cenoura	24	48,00
Beterraba	17	34,00
Batata-Inglesa	10	20,00
Vagem	6	12,00
Cebola	4	8,00
Couve-flor	1	2,00
Outras hortaliças	3	6,00

Fonte: Dados da pesquisa de campo - 1990.



FIGURA 15 - Os horticultores costumam praticar o policultivo, sendo comum a combinação do cultivo de hortaliças e cereais.



FIGURA 16 - As hortaliças são dispostas em faixas obedecendo, habitualmente, a rotação de culturas.

Depois do tomate aparecem, como culturas com maior difusão entre os agricultores, o pimentão com 60% de frequência, o repolho com 50%, a cenoura com 48% e a beterrada com 34%. As demais hortaliças cultivadas foram encontradas com menor incidência.

Segundo alguns produtores, os tipos de hortaliças cultivadas, bem como a extensão da área ocupada podem variar de um ano para outro, como resultado do comportamento dos preços e da procura verificada na safra anterior. Isto é, se um produto numa determinada safra consegue bom preço, na safra seguinte o mesmo tende a ter sua área de cultivo ampliada devido à boa expectativa gerada. E, pelo contrário, quando um produto acarreta prejuízos, seja em consequência de preço baixo ou falta de mercado, na safra seguinte a tendência é a redução de sua área de cultivo.

Inúmeros foram os relatos de perdas já verificadas pelos horticultores, como decorrência dos fatos anteriormente citados bem como em função de efeitos climáticos.

Ainda, na opinião dos horticultores, a lavoura de hortaliças envolve certas dificuldades e riscos decorrentes, sobretudo, do elevado custo de produção e da instabilidade dos preços e do próprio mercado comprador. Devido à freqüente oscilação dos preços e à própria incerteza da procura pelo mercado, os agricultores costumam adotar o policultivo das hortaliças como forma de tentar compensar eventuais perdas que um determinado produto possa apresentar.

Enfim, o uso do solo nas unidades pesquisadas indica, em geral, a preocupação dos produtores em diversificar a atividade agropecuária, como meio para garantir-lhes melhores condições de subsistência e de vida.

4.2.5. Relações de trabalho

As relações de trabalho que vigoram entre os entrevistados caracterizam-se pelo predomínio do uso da mão-de-obra familiar em relação aos assalariados temporários e permanentes. Mesmo no período de maior atividade do ciclo produtivo - pico da colheita - representado pelo mês de fevereiro, o qual foi tomado como referência para o levantamento dos dados de campo, o trabalho familiar supera amplamente a ocupação de assalariados.

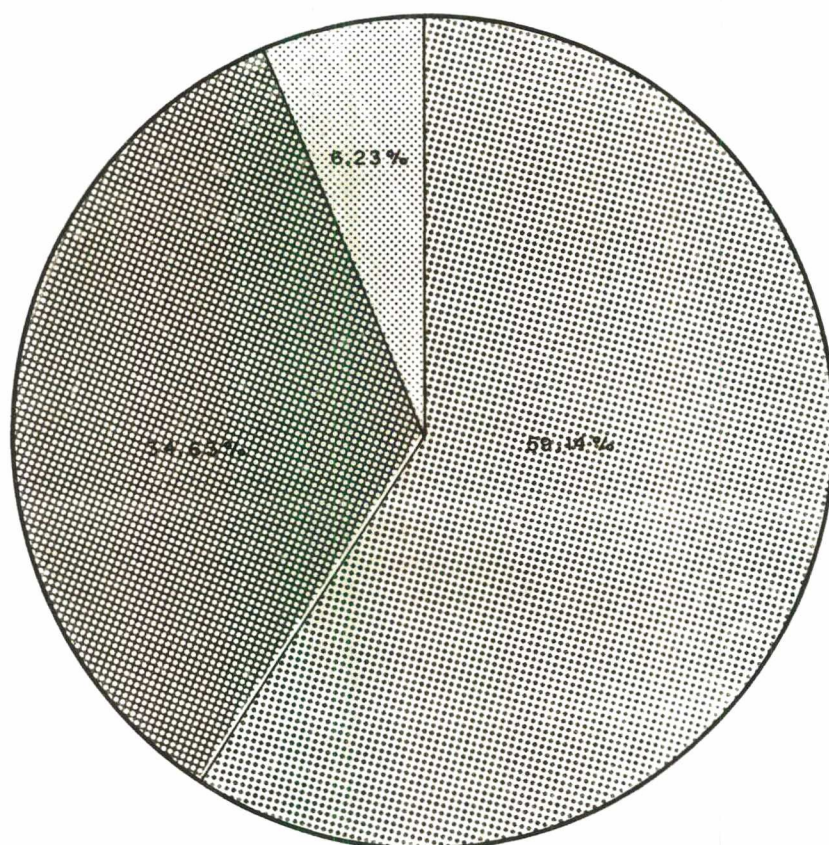
Conforme ilustra a Figura 17, que mostra a distribuição do pessoal ocupado no pico da colheita, a mão-de-obra familiar representa 59,14% do total ocupado pelas propriedades pesquisadas. Os assalariados, por sua vez, mesmo sendo considerado o momento mais intenso ou de pico do uso da mão-de-obra extra-familiar, correspondem a 40,82%, dos quais, 34,63% na condição de empregados temporários e 6,23% como empregados permanentes.

Na maior parte dos casos estudados, por conseguinte, o produtor e sua família constituem o contingente mais expressivo da força de trabalho entre os horticultores. Esse fato bem demonstra que a produção de hortaliças repousa fundamentalmente em bases de trabalho familiar.

Tendo como referência a situação vigente no mês de fevereiro/90, observou-se que o pessoal ocupado por propriedade variou de 2 a 15 unidades de força de trabalho. A média da relação mão-de-obra/unidade produtiva situou-se em 5,14% unidades de força de trabalho. Levando-se em consideração exclusivamente a mão-de-obra familiar, essa relação diminui para 3,04%.

Cabe lembrar que o cultivo de hortaliças, embora represente um setor moderno da agricultura, pelas peculiaridades bastante laboriosas das várias etapas do

DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO
OCUPADA NA HORTICULTURA, SEGUNDO AS
CATEGORIAS DE MÃO-DE-OBRA, FEVEREIRO/90



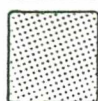
CONVENÇÕES:



MÃO-DE-OBRA FAMILIAR



EMPREGADOS TEMPORÁRIOS



EMPREGADOS PERMANENTES

FIGURA 17

REALIZAÇÃO: C.J. ISRAEL

ciclo agrícola, caracteriza-se pela ampla absorção de mão-de-obra que se intensifica na época da colheita. As tarefas iniciais como preparo da terra, plantio e tratos culturais, podem ser realizadas, pelo menos no caso da maioria dos produtores entrevistados, mediante o emprego de mão-de-obra quase totalmente familiar. A colheita, por sua vez, corresponde à etapa que exige maior participação do trabalho extra-familiar.

A etapa final da produção necessita de um grande número de braços, haja vista que o momento da colheita é caracterizado, exceto o transporte, pelo trabalho manual. Conseqüentemente, esse período normalmente provoca tanto a intensificação do trabalho familiar como, também, na maior parte das unidades estudadas, a necessidade de alguma mão-de-obra suplementar à familiar.

Paradoxalmente, a intensificação da jornada de trabalho familiar e mesmo a necessidade ou ampliação de empregados assalariados resulta, pelo menos em parte, da difusão de técnicas modernas como a mecanização, da qual decorre o emprego generalizado do trator que potencializa a produção, permitindo a ampliação da área cultivada.

Os dados da Tabela 33, referentes ao momento de pico da colheita de hortaliças que ocorre em fevereiro, indicam que nessa etapa do ciclo agrícola, mais da metade das unidades produtivas visitadas têm necessidade de recorrer ao emprego de mão-de-obra assalariada. De acordo com os entrevistados, o período mais significativo do emprego de mão-de-obra extra-familiar corresponde aos meses de janeiro a março, quando desenvolve-se o grosso da colheita da safra hortícola. O número de empregados temporários em cada unidade produtiva, porém, varia de um dia para outro de acordo com a amplitude e urgência do serviço, bem como da disponibilidade de trabalhadores no momento desejado.

Ainda, conforme a referida Tabela, 48% das propriedades pesquisadas utilizam de 1 a 4 empregados temporários, sendo que apenas 10% das mesmas ocupam mais de 10 empregados. Por conseguinte, 42% das unidades têm sua produção baseada exclusivamente no trabalho familiar, ou seja, sem recorrer ao trabalho assalariado.

TABELA 33

Força de trabalho assalariado, referente ao momento de pico da colheita de hortaliças, ocupado pelas unidades pesquisadas, fev./90.

A N O	EMPREGADOS TEMPORÁRIOS				EMPREGADOS PERMANENTES			
	UNIDADES PRODUTIVAS		PESSOAL OCUPADO		UNIDADES PRODUTIVAS		PESSOAL OCUPADO	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Nenhum	21	42,00	-	-	39	78,00	-	-
1 a 2	16	32,00	24	26,96	8	16,00	8	50,00
3 a 4	8	16,00	27	30,34	1	2,00	2	12,50
5 a 6	3	6,00	16	17,98	2	4,00	6	37,50
7 e mais	2	4,00	22	24,72	-	-	-	-
TOTAL	50	100,00	89	100,00	-	100,00	16	100,00

Fonte: Dados da pesquisa de campo - 1990.

No que se refere aos empregados permanentes, constata-se que seu uso é pouco representativo (6,23%) em relação ao conjunto da mão-de-obra ocupada. Além disso, embora essa categoria de trabalhadores execute serviços ligados à safra de hortaliças, em geral, os mesmos acham-se vinculados principalmente a outras atividades econômicas desenvolvidas pelos produtores de hortaliças.

Como na época das safras amplia-se a necessidade de trabalhadores na região, muitos horticultores sentem o

problema da escassez de mão-de-obra. Destarte, 78% dos inquiridos afirmaram que existe falta de trabalhadores disponíveis. Os depoimentos que seguem ilustram tais opiniões:

- "As pessoas desocupadas têm procurado ir morar nas cidades".
- "Aqui no interior todos já trabalham".
- "Em Urubici e arredores têm muita gente desempregada mas não querem trabalhar na lavoura".
- "As pessoas não querem saber de trabalhar com hortaliças".
- "Na época da safra das hortaliças é difícil encontrar trabalhador para contratar".
- "Todos querem contratar pessoas na mesma época".
- "Cada pessoa já tem seu serviço fixo".
- "Todos já têm suas lavouras e por isso não se acha ninguém disponível".
- "Quase todos já trabalham. Outros não querem trabalhar com hortaliças ou querem muito caro".
- "Muitos sem terra já trabalham e outros não querem trabalhar na lavoura de hortaliças".
- "No local não se acha. Tem que ir buscar em outras localidades".
- "Não têm pessoas disponíveis. Quem não tem terra trabalha como meeiro".
- "As pessoas já trabalham, se precisar tem que usar dia trocado com os vizinhos".
- "As pessoas já têm seus empregos. As vezes é mais fácil trocar dias com vizinhos".

Percebeu-se, nas conversas com os horticultores, que é mais fácil encontrar mão-de-obra disponível nos arredores da cidade de Urubici, especialmente no bairro Esquina, bem como no distrito de Águas Brancas. Nas localidades mais afastadas da área urbana, parece que a dificuldade na

contratação de empregados é mais acentuada. Em algumas dessas localidades, de maneira especial onde a densidade de lavouras com hortaliças é menor, constatou-se a ocorrência da prática de troca de dias de trabalho entre vizinhos.

Possivelmente essa forma de cooperação mútua decorre da conjugação de dois fatores. Primeiro, da escassez de mão-de-obra e, segundo, das precárias condições financeiras de certos produtores. Porém, essa e outras formas não-monetarizadas de trabalho, como por exemplo o mutirão, provavelmente estão desaparecendo na região em função da tendência crescente de mercantilização das relações de produção.

A Tabela 34 possibilita uma visão da absorção da força de trabalho familiar que, em regra, constitui a característica fundamental dos produtores de hortaliças. Na composição do trabalho familiar, geralmente estão envolvidos, além do produtor, a esposa e filhos, bem como, em alguns casos mais esporádicos, outros parentes como genros, noras ou irmãos.

A relação entre mão-de-obra familiar/propriedade apresenta uma média relativamente baixa, situando-se em torno de 3 unidades de força de trabalho. Constatou-se que 88% das propriedades pesquisadas ocupam de 1 a 4 membros da família e que correspondem a 77,63% do pessoal ocupado dessa categoria.

O trabalho familiar é caracterizado pela longa jornada, na medida em que os membros da família comumente trabalham de sol a sol, sem preocupação com o horário que normalmente ultrapassa 10 horas diárias. Além dos serviços ligados ao cultivo de hortaliças, o produtor e os membros da família executam, também, outras tarefas referentes às demais atividades usualmente desenvolvidas pela propriedade (cultivo de cereais, fumo, pecuária, etc.).

TABELA 34

**Força de trabalho familiar ocupada nas unidades
hortícolas pesquisadas**

NÚMERO DE PESSOAS	UNIDADES PRODUTIVAS		PESSOAL OCUPADO	
	Número	%	Número	%
1 a 2	19	38,00	31	20,39
3 a 4	25	50,00	87	57,24
5 a 6	5	10,00	27	17,76
7 e mais	1	2,00	7	4,61
TOTAL	50	100,00	152	100,00

Fonte: Dados da pesquisa de campo - 1990.

Na horticultura é bastante comum o envolvimento de quase todos os membros da família, incluindo com freqüência até mesmo as crianças. Na elaboração da Tabela 34, não obstante, foram computados como uma unidade de força de trabalho apenas os filhos situados na faixa etária a partir dos 14 anos de idade e que participam integralmente da jornada diária de trabalho. Por sua vez, aqueles com idade entre 9 e 14 anos foram considerados como meia unidade de força de trabalho.

Os filhos que estudam acabam participando pouco do trabalho agrícola. Esta é a opinião de alguns horticultores, referindo-se, particularmente, aqueles que se deslocam diariamente até a cidade de Urubici onde freqüentam estabelecimentos de ensino de primeiro ou segundo graus.

Como a escolarização dos filhos representa algum sacrifício por parte da família, notou-se a existência de dois tipos de atitudes ligada aos agricultores. Assim,



FIGURA 18 - A colheita é a etapa agrícola que exige maior mão-de-obra e, por conseguinte, intensifica o trabalho familiar.



FIGURA 19 - A mecanização é representada pelo uso de tratores. O microtrator ("Tobata"), pela sua versatilidade, é o mais difundido.

distingue-se um primeiro grupo de horticultores preocupados em propiciar condições para que os filhos possam estudar. Levam em consideração o fato de que, com o decorrer do tempo, a exigüidade das terras leva muitos dependentes a deixar o núcleo familiar em busca de outra alternativa de trabalho. O estudo nesse caso representa uma esperança de melhores dias para os filhos.

Esses produtores procuram priorizar o estudo para os filhos em relação ao trabalho nas atividades agrícolas, como pode ser visto por alguns depoimentos emitidos:

- "A prioridade dos filhos é para a escola pois é muito importante que eles estudem".
- "Embora façam falta na lavoura é preferível que eles estudem".
- "Os filhos sempre tiveram o tempo disponível para estudar" (possui filhos com curso universitário).
- "Os filhos precisam estudar e, então, somente nas horas de folga ajudam na lavoura".
- "O trabalho na lavoura nunca atrapalhou os estudos" (possui um filho universitário).
- "Os filhos só ajudam na lavoura durante as férias".
- "Os filhos puderam estudar apesar de fazerem falta no trabalho da lavoura" (possui um filho com curso universitário).
- "Os filhos deixaram de estudar mas não foi por causa do trabalho e sim por falta de colégio adequado de segundo grau em Urubici".
- "Só não estudou quem não quis" (possui um filho universitário).

Para o segundo grupo de horticultores, porém, acaba preponderando a necessidade de contar com a ajuda dos filhos no trabalho como condição essencial para realização da lavoura, conforme expressam algumas de suas observações:

- "Os filhos foram obrigados a deixar o estudo devido a necessidade de ajudar na lavoura".

- "O estudo é atrapalhado. Porém, se sai para estudar não dá para fazer lavoura".
- "Trabalho e estudo é difícil. Tem que parar de estudar para poder ajudar na lavoura".
- "Na época da roça é difícil de estudar".
- "O trabalho atrapalha bastante o estudo. O filho mais velho teve que deixar o ginásio para ajudar em casa".
- "A necessidade de trabalhar atrapalha ... as vezes os filhos querem estudar e não dá".
- "O trabalho torna difícil o estudo dos filhos. Até a saúde deles é prejudicada por terem que estudar à noite... mas não tem outro jeito".

Finalmente, considerando-se que o cultivo de hortaliças é realizado no verão, sendo que a época mais crítica de mão-de-obra corresponde ao momento da colheita, que coincide em grande parte com o período de férias, certamente, ao longo desse período, a participação dos filhos que estudam é bastante significativa no trabalho agrícola. Dessa maneira, a participação dos membros da família provavelmente é superior àquela indicada na Tabela 34. Além disso, o trabalho familiar é constante, o que não ocorre com o assalariado temporário, cujo trabalho é eventual, concentrando-se nos momentos de pico do ciclo agrícola.

4.2.6. Tecnificação da produção

MUSUMECI (1987: 106), em seu estudo abordando os hortigranjeiros no Estado do Rio Janeiro, observa que na horticultura:

"... a tecnificação se materializa, sobretudo, em métodos poupadores de terra, como o emprego de adubos, defensivos, corretivos, sementes

e mudas melhoradas, o pequeno espaçamento das plantas, a rotação de culturas, etc., métodos estes que, a diferença da mecanização, não reduzem necessariamente a quantidade de trabalho por unidade de superfície cultivada".

A tecnificação da lavoura de hortaliças em geral é bastante elevada, sendo representada principalmente pelo uso de insumos industriais.

Ainda de acordo com MUSUMECI:

"O grau de mecanização dos estabelecimentos olerícolas é muito variável, havendo desde aqueles que praticamente só utilizam a força braçal até aqueles que, possuindo máquinas próprias, empregam-nas em todas as etapas passíveis de mecanização. Mas, mesmo nos últimos, a própria natureza dos produtos cultivados impõe um limite relativamente estreito à substituição de trabalho por capital; (...) o uso de máquinas não alcança as fases finais do ciclo agrícola nem várias etapas intermediárias, altamente absorvedoras de mão-de-obra, como a formação de sementeiras, o plantio de mudas, os enxertos, os transplantes, as podas, o desbrotamento, as capinas, o estaqueamento, etc" (MUSUMECI, 1987: 104-5).

No município de Urubici, a mecanização está presente no cultivo de hortaliças especialmente através do uso de tratores, entre os quais destaca-se a difusão dos micro-tratores, conhecido genericamente por "tobata". Pela versatilidade que apresenta na lavoura de hortaliças, o emprego do "tobata" amplia a capacidade de trabalho e de produção da unidade familiar.

No caso em análise também são válidas as observações de LINDOSO, contidas em sua pesquisa sobre os circuitos comerciais das hortaliças no Rio de Janeiro, ao afirmar que o uso de micro-tratores:

"(...) multiplica a capacidade de trabalho familiar por várias vezes para o preparo da terra, plantio, aplicação de adubos e defensivos. Mas é de pouca valia na colheita, quando só é útil para carregar a produção até o local onde é encaixotado. O 'tobata' ara, faz leiras, serve de bomba para irrigar adubos e defensivos, serve para o transporte e pode gerar luz elétrica" (LINDOSO, 1983: 41).

O que se percebe é que a mecanização da atividade hortícola age tanto no sentido de reduzir o tempo necessário à execução de determinadas tarefas, como também no de aumentar a intensidade e o ritmo de trabalho em outras atividades exercidas manualmente (GRAZIANO DA SILVA, 1981: 33).

A Tabela 35, que registra a distribuição e frequência de alguns equipamentos agrícolas disponíveis nas propriedades, indica a existência de uma certa dualidade entre o emprego da força de trabalho animal e a mecânica. Constatou-se que alguns produtores procuram conciliar uma combinação das duas modalidades de força de trabalho visando, por um lado, suprir adequadamente as exigências de força de trabalho e, por outro, buscar alternativas mais econômicas de produção com a minimização dos custos.

TABELA 35

Distribuição de equipamentos agrícolas de propriedade do produtor, segundo o número de unidades produtivas.

E S P E C I F I C A Ç Ã O	FREQUÊNCIA NAS UNIDADES PRODUTIVAS	
	Número	%
Arado com tração animal	17	34,00
Carpideira com tração animal	39	78,00
Micro-trator ("tobata")	22	44,00
Tratores médios e grandes	17	34,00

Fonte: Dados da pesquisa de campo - 1990.

Os produtores que dispõem de força mecânica própria, representada pelos tratores (micro, médio ou grande),

atingem 70% das unidades, entre os quais, 14% possuem mais de um trator. Dos horticultores que produzem no sistema de parceria, metade deles usa tratores do proprietário da terra. Alguns produtores que não dispõem de trator costumam fazer uso da mecanização para o preparo do solo mediante o aluguel ou empreitada. No caso de uso dos tratores da Prefeitura, o pagamento refere-se apenas ao óleo diesel consumido.

A difusão de tratores mesmo nos estabelecimentos de pequena dimensão deve-se em grande parte aos estímulos criados pelos mecanismos do crédito rural, que atuaram viabilizando a mecanização da agricultura brasileira nas últimas décadas.

O mais freqüente entre os entrevistados é o uso do micro-trator ("tobata") que abrange 56,41% do número total de tratores. Esse tipo de trator, além de representar menor investimento por ser mais barato em relação aos demais, mostra-se bastante adequado ao trabalho na horticultura que, via de regra, é praticada em propriedades relativamente pequenas.

A força de trabalho animal aparece em 72% das propriedades visitadas, sendo representada pelo emprego de boi ou cavalo. Esse tipo de força é usado principalmente para tração de carpideiras, além do carro de boi ou carroça que servem para o transporte dos produtos até o galpão onde são depositados.

Quanto aos insumos industriais, o cultivo de hortaliças está intimamente associado ao elevado consumo tanto de fertilizantes químicos quanto de defensivos ou agrotóxicos. Alguns produtores informaram durante as entrevistas que os insumos industriais, dependendo das espécies cultivadas, podem representar mais de 50% dos custos de produção.



FIGURA 20 - Os agrotóxicos são empregados em larga escala na horticultura e a pulverização pode ser feita com uso de trator.

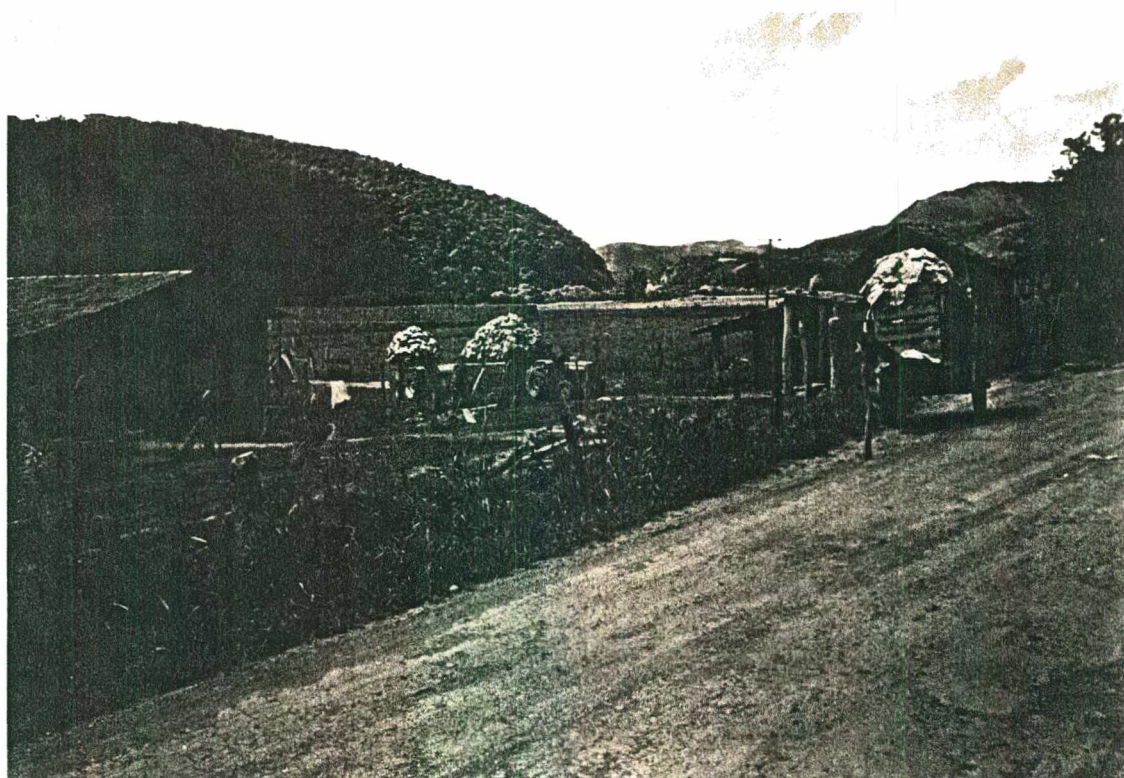


FIGURA 21 - Alguns horticultores combinam o uso da força mecânica e animal.

A Tabela 36, elaborada com base nas informações prestadas pelos produtores referente ao uso de fertilizantes, corretivos e defensivos, revela a freqüência e a quantidade média desses produtos consumidos durante a safra agrícola, em cada unidade produtiva.

Dois produtos aparecem com destaque por serem utilizados por todos os horticultores: adubo químico e defensivos agrícolas. O primeiro aparece com o consumo médio/unidade produtiva de 2.740 Kg, o que corresponde a 1.398 Kg/ha cultivada. E, por ser empregado em elevada quantidade por área cultivada, contribui com mais peso na formação dos custos. O segundo cuja relação é de 33,4 Kg/unidade produtiva, equivale ao consumo médio de 17,06 Kg/ha cultivada. A aplicação de calcário para correção da acidez do solo, também apresenta consumo significativo conforme indica a referida Tabela.

TABELA 36

Distribuição do consumo de fertilizantes, corretivos e defensivos agrícolas, segundo o número de unidades produtivas

E S P E C I F I C A Ç Ã O	U N I D A D E S P R O D U T I V A S		C O N S U M O	
	Número	%	Total (Kg)	Kg/ Unidade
Adubo Verde	3	6,00	31.000	10.333
Adubo Orgânico	20	40,00	148.000	7.400
Adubo Químico	50	100,00	137.000	2.740
Calcário	30	60,00	335.500	11.183
Uréia	39	78,00	21.150	542
Defensivos Agrícolas	50	100,00	1.672	33,4

Fonte: Dados da pesquisa de campo - 1990.

Os entrevistados foram unânimes em afirmar que, nos últimos anos, tem aumentado drasticamente o preço dos insumos químicos. Com isso, tem sido crescente, também, a relação entre o número de caixas de hortaliças necessárias para aquisição de uma saca de adubo químico, por exemplo. Ou seja, o preço de comercialização das hortaliças não tem acompanhado a elevação do preço dos insumos industriais, gerando dificuldades na aquisição desses insumos. "A pequena produção se tecnifica, mas não se capitaliza: ainda que o capital técnico se aproxime da agricultura, o capital, relação de produção dela se afasta" (CASTRO et alii, 1979: 151-3).

Procurando alternativas para diminuir os custos com adubos químicos, certos produtores (40%) fazem uso também de adubo orgânico (esterco de boi ou de galinha). De forma ainda incipiente outros produtores (6%) utilizam adubação verde (plantio alternado de leguminosas e de hortaliças).

Com referência aos defensivos ou agrotóxicos, os mesmos são empregados em larga escala na horticultura, cuja intensidade varia entre as diferentes espécies cultivadas. Seu emprego objetiva evitar perdas nas safras, causadas pelo ataque prejudicial de pragas e doenças às culturas. Os agrotóxicos, no entanto, além dos elevados custos, constituem um sério problema pelos riscos de intoxicação a que estão expostas as pessoas que trabalham na horticultura.

"Os problemas gerados pela falta de rigidez no controle sobre produção, comercialização e emprego dos produtos químicos nas culturas e, também, o despreparo dos agricultores para sua utilização têm causado sérios danos ao meio ambiente e à saúde humana" (RUEGG et alii. In: MARTINE & GARCIA, 1987: 182).

Ao serem questionados sobre as medidas adotadas durante a manipulação dos agrotóxicos, visando evitar os efeitos nocivos que os mesmos podem causar à saúde humana,

70% dos entrevistados admitiram que não tomam nenhum cuidado especial: "só a cara e a coragem".

Pelo contato com os agricultores tem-se a impressão de que em geral os mesmos não têm consciência ou ignoram o fato de que os agrotóxicos podem provocar graves intoxicações, particularmente durante o trabalho de pulverização das plantações quando aumenta os riscos do perigo a que estão expostos. Um pequeno número de produtores afirma já ter utilizado certos equipamentos como máscaras, botas, macacões, porém, devido ao incômodo que provocam, deixaram de fazer uso. Segundo a versão de um horticultor, que exprime uma situação generalizada, "os empregados também não gostam de usar nada porque atrapalha".

Os demais horticultores dizem adotar certos cuidados preventivos como o uso de roupas compridas, botas, máscaras, luvas e macacões. Contudo, somente 6% afirmam fazer uso de vários apetrechos ao mesmo tempo, o que constitui uma forma mais efetiva de evitar intoxicações, visto que a ação tóxica do veneno pode ocorrer, não apenas pelas vias respiratórias, como também pelos poros da pele.

Em todas as localidades produtoras de hortaliças é comum ouvir-se dos agricultores, na época de aplicação dos agrotóxicos nas plantações, queixas do aparecimento de certos sintomas (dor de cabeça, tonteiras, vômito, fraqueza) decorrentes do contato com o veneno ou "remédio" como alguns chamam. "Quem sofre intoxicação uma vez, se trabalhar com o pulverizador volta a se sentir mal", declara um agricultor.

Dos horticultores, 94% confirmam ter conhecimento de algum caso de intoxicação pelo manuseio de agrotóxicos, não apenas na horticultura mas, também, na fumicultura. Os relatos referem-se a envenenamentos ocorridos com familiares, amigos, vizinhos, empregados, ou com o próprio entrevistado. Assim, 20% dos mesmos declararam que já foram

hospitalizados, vitimados por intoxicação com agrotóxicos. Um produtor relatou que perdeu uma irmã, no ano de 1989, que morreu intoxicada pelo veneno usado no fumo.

Esses fatos mostram que, sendo a horticultura uma atividade indissociada, tanto de grande consumo hídrico, quanto de fertilizantes químicos e agrotóxicos, são necessárias medidas adequadas que evitem os efeitos negativos decorrentes do manuseio e uso desses insumos industriais. Os reflexos da degradação ambiental, provavelmente, também já estão presentes nos mananciais d'água da região, através de algum teor de poluição química.

Em síntese, o uso inadequado dos agrotóxicos pode trazer conseqüências negativas tanto para o produtor quanto para o consumidor, além de provocar sérios danos à natureza.

Ainda, em termos de uso de técnicas agrícolas, 100% dos horticultores inquiridos adotam o sistema de rotação de cultivos. Pela substituição constante de cultivos que exigem diferentes nutrientes, procura-se evitar o esgotamento do solo e a quebra na cadeia de transmissão de pragas e doenças veiculadas pelo solo e que atacam as plantações. Além disso, a alternância com uma adequada combinação de culturas proporciona o aproveitamento residual da adubação e calagem do solo, o que representa economia nos custos da produção agrícola.

Como as hortaliças geralmente são constituídas por culturas que exigem um grande controle na dotação de recursos hídricos, a irrigação é empregada por 68% dos produtores investigados. O método mais disseminado é o da rega por aspersão, utilizado por 46% dos produtores, seguido da irrigação manual através do uso de mangueiras praticada por 22% dos horticultores.

4.2.7. Crédito e assistência técnica

No Brasil, o principal instrumento de difusão tecnológica tem sido a conjugação do crédito rural e a assistência técnica prestada aos agricultores pelo Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural - SIBRATER (QUEDA, 1987). A Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, que atuam a nível nacional, cada uma com funções específicas, desenvolvem ações consideradas complementares e intimamente inter-relacionadas com os problemas e necessidades do produtor rural. "A pesquisa promove o avanço do conhecimento, mas é a Extensão que põe em marcha, fazendo avançar o progresso" (ARAÚJO et alii, 1981: 24).

A organização do sistema nacional de assistência técnica e extensão rural, pressupõe a existência de empresas estaduais que assumam o papel de órgãos de execução, a nível de produtores, atuando como instituições intermediárias, no processo de transferência de tecnologia (ARAÚJO et alii, 1981: 51).

No Estado, destarte, existe a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina - ACARESC. Esta possui Escritórios Regionais que coordenam o trabalho executado pelos Escritórios Locais ou Municipais.

Em 1990, o Escritório Local de Urubici contava com uma equipe técnica de extensionistas composta por:

- a) Um Engenheiro Agrônomo - Chefe do Escritório e responsável pela fruticultura;
- b) Um Técnico Agrícola - dedicado ao atendimento à pecuária;
- c) Um Técnico Agrícola - encarregado da horticultura.

Para os trabalhos de irrigação e drenagem o município foi assistido por dois Engenheiros Agrônomos pertencentes ao Escritório Regional da ACARESC/Lages. Além disso o Escritório contava com duas Auxiliares de Escritório.

ARAÚJO et alii (1981: 24), reportando-se ao Sistema Brasileiro de Extensão, afirma que:

"A própria experiência brasileira demonstra que a Extensão Rural tem sido instrumento hábil e eficiente para levar aos agricultores e à coletividade as conquistas da técnica e os conhecimentos gerais de que carecem. É um sistema educativo destinado a motivar o agricultor à adoção de práticas racionais e à obtenção de maior renda, vencendo as resistências advindas de tradições, costumes, apatia, ignorância e incredulidade, de maneira a criar na agricultura uma mentalidade progressista".

Referindo-se à ação educativa da Extensão Rural, SEIFFERT (1990: 176) identifica três momentos distintos em sua evolução:

"(...) no período pioneiro, a Extensão Rural aspirando conseguir a educação do 'povo rural', na chamada fase de consolidação salienta-se a relação do processo educativo com a implantação da agricultura modernizante; na fase recente a ação educacional extensionista apresenta-se caracterizada pela análise de sua dimensão política; ou seja, por uma revisão das interpretações sustentadas historicamente pela Extensão Rural com referência às suas dimensões técnicas e políticas".

Ao abordar a ação da Extensão Rural em seu contexto mais recente, MUSUMECI lembra que:

"A perda da 'isca' do crédito, tão essencial no passado, provoca um movimento de revisão nos pressupostos e atitudes do SIBRATER, que vem se somar a um movimento mais amplo de crítica ao modelo de modernização da agricultura adotado na 'Velha República'. Pode-se perceber, desde o início dos anos 80, no próprio discurso oficial das instituições de pesquisa e extensão, ou em análises feitas por autores a elas vinculadas, a emergência de formulações que ao mesmo tempo: a) criticam os efeitos perversos do 'pacote tecnológico', do crédito rural, do 'tecnicismo', etc; b) questionam a real eficácia produtiva das técnicas 'modernas' disseminadas no campo; c) reconhecem o compromisso do modelo com a grande propriedade e a grande indústria multinacional; d) denunciam o autoritarismo das

metodologias de difusão empregadas; e) invocam outros campos de conhecimento (sociologia, antropologia) e discussões internacionais, no sentido de questionar a 'ideologia modernista', a crença no 'progresso ilimitado' e assim por diante" (MUSUMECI, 1987: 191).

Pelos inúmeros estudos já realizados, percebe-se que o Crédito Rural tem desempenhado importante contribuição ao setor rural, atuando através do fornecimento dos recursos viabilizadores dos investimentos, da produção e da comercialização agrícola.

Segundo ALBUQUERQUE (1985: 101-2):

"(...) o crédito agrícola subsidiado foi, durante as décadas de sessenta e setenta, um motivo de grande importância no crescimento da produção e no processo de modernização ocorrido no setor agrícola brasileiro. Tanto a disponibilidade de crédito em si, como o subsídio implícito nas taxas de juros reais negativas, fizeram com que o crédito rural fosse o único, e mais importante, instrumento utilizado pelo governo para alcançar seus objetivos naquele setor.

As taxas nominais de juros variaram, durante os anos e nas várias linhas de crédito disponíveis, desde zero, aplicados para a compra de 'insumos modernos' (high-pay off inputs) em meados da década de setenta, até a aplicação da correção monetária plena (aproximadamente igual à taxa de inflação) mais 3%, aplicáveis a partir de meados de 1983".

Como a partir de 1980, o subsídio ao crédito rural passou a ser progressivamente retirado, MUNHOZ (1982: 30) salienta que:

"As pressões inflacionárias observadas a partir de 1979 reforçaram as críticas que se faziam às condições mais favoráveis do crédito rural, porque ampliava o diferencial entre taxas de juros dos financiamentos e taxas de inflação, reduzindo assim o valor real dos retornos por amortização, e conseqüentemente exigindo maior aporte anual de recursos novos, em fluxo necessário para recompor o 'fundo agrícola', ou seja, a capacidade de emprestar".

Embora passível de crítica, a política de crédito rural contribuiu de forma expressiva "no processo de modernização da agricultura catarinense, financiando

máquinas, equipamentos, insumos modernos e a criação de canais de comercialização" (SEIFFERT, 1990: 108). Como a safra de 1984 foi a última que se beneficiou do financiamento agrícola e, considerando que o crédito rural representava um dos estímulos básicos da política do governo voltada ao setor agrícola, sua eliminação repercutiu negativamente entre os agricultores, particularmente junto a uma parcela significativa de produtores rurais que passaram a ter dificuldades em arcar com os custos de produção (BRITO, 1987: 141-2).

Mesmo entre os pequenos produtores como é o caso dos horticultores de Urubici, a absorção da mecanização representada notadamente pela difusão da tratorização, foi viabilizada sobretudo pelos mecanismos creditícios vigentes na década de setenta.

Dos produtores pesquisados, 76% já foram beneficiados pelo crédito rural. Desses, 6% costumam utilizar financiamento anualmente, 30% não regularmente e 40% somente em casos extremos. Outros 24% nunca fizeram uso do crédito rural.

Na safra 89/90 apenas 18% dos entrevistados solicitaram financiamento. Os demais produtores, que não recorreram ao crédito rural, apresentam como principal justificativa dessa atitude a preocupação com a vigência de "taxas de juros muito altas". O alto custo do dinheiro provoca receio de que não haja lucro ou mesmo condições de saldar o compromisso com o banco. O receio dos agricultores advém principalmente da insegurança que caracteriza o cultivo de hortaliças, em função de certos fatores imprevisíveis como as oscilações do mercado e a perda da produção provocada por pragas ou catástrofes climáticas.

Na safra referida, os empréstimos obtidos foram destinados ao custeio das lavouras e compra de insumos

industriais (sementes, fertilizantes, defensivos químicos). Não foi registrado nenhum caso de financiamento direcionado para investimentos na propriedade ou em equipamentos agrícolas. "A situação financeira dos produtores de hortaliças está muito difícil. Eu tenho afirmado que estamos empobrecendo. Basta dizer que hoje em dia, para comprar algum equipamento agrícola, o agricultor é obrigado a se desfazer de alguma coisa que possuía, como o gado, por exemplo", atesta um informante.

Mediante as considerações dos produtores e pelas observações realizadas, pode-se afirmar que os horticultores vivem um momento de baixa capacidade de investimento. Esta resulta, de um lado, da situação de descapitalização provocada mormente pela queda dos preços hortícolas em relação aos insumos industriais e, de outro, do elevado custo que representa o crédito rural com a extinção dos subsídios.

Quanto ao serviço de Extensão Rural prestado aos agricultores pela ACARESC através do Escritório Local de Urubici, verificou-se que 22% das propriedades pesquisadas foram assistidas regularmente durante a safra 89/90. Entre as atividades desenvolvidas pelos extensionistas, de acordo com os depoimentos dos produtores, destacam-se:

- a) Indicações sobre o adequado uso do solo;
- b) Orientação no manejo dos cultivos;
- c) Fornecimento de receituário de agrotóxicos para o combate às pragas;
- d) Informações sobre o manuseio adequado dos agrotóxicos e adubos químicos;
- e) Elaboração do calendário agrícola;

- f) Orientação geral sobre os procedimentos mais adequados no desenvolvimento da lavoura;
- g) Elaboração de projetos para obtenção de financiamentos.

Dentre os produtores de hortaliças entrevistados, 30% declararam jamais terem recebido assistência técnica por parte da ACARESC. Por conseguinte, 70% dos horticultores pelo menos durante uma safra já foram beneficiados por esse serviço que é prestado, conforme informação dos extensionistas, segundo o interesse demonstrado pelos próprios produtores. Além disso, os agricultores que recorrem ao crédito rural são assistidos pela Extensão Rural, cujos técnicos elaboram o projeto de financiamento e acompanham o desenvolvimento da lavoura.

Ao serem indagados de quem recebem maiores informações sobre o cultivo de hortaliças, 42% dos produtores referiram-se aos Extensionistas da ACARESC. Outros 40% têm nos vizinhos a principal fonte de informações e troca de experiências sobre os diferentes aspectos que envolvem a horticultura. Os demais 18% citaram outras diferentes fontes de informações. Por conseguinte, existe um certo equilíbrio entre os que recorrem aos serviços técnicos representados pelos extensionistas e aqueles que procuram outros produtores vizinhos para orientação sobre procedimentos referentes à horticultura. Tal fato pode indicar alguma resistência por parte de certos produtores às informações e orientação prestada de forma direta pelos extensionistas rurais.

Mesmo assim, a grande maioria dos inquiridos (88%) considera importante o serviço prestado pela Extensão Rural. Todavia, uma pequena parcela (12%) acha desnecessária a assistência e orientação prestada pelos extensionistas. "Os técnicos têm a teoria mas não conhecem a prática", justifica um produtor. Os extensionistas, por sua vez, também

deparam-se com certas dificuldades no desenvolvimento de seu trabalho junto aos agricultores, como ilustra o trecho da entrevista a seguir:

"Em geral existe uma resistência do produtor na aceitação de tecnologia. Ele acha que já tem bom nível e com isso ele rejeita novas alternativas. (...) Muitos produtores que já cultivam hortaliças a quase 40 anos acham que estão certos. Você chega e começa a orientar de uma determinada maneira e eles te contestam... (...) O pessoal de menor poder aquisitivo e de renda baixa, com maior carência de tecnologia, aceita mais facilmente a inovação. O pessoal mais carente, porque vê que está ficando pra trás, aceita melhor a orientação. (...) Também, por serem extremamente individualistas, é muito difícil fazer algum trabalho em grupo com eles" (Entrevista gravada com técnico da ACARESC/Urubici).

Enfim, sendo o número de horticultores muito elevado, o trabalho de assistência técnica desenvolvido pela Extensão Rural fica, naturalmente, bastante limitado. Principalmente levando-se em consideração a disponibilidade de apenas um extensionista para atender todo o setor hortícola.

4.2.8. Comercialização das hortaliças

A horticultura possui um caráter essencialmente mercantil, cujo desenvolvimento relaciona-se em grande parte às condições de inserção da produção no mercado a qual pode ser efetuada através de diferentes formas e canais de comercialização.

"O comércio de hortaliças apresenta uma série de imperfeições decorrentes de características inerentes aos próprios produtos, as quais dificultam a organização, a fluidez e a livre concorrência no mercado e facilitam a intermediação excessiva e, não raro, a especulação.

Como os riscos são elevados, a capacidade de assumi-los influi nas fases intermediárias e finais do processo induzindo a uma concentração, na medida em que cresce o mercado consumidor urbano. Essa concentração, ao reduzir o número de agentes e a concorrência entre eles, tende, naturalmente, a uma redução na eficiência" (HADAL et alii, 1986: 49).

As hortaliças, segundo PRATES & CORRÊA (1987: 42), "por serem altamente perecíveis e mais vulneráveis às oscilações de preço no mercado, criam uma situação de insegurança, levando os produtores, muitas vezes a grandes perdas". O alto grau de perecibilidade que caracteriza a maioria dos produtos hortícolas obriga os agricultores a vender sua produção no momento da colheita. Dessa maneira, "eles não têm como regatear preço e, além disso, quanto mais distanciados do centro consumidor, menos controle podem exercer sobre a fidedignidade das informações que lhes dá o intermediário" (MUSUMECI, 1987: 125).

No município de Urubici, de acordo com o depoimento de um extensionista da ACARESC:

"A comercialização é feita basicamente pelos intermediários. Existe um pessoal do próprio município e outros oriundos do litoral catarinense. Os intermediários de fora abastecem todo o litoral catarinense. Já os intermediários de Urubici levam a produção para fora do Estado: São Paulo, Rio de Janeiro, Norte e Nordeste do Brasil. (...) Os intermediários do município geralmente já foram produtores. Em sua maioria hoje eles desistiram de plantar e vivem da intermediação. Alguns ainda são produtores e também fazem a intermediação. (...) Nem todos possuem caminhão" (Entrevista gravada com técnico agrícola da ACAREC/Urubici).

De fato, no que tange ao circuito da comercialização, os produtores pesquisados têm na figura do intermediário o principal agente que atua viabilizando o escoamento da produção ao mercado. Assim, 92% dos horticultores vendem sua produção aos intermediários representados, via de regra, pelos caminhoneiros provenientes da região litorânea do Estado e por pessoas do próprio município. Os demais (8%) dizem comercializar diretamente com atacadistas ou supermercados.

Esse sistema de comercialização certamente acompanha uma tendência que vigora no Estado e mesmo no País. Todavia,

a intermediação tem mostrado alguns resultados prejudiciais tanto para o produtor como para o consumidor.

"Segundo levantamento efetuado pela Secretaria da Agricultura de Santa Catarina, a variação de preços dos hortigranjeiros entre o produtor e o consumidor atinge até 500%. E os excedentes gerados pela horticultura têm sido apropriados por outros setores que se relacionam economicamente com o produtor, principalmente aqueles envolvidos nos processos de comercialização. Quanto ao produtor, muitas vezes não consegue cobrir o custo da mão-de-obra, além de condicionar sua capitalização aos riscos de endividamento excessivo via crédito-rural" (WERNER & BRAUN, 1983: 43).

A dependência dos horticultores aos intermediários, também gera uma expectativa de incerteza e insegurança com relação à comercialização da produção. Ficou evidenciado pela pesquisa que, normalmente, são eles que ditam os preços das mercadorias. 74% dos entrevistados informaram que tomam conhecimento dos preços através dos intermediários. Além disso, foram referenciadas outras fontes de preços como a cooperativa e outros produtores.

A ação dos intermediários na determinação dos preços ficou demonstrada, também, pelo fato de que 62% dos produtores tomam conhecimento do preço apenas no momento da comercialização. Em decorrência de certos fatores - distância do mercado, precariedade de certas estradas e desinformação dos agricultores, entre outros - a maioria dos horticultores, por não ter outra alternativa, nem poder de barganha, acaba vendendo sua produção pelo preço que os intermediários oferecem.

Notou-se que o sistema de comercialização é mais precário para os horticultores com localização mais desfavorável em relação às estradas que escoam a produção. Além de menos procurados, a não ser quando existe forte demanda, normalmente ainda vendem por preços mais aviltados que os produtores melhor localizados. Por esse motivo, afastando-se da cidade de Urubici, em direção a Lages, o

cultivo de hortaliças vai perdendo densidade. De fato, 38% dos inquiridos apontam as condições precárias das estradas como um sério empecilho à comercialização.

Mesmo assim, conforme se constatou, existe quase unanimidade entre os produtores de que o maior problema enfrentado pela horticultura consiste no preço, em geral muito baixo, com que é comercializada a produção. A atuação dos intermediários rebaixando os preços pagos, especialmente aos pequenos produtores e aqueles com vias de acesso mais difícil, visando maximizar seus lucros, contribui para o desestímulo e até mesmo, em alguns casos, para o abandono dessa atividade.

O destino da produção hortícola do município orienta-se usualmente para distintos mercados consumidores, às vezes bastante distantes. Contudo, tanto os mercados como o volume comercializado podem variar de um ano para outro. Os fluxos podem ser alterados principalmente em decorrência do comportamento dos níveis de produção e de demanda das diferentes regiões do Estado e do País.

Por ser muito dinâmico, é difícil estabelecer com precisão os mercados e a quantidade absorvida, haja vista que os próprios agricultores freqüentemente não sabem precisar o destino tomado pela mercadoria comercializada. "O comprador chega, carrega o caminhão e vai embora... geralmente a gente nem fica sabendo onde ele vai vender", afirma um entrevistado.

Para um extensionista da ACARESC ligado ao setor:

"Os produtos que saem para fora do Estado são basicamente o tomate e cenoura. Além disso, em menor escala também são exportados pimentão e batata-inglesa. O Estado é o principal mercado consumidor, destacando-se cidades como Itajaí, Joinville, Florianópolis, Tubarão e Criciúma" (Entrevista gravada com extensionista da ACARESC/Urubici).

O levantamento efetuado junto aos produtores indicou que, enquanto o tomate destina-se primordialmente para consumo fora do Estado, as demais hortaliças são comercializadas especialmente na região litorânea catarinense. Ou seja, na safra 89/90, de acordo com as informações prestadas pelos horticultores pesquisados, cerca de 60% da produção foi comercializada visando atender o mercado regional. Os demais 40% foram direcionados para diferentes grandes centros urbanos de vários Estados, entre os quais, com destaque para São Paulo, Rio de Janeiro, Belém e Manaus.

Sem dúvida o processo de comercialização da produção aparece como um dos principais problemas, se não o maior, enfrentados pelos horticultores. Nesse sentido, WERNER & BRAUN (1983: 3-4) afirmam que:

"No Brasil de maneira geral, o sistema de comercialização de produtos hortícolas é altamente ineficiente, resultando em excessiva diferença de preço entre o que paga o consumidor e o que recebe o produtor. O excedente econômico gerado pela atividade é apropriado pelo setor secundário e, principalmente terciário, sem benefício ao produtor, que é obrigado a recorrer a capital externo para seguir produzindo. O mercado atacadista tende a não permitir a participação do produtor, tanto por sua infra-estrutura física inadequada e pela falta de informação ao produtor".

No município de Urubici, conforme já foi visto anteriormente, a comercialização de hortaliças é efetuada quase exclusivamente através da ação de intermediários. Para atuar nesse processo, foi criado o Mercado do Produtor de Urubici, em meados da segunda metade da década de setenta, por iniciativa da Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S.A. - CEASA/SC. O mesmo visava encurtar o processo de intermediação e viabilizar a comercialização na própria área de produção, além de propiciar condições para o preparo (classificação, embalagem, et.) dos produtos (WERNER & BRAUN, 1983: 62).



FIGURA 22 - A comercialização da produção hortícola depende, fundamentalmente, da ação dos intermediários.



FIGURA 23 - A COOPERVALE, localizada em Urubici, além de atuar na comercialização de hortaliças, também serviu como referência de preços na região.

No entanto, o Mercado do Produtor teve vida efêmera, tendo em vista que suas instalações foram cedidas à Cooperativa Agropecuária do Vale do Canoas Ltda. - COOPERVALE^{'3'}, constituída em 1980 por produtores agrícolas do município. Infelizmente, por dificuldades de ordem administrativa e mesmo falta de arquivos, não conseguimos obter da COOPERVALE informações sobre sua atuação e atividades desenvolvidas^{'4'}.

Com base nas entrevistas realizadas verificou-se que somente 14% dos horticultores eram sócios da Cooperativa. As razões alegadas para justificar seu interesse pela mesma foram:

- "Ela possui uma Câmara Fria para guardar maçã".
- "Achava que ela era um meio para melhorar a produção e a comercialização das hortaliças".
- "Porque ela fazia a venda da produção".
- "A Cooperativa ajudava na comercialização".
- "Para facilitar a comercialização da produção".
- "A Cooperativa já foi boa. Hoje está ruim e em vez de progredir ela decaiu".
- "Porque ela fazia a venda dos produtos. Trabalhou bem e depois decaiu. Hoje não serve para nada".

De acordo com informações obtidas de funcionários da Cooperativa, nos anos iniciais de funcionamento ela chegou a congrega mais de 300 sócios. No final de 1990, contudo, em decorrência das dificuldades já referidas, cujas conseqüências resultaram no abandono ou demissão maciça dos horticultores, a Cooperativa ficou reduzida a menos de 30 sócios, quase todos vinculados ao cultivo de maçã.

De fato, dos produtores pesquisados, 32% declararam já terem sido sócios e deixado a COOPERVALE insatisfeitos com o

seu desempenho e serviços prestados. Alguns depoimentos ilustram o que esses agricultores pensam da Cooperativa:

- "Já fui sócio e saí porque nunca tive o retorno do capital investido. Ela só dava prejuízo".
- "Deixei de ser sócio no final do ano passado (1989) visto que a Cooperativa não ia bem financeiramente. Sempre foi mal administrada".
- "Pedi demissão porque não dava resultado ... só prejuízo. Levava a mercadoria e lá o preço era mais baixo do que aqui na roça".
- "Achei melhor sair fora porque a Cooperativa começou a dar prejuízo".
- "Saí porque só queriam cobrar taxas para cobrir despesas. A Cooperativa só apresentava dívidas".
- "A Cooperativa nunca fez nada por nós".
- "Caí fora porque ela não oferecia nenhuma vantagem".
- "Ela nunca deu resultado".
- "Deixei porque não dava resultado. O pagamento era muito demorado".
- "Foram subindo os custos e não existe benefício. Só serve para a maçã".
- "Ela não apresenta resultado nem vantagem. Só serve para a maçã".
- "Saí há dois meses atrás quando ela esteve para fechar. Acho que ela não sobrevive como cooperativa".

Pelo depoimento desses produtores percebe-se que a Cooperativa não tem praticamente nenhuma credibilidade junto aos horticultores. Por conseguinte, ela perdeu sua finalidade de existência no que se refere à horticultura.

O depoimento de um técnico agrícola também é bastante ilustrativo no que diz respeito à atuação da Cooperativa:

"Ela não funcionou por ser mais cômodo ao produtor entregar a produção aos intermediários do que levar à Cooperativa, classificar, embalar e às vezes lavar, o que demandava uma maior mão-de-obra.

(...) A Cooperativa funcionava mais como uma referência de preço. Ninguém dos intermediários pagava menos que o preço da Cooperativa. Ela não funcionou porque a consciência dos produtores não era cooperativista. Eles não tinham interesse em manter e fortalecer a Cooperativa para comercializar a produção. O interesse principal era de que a Cooperativa continuasse viva para fornecer apenas a referência dos preços. Além disso, quando a comercialização ficava complicada eles tinham na mesma uma fonte alternativa para chegar ao mercado. (...) A tendência da Cooperativa é ela mudar de atividade, se lançando para outro tipo de mercado que é o da fruticultura (Entrevista gravada com um extensionista da ACARESC/Urubici).

Ainda verificou-se que 54% dos horticultores inquiridos nunca foram sócios da COOPERVALE. Dentro desse grupo de produtores a Cooperativa possui uma imagem bastante negativa. Transcrevemos algumas declarações que revelam bem tanto o descrédito como o desinteresse dos mesmos em participar do seu quadro associativo:

- "Ela sempre foi mal administrada. Até agora só deu prejuízo".
- "A Cooperativa não ajuda em nada. Ela não possui gente capacitada".
- "A Cooperativa não dá lucro. Só prejuízo".
- "Ela nunca funcionou direito. Já quebrou três vezes".
- "Acho que ela não adianta de nada. Nunca deu bom resultado para os sócios".
- "A Cooperativa nunca funcionou direito e demora muito a pagar".
- "Nunca tive interesse porque ela vive sempre com rolo. Sempre dá prejuízo aos sócios".
- "Nunca tive interesse porque é melhor vender na roça".
- "A Cooperativa não é confiável".
- "Ela costuma dar prejuízos e são poucos os sócios beneficiados".
- "Ela está mais voltada para a maçã".

Pelas manifestações dos produtores percebe-se o desempenho insatisfatório da Cooperativa e, conseqüentemente,

sua pequena participação na comercialização das hortaliças. Técnicos do Escritório Local da ACARESC estimam que, na década de oitenta, a COOPERVALE participou do mercado comercializando aproximadamente 5% da produção hortícola do município. Embora o volume comercializado possa ser considerado pequeno, a Cooperativa exerceu uma atribuição muito relevante ao servir como referencial de preços.

Assim sendo, a sua decadência representa um retrocesso no processo de comercialização, na medida em que os horticultores ficam mais expostos aos baixos preços oferecidos pelos intermediários. Além disso, uma cooperativa pode desenvolver outras atividades de interesse social como, por exemplo, a aquisição e fornecimento de implementos agrícolas e insumos agrícolas de origem industrial, entre outros.

Concluindo, salienta-se que, apesar de certos fatores negativos, a presença e atuação dos intermediários são necessárias ou mesmo indispensáveis, diante das condições vigentes, para garantir a comercialização e escoamento da produção.

Notou-se, finalmente, que começa a germinar um movimento envolvendo técnicos da ACARESC e alguns horticultores, no sentido de viabilizar uma nova alternativa no circuito da comercialização de hortaliças. O objetivo consiste em reativar o Mercado do Produtor de Urubici, cujas instalações físicas encontram-se temporariamente utilizadas pela COOPERVALE.

N O T A S

- '1' Foram realizadas entrevistas informais ou sem roteiro determinado, sendo que algumas entrevistas foram gravadas em fita cassete.
- '2' Ocupantes - nos (4) casos encontrados tratava-se de produtores que ocupavam a terra mediante o consentimento dos proprietários. Em verdade eram terras cedidas para filhos ou genros explorarem sem qualquer ônus ou pagamento em troca.
- '3' A COOPERVALE de acordo com seu Estatuto aprovado pela Assembléia Geral de constituição realizada no dia 30/08/80, objetiva promover aos seus associados:
- I - O estímulo, o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades econômicas, de caráter comum;
 - II - A venda em comum, da sua produção agrícola ou pecuária nos mercados locais, nacionais ou internacionais.
- '4' Ao ser realizada a pesquisa de campo, nos primeiros meses de 1990, foi possível constatar que a COOPERVALE encontrava-se envolvida numa forte crise. As dificuldades haviam provocado a mudança da equipe administrativa e estava em marcha um processo de demissões do quadro associativo.

Mais tarde, conforme pode-se apurar, os horticultores em sua quase totalidade acabaram deixando a Cooperativa que, por outro lado, passou a contar de forma efetiva apenas com os produtores de maçã.

C O N C L U S Õ O

O presente trabalho buscou caracterizar a organização agrária e a produção de hortaliças no município de Urubici, a partir, basicamente, das informações coletadas dos Censos do IBGE e da pesquisa de campo.

Com efeito, a exposição dos resultados obtidos por este trabalho de investigação permite que se compreenda certos aspectos inerentes ao setor agrário da área estudada. Assim, de acordo com a análise dos dados dos Censos, o município caracteriza-se pelo domínio absoluto do número das unidades fundiárias de tamanho familiar.

O cálculo do índice de Gini indica a vigência de uma situação com forte concentração da propriedade da terra. E, ao que parece, a tendência é no sentido da ampliação das desigualdades da posse da terra, em que pese a crescente redução da área média dos estabelecimentos em função do processo de fragmentação das propriedades.

Constatou-se que a exploração da terra é realizada predominantemente pelo proprietário e, secundariamente, por arrendatário, parceiro e ocupante. Também ficou demonstrado que a atividade agrícola repousa, fundamentalmente, em bases familiares, haja vista que a grande maioria do pessoal ocupado é constituída pelos responsáveis e membros da família não-remunerados.

As condições técnicas de produção foram alteradas de forma mais significativa a partir dos anos setenta. As transformações verificadas na agricultura dizem respeito, sobretudo, ao processo de difusão do uso de tratores e de insumos industriais. Essa modernização da produção decorre especialmente da política de incentivos criada pelo Governo Federal, através do sistema de crédito rural subsidiado, que vigorou até os primeiros anos da década de oitenta.

A atividade agrícola do município contempla a prática de uma lavoura bastante diversificada, cuja produção, em geral, vem apresentando incremento do rendimento médio dos produtos cultivados. Todavia, as chamadas culturas comerciais (hortaliças, maçã, fumo) apresentam níveis mais elevados de tecnificação em relação às culturas de subsistência (feijão, milho).

Por conseguinte, a produção de hortaliças, que constitui uma forma de exploração agrícola mercantil, apresenta algumas características distintas daquelas peculiares à pequena produção dedicada ao cultivo de produtos de subsistência. A horticultura exige o domínio de certas técnicas inerentes a cada tipo de cultivo, além do conhecimento de alguns mecanismos referente às relações com o mercado.

A horticultura, no município de Urubici, aparece estruturada com base nas unidades de produção familiar, tendo sido desenvolvida a partir dos anos cinquenta com a introdução do cultivo do tomate. Alguns anos mais tarde, no início da década de sessenta, começa a diversificação das espécies cultivadas.

Com exceção do cultivo da batata-inglesa, que é muito disperso, as demais espécies hortícolas são cultivadas ao longo de um trecho do vale do Canoas, tendo a cidade de Urubici como área central dessa região. A organização da produção encontra-se estruturada com base no predomínio da mão-de-obra familiar, sendo a comercialização altamente dependente da ação de intermediários.

Durante toda a década de oitenta, a COOPERVALE atuou na comercialização da produção hortícola. Contudo, sua ação se fez sentir mais pela referência que conseguiu estabelecer para os preços na região do que pela quantidade comercializada. Na atualidade, sua ação no circuito da

comercialização parece estar esgotada e existe um movimento entre horticultores e técnicos da ACARESC no sentido de viabilizar a reativação do Mercado do Produtor, que já havia precedido a própria COOPERVALE.

Por se tratar de produtos bastante perecíveis e muito vulneráveis às oscilações de preço, o valor da produção anual é bastante incerto em função, notadamente, do comportamento do mercado. Por conseguinte, a horticultura costuma apresentar, na visão dos produtores, anos bons e anos ruins em termos de rendimento do valor produzido. Sabe-se, porém, que os horticultores não costumam fazer uma contabilidade dos rendimentos e das despesas. Comumente os mesmos possuem apenas um controle precário do movimento financeiro. "Se o produtor tiver um controle contábil perfeito, ele deixa de produzir ao constatar a sua pequena margem de lucro", preconiza um entrevistado.

Entre os problemas que afetam a horticultura local, de acordo com um técnico da ACARESC/Urubici, salientam-se:

1. baixa produtividade física, haja vista que nos últimos anos a produção por área cultivada no município ficou estabilizada, enquanto outras regiões hortícolas do Estado conseguiram melhorar seus índices;
2. falta de uma estrutura de comercialização adequada, visto que os produtores dependem, fundamentalmente, da ação dos intermediários ou atravessadores;
3. uso de embalagens não padronizadas ou fora das normas recomendadas;
4. classificação inadequada dos produtos com a falta de observação dos padrões estabelecidos;

5. baixos preços pagos pelas mercadorias aos horticultores.

Segundo a visão de outro técnico entrevistado, porém:

"Urubici tende a se manter no mercado de hortaliças com uma participação estável. Podendo até ganhar mais espaço na medida em que haja o desenvolvimento das pesquisas que estão sendo propostas ao nível do município. (...) A pesquisa deve estar voltada para viabilizar a adaptação de novas variedades às condições climáticas da região. É preciso trabalhar também em cima da melhoria da qualidade do produto para se manter no mercado. Além disso, é necessário diminuir os custos de produção, através do aumento da produtividade, para poder concorrer com outros centros de produção melhor situados em relação ao mercado consumidor. Assim procedendo o município tem amplas condições de concorrer com as demais áreas produtoras de hortaliças" (Entrevista gravada com um extensionista da ACAFESC/Urubici).

Concluindo, deve-se considerar que com a introdução e a expansão da horticultura em outros municípios catarinenses, Urubici sente a necessidade de desenvolver, tanto mecanismos de modernização da produção quanto canais mais eficientes de comercialização. Assim, da adoção de algumas medidas como, a elevação da produtividade física dos cultivos, à padronização dos produtos destinados ao mercado e à viabilização de uma adequada estrutura de comercialização, entre outras, depende o futuro da horticultura do município.

Finalmente, em seus quase quarenta anos produzindo hortaliças, dentro do que foi possível verificar-se, os horticultores urubicienses têm procurado se adaptar às condições impostas pelo capital dominante no processo produtivo. Com efeito, se continuar assim procedendo, a perspectiva é no sentido da horticultura local continuar persistindo por longo período, numa relação possível e mesmo desejável ao desenvolvimento capitalista brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Ronaldo Conder. 1986. Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil. São Paulo, Polis/CNPq.
- ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti de. 1985. Uma avaliação do setor agrícola brasileiro no período 1960-1980. Relatório de pesquisa nº 36. Rio de Janeiro, FGV.
- ALBUQUERQUE, Marcos C.C. & NICOL, Robert. 1987. Economia agrícola: o setor primário e a evolução da economia brasileira. São Paulo, McGraw-Hill.
- AMIN, Samir. 1987. O capitalismo e a renda fundiária. In: Imperialismo e desenvolvimento desigual. São Paulo, Vértice.
- AMIN, Samir & VERGAPoulos, Kostas. 1977. A questão agrária e o capitalismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ARAÚJO, José Geraldo F. de et alii. 1981. Extensão rural no desenvolvimento da agricultura brasileira. Viçosa, UFV.
- ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DE SANTA CATARINA - ACARESC/Urubici. 1990. Relatório anual da atividade agrícola do município de Urubici. Urubici, Escritório local da ACARESC.
- BESKOW, Paulo Roberto. 1980. Agricultura e capitalismo no Brasil. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, V. 19: 113-124.
- BORTOLUZZI, Carlos Alfredo. 1987. Esboço geomofológico de Santa Catarina. In: Textos básicos de geologia e recursos minerais de Santa Catarina. Florianópolis, DNPM/Coordenadoria de Recursos Minerais da Secretaria da

Ciências e Tecnologia, Minas e Energia do Estado de Santa Catarina.

BRITO, Maria S. & SILVA, Solange T. 1982. O papel da pequena produção na agricultura brasileira. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, 44(2): 191-261, abr./jun.

BRITO, Maristela de Azevedo. 1987. Questões associadas à evolução recente da agricultura brasileira. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, 49(3): 139-61. jul./set.

BRUIT, Héctor H. 1982. Essência e aparência das relações de produção no campo. Economia & Desenvolvimento. São Paulo, Cortez, 1(3): 123-146, jun.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. 1982. Justiça social e acumulação capitalista - o proterra. Fortaleza, UPC/PROED.

CARREIRA, Maria Elizabeth de P.C. de & GUSMÃO, Rivaldo Pinto de. 1990. As transformações na agricultura brasileira e suas consequências no meio ambiente. In: GUSMÃO, Rivaldo P. de et alii. Diagnóstico Brasil - a ocupação do território e o meio ambiente. Rio de Janeiro, IBGE.

CASTRO, Ana Célia et alii. 1979. Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira: síntese das transformações. Brasília, BINAGRI.

CENTRO DE APOIO À PEQUENA E MÉDIA EMPRESA DE SANTA CATARINA - CEAG. 1990. Programa integrado de desenvolvimento sócio-econômico: diagnóstico municipal de Urubici. Florianópolis, SEPLAN/SEICT/CEAG-SC.

- CHAYANOV, Alexander. 1981. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, J. & STOLKE, V. (Org.). São Paulo, Brasiliense, p. 134-163.
- DELGADO, Guilherme Costa. 1985. Capital Financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985. São Paulo, ÍCONE/UNICAMP.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL - DNPM. 1986. Mapa Geológico do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, MME/DNPM-SC/SIC.
- . 1987. Textos básicos de Geologia e recursos minerais de Santa Catarina. Florianópolis, DNPM/Coordenadoria de Recursos Minerais da Secretaria da Ciência e Tecnologia, Minas e Energia do Estado de Santa Catarina.
- DINIZ, José A. Felizola. 1986. Geografia e Agricultura. 2.ed., São Paulo, DIFEL.
- FUNDAÇÃO EDUCACIONAL PADRE LANDELL DE MOURA - FEPLAN. 1977. Manual de olericultura. 2.ed. Porto Alegre, Ed. FEPLAN.
- GABINETE DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - GAPLAN. 1986. Atlas de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro.
- GONÇALVES, Carlos Walter P. 1984. Estrutura agrária e dominação do campo no Brasil. In: Paixão da terra: ensaios críticos de ecologia e geografia. Rio de Janeiro, Rocco/Socci.
- GRAZIANO DA SILVA, José (Coord.). 1980. Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. 2.ed. São Paulo, Hucitec.

- GRAZIANO DA SILVA, José. 1981. Progresso técnico e relação de trabalho na agricultura. São Paulo, Hucitec.
- . 1982. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar.
- GRAZIANO NETO, Francisco. 1979. Capitalismo e tecnologia no campo: notas preliminares. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, V. 19: 71-89.
- . 1982. Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura. São Paulo, Brasiliense.
- GRIMM, Sadi Sérgio. 1990. A pesquisa e o futuro da agricultura familiar em Santa Catarina. Agropecuária Catarinense. Florianópolis, EMPASC, 3(3): 34-37, set.
- GUSMÃO, Rivaldo Pinto de. 1984. O sistema de arrendamento no Brasil e a sua inserção no processo de capitalização da agricultura. Geografia. Rio Claro, Associação de Geografia Teorética, 9(17-18): 55-80, out.
- HOFFMANN, Rodolfo, 1982. Evolução da desigualdade da distribuição da posse da terra no Brasil no período 1960-80. Reforma Agrária. Campinas, 12(6):17-34, nov./dez.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. 1959. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, IBGE, V. XXVII, p. 386-389.
- . 1960, 1970, 1980. Censos Demográficos - SC. Rio de Janeiro, IBGE.
- . 1960. Censo Agrícola - SC. Rio de Janeiro, IBGE.
- . 1970, 1975, 1980, 1985. Censos Agropecuários - SC. Rio de Janeiro, IBGE.

- . 1990. Geografia do Brasil - Região Sul. São Paulo, IBGE.
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. 1984. Estrutura agrária: evolução em Santa Catarina 1960-1980. Florianópolis, Instituto CEPA/INCRA.
- KAUTSKY, Karl. 1986. A questão agrária. São Paulo, Nova Cultural.
- KLEIN, Roberto M. 1978. Mapa fitogeográfico do Estado de Santa Catarina. Itajaí, SUDESUL/FATMA/HBR.
- LA CORTE, Judith de. 1985. Contribuição ao estudo do abastecimento da cidade de São Paulo em produtos hortifrutícolas. São Paulo, USP.
- LAGO, Paulo Fernando. 1968: Santa Catarina: a terra, o homem e a economia. Florianópolis, ed. do autor.
- . 1988. Gente da terra catarinense - desenvolvimento e educação ambiental. Florianópolis, Ed. da UFSC/FCC/UDESC/Lunardelli.
- LINDOSO, Felipe José. 1983. O campesinato e o mercado: circuitos comerciais e reprodução camponesa. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, mimeo.
- LOPES, Juarez R. Brandão. 1978. Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo. Estudos CERRAP - 22. São Paulo, Brasiliense, p. 41-110.
- . 1981. Do latifúndio à empresa capitalista: unidade e diversidade do capitalismo no campo. 2.ed. Petrópolis, Vozes/CEBRAP.
- LOVISOLO, Hugo R. 1989. Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação. Campinas, UNICAP.

- MARTINE, George & GARCIA, Ronaldo Coutinho (Org.). 1987. Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo, Cortez.
- MESQUITA, Olindina V. et alii. 1977. Modernização da agricultura brasileira. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, 39(4): 3-63, out./dez.
- MESQUITA, Olindina V. & SILVA, Solange T. 1987. A evolução da agricultura brasileira na década de 70. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, 49(1): 1-258, jan./mar.
- MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MIRAD- INCRA. 1988. Estatísticas tributárias. Florianópolis, INCRA.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de F. 1968. Geomorfologia. In: Geografia do Brasil: Grande Região Sul. Vol. IV, tomo I, 2.ed. Rio de Janeiro, IBGE, p. 9-73.
- MOREIRA, Roberto José. 1982. A agricultura brasileira: os interesses em jogo no início dos anos 80. Reforma Agrária. Campinas, ABRA, V. 12(6): 3-38, nov./dez.
- MULLER, Geraldo. 1982. Agricultura e industrialização no campo. Revista de Economia Política. São Paulo, Brasiliense, 2(6): 47-77.
- MUNHOZ, Dercio Garcia. 1982. Economia agrícola: agricultura uma defesa dos subsídios. Petrópolis, Vozes.
- MUSUMECI, Leonarda. 1987. Peguesa produção e modernização da agricultura: o caso dos hortigranjeiros no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.
- NADAL, Raul de et alii. 1986. Olericultura em Santa Catarina: aspectos técnicos e econômicos. Florianópolis, Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária - EMPASC.

- NÓBREGA, Mailson Ferreira da. 1985. Desafios da política agrícola. Rio de Janeiro, Gazeta Mercantil/CNPq.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. 1982. A pequena produção agrícola mercantil. In: V Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, AGB, p. 179-211.
- PELUSO JÚNIOR, Victor A. 1947a. Paisagens catarinenses. Boletim Geográfico. Florianópolis, Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, 1(1): 1-62, jan.
- . 1947b. Paisagens catarinenses. Boletim Geográfico. Florianópolis, Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, 1(2): 75-127, jul.
- . 1986. O relevo do território catarinense. Geosul. Florianópolis, Departamento de Geociências-UFSC, nº 2, p. 7-69.
- PESSOA, Vera Lúcia S. 1988. Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatú e alto Paranaíba-MG. Tese de Doutorado. Rio Claro, UNESP, mimeo.
- PINSKY, Jaime (Org.). 1979. Capital e trabalho no campo. São Paulo, Hucitec.
- PINTO, Mário da Silva. 1982. Produção, comércio e futuro dos produtos hortigranjeiros no Brasil. Carta Mensal. Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos de Comunicação Social da Confederação Nacional do Comércio, 28(327): 27-62.
- PIRAN, Nédio. 1982. A pequena produção rural em Erechim: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado. Rio Claro, UNESP, mimeo.
- PRATES, Arlene. M.M. et alii. 1989. Geografia física de Santa Catarina. Florianópolis, Lunardelli.

- PRATES, Arlene. M.M. & CORRÊA, Walquíria K. 1987. Produção e comercialização de hortaliças no município de Antônio Carlos Santa Catarina. Relatório de Pesquisa. Florianópolis, UFSC, mimeo.
- QUEDA, Oriowaldo. 1987. A extensão rural no Brasil: da anunciação ao milagre da modernização agrícola. Tese de Livre Docência. Piracicaba, Escola Superior de Agricultura/USP, mimeo.
- RANGEL, Ignácio M. 1979. Questão agrária e agricultura. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, V. 7: 172-192.
- RODRIGUES, José G. s/d. Urubici e sua história. Edição do autor.
- RONIS, Osvaldo. 1974. Uma epopéia de fé: a história dos batistas letos no Brasil. Rio de Janeiro, Casa Publicadora Batista.
- RIBEIRO, Marcos Roberto Moreira. 1982. Pequeno glossário de Geografia Agrária. Revista Geográfica e Ensino. Belo Horizonte, UFMG.
- SÁ, Maria Elizabeth de P. Corrêa de et alii. 1984. Região geoeconômica de Brasília: a produção de bens alimentares básicos e hortícolas e o mercado da Capital Federal. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, 46(1): 79-196.
- SEIFFERT, Raquel Quadros. 1990. Extensão rural em Santa Catarina: impasses político-pedagógicos (1856-1985). Dissertação de Mestrado. Florianópolis, UFSC.
- SCHEIBE, Luiz Fernando. 1986. A geologia de Santa Catarina - sinopse provisória. Geosul. Florianópolis, Departamento de Geociências-UFSC, nº 1, p. 7-38.

- SILVA, Sérgio. 1979. Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo. In: PINSKY, Jaime (Org.). Capital e trabalho no campo. São Paulo, Hucitec.
- SOARES, Luiz Eduardo. 1981. Campesinato e capitalismo. In: Ideologia e política. Rio de Janeiro, Zahar.
- SORJ, Bernardo. 1986. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. 2.ed. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara.
- SZMRECSÁNYI, Tamás & QUEDA, Oriowaldo (Org.). 1979. Vida rural e mudança social. São Paulo, Nacional.
- WERNER, Reni A. & BRAUN, Roque L. 1983. Horticultura: questão do abastecimento. Florianópolis, Secretaria da Agricultura e do Abastecimento-SC/ACARESC.
- Wilkinson, John. 1986. O Estado a agroindústria e a pequena produção. São Paulo-Salvador, Hucitec/CEPA-BA.

A N E X O S

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MESTRANDO: CELITO JOSÉ ISRAEL

ENTREVISTADO:

LOCALIDADE:

No. DO QUESTIONÁRIO .../.../ DATA: .../.../.....

I - CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTOR

01. O produtor reside no estabelecimento rural?

/.../ 1. Sim 2. Não

02. Mora na área:

/.../ 1. Rural 2. Urbana

03. A casa onde mora é:

/.../ 1. Própria 2. Alugada

04. Origem do produtor:

/.../ 1. Município de Urubici
2. Outro Município:05. Tempo de residência no município (em anos, quando for
menos de 1 ano colocar 00):

/.../.../

06. Idade do produtor:

/.../.../

07. Idade do cônjuge:

/.../.../

08. Grau de instrução do produtor:

/.../ 1. Não frequentou a escola
2. 1º grau incompleto
3. 1º grau completo
4. 2º grau incompleto
5. 2º grau completo09. Grau de Instrução do cônjuge (mesmas opções da questão
anterior):

/.../

10. Número de filhos da família com menos de 14 anos que trabalham na propriedade:
 /.../ Homens
 /.../ Mulheres
11. Número de filhos da família de 14 anos e mais, que trabalham na propriedade:
 /.../ Homens
 /.../ Mulheres
12. Número de filhos menores de 14 anos que moram com a família e não trabalham na propriedade:
 /.../ Homens
 /.../ Mulheres
13. Material utilizado na moradia:
 /.../ 1. Alvenaria
 2. Mista
 3. Madeira beneficiada
 4. Madeira bruta
14. Abastecimento d'água na residência:
 /.../ 1. Encanada da rede (CASAN)
 2. Encanada de fonte própria
 3. Fonte ou poço sem encanamento
 4. Arroio sem encanamento
 5. Outra:
15. Instalação sanitária:
 /.../ 1. Sim 2. Não
16. Uso de energia elétrica:
 /.../ 1. Da rede (CELESC)
 2. Própria
 3. Não Utiliza
17. Possui outras fontes de renda além da horticultura:
 /.../ 1. Sim 2. Não
 Especificar:

II - ASPECTOS DO ESTABELECIMENTO AGRÍCOLA

18. Área da propriedade (ha):
 /...../
19. Administração da propriedade:
 /.../ 1. Produtor
 2. Administrador
 3. Outro:

20. Condição do produtor:

- /.../ 1. Proprietário
 2. Arrendatário
 3. Parceiro ou meeiro
 4. Ocupante ou posseiro

21. Se for proprietário, como adquiriu a terra?

- /.../ 0. Não é proprietário
 1. Compra
 2. Herança
 3. Herança e Compra
 4. Outra:

22. Utiliza terra para plantar hortaliças em outro estabelecimento?

- /.../ 1. Sim 2. Não

23. Caso afirmativo, qual a área cultivada com hortaliças (ha)?

/.....,...../

24. Qual o total da área (ha) de suas propriedades?

/.....,...../

III - ASPECTOS DA LAVOURA NO ESTABELECIMENTO PESQUISADO

25. Área utilizada com a cultura de hortaliças em 1990 (ha)

/.....,...../

25a. **CULTURAS:** 1. Sim 0. Não

/.../ Beterraba

/.../ Cenoura

/.../ Cebola

/.../ Couve-flor

/.../ Fimentão

/.../ Repolho

/.../ Tomate

/.../ Vagem

/.../ Batata

/.../ Outras

26. Área com outras culturas temporárias (ha):

/.....,...../

26b. **CULTURAS:** 1. Sim 0. Não

/.../ Feijão

/.../ Milho

/.../ Outras

27. Área com pomar de maçã (ha):

/.....,...../

28. Área com pastagens (ha):

/...../

29. Área com pastagens plantadas (ha):

/...../

30. Outras áreas de terras:

/...../ Especificar:

31. Existe pretensão em ampliar a área cultivada com hortaliça?

/.../ 1. Sim 2. Não

32. Se não existe tal pretensão, quais os motivos?

/.../ 1. Falta espaço (terra)
2. Terra cansada (esgotada)
3. Não é dono da terra
4. A lavoura de hortaliças não está pensando financeiramente.
5. Outro:

33. Há quantos anos cultiva hortaliças?

/.../

34. Por que motivos passou a cultivar hortaliças?

.....
.....

35. Métodos mais utilizados no cultivo:

/.../ 1. Rotação de terras
2. Rotação de culturais
3. Curvas de nível
4. Outro:

36. Equipamentos mais usados no cultivo:

/.../ 1. Arado com tração animal
2. Carpineira com tração animal
3. Trator Tobata
4. Trator grande (arada, grade, ...)
5. Outro:

37. Veículos disponíveis na propriedade:

/.../ 1. Trator
2. Caminhonete ou utilitário
3. Caminhão

38. Insumos utilizados com hortaliças (total em Kg):

INSUMO	Kg
1. Adubo orgânico
2. Adubo químico
3. Adubo verde
4. Calcário
5. Uréia
6. Defensivos Agrícolas

39. Usa irrigação:
/.../ 1. Sim 2. Não
40. Tipo de irrigação:
/.../ 1. Manual (mangueira)
2. Aspersão
3. Os dois tipos
41. Que medidas usa para evitar a contaminação com agrotóxicos?
.....
.....
42. Tem conhecimento de algum caso de intoxicação de pessoas devido o manuseio de agrotóxico?
/.../ 1. Sim 2. Não
Especificar / onde / quando / como:
.....
.....

IV - CRÉDITO RURAL

43. Alguma vez já pediu financiamento para o cultivo de hortaliças?
/.../ 1. Sim e obteve
2. Sim e não obteve
3. Nunca pediu
44. Por que não obteve?
/.../ 1. Não tinha o que hipotecar
2. Crédito agrícola fechado
3. Falta de avalista
4. Outro:
45. Na atual safra pediu financiamento?
/.../ 1. Sim 2. Não
46. Por que não pediu financiamento na atual safra?
/.../ 1. Receio de não poder pagar
2. Receio de ficar sem lucro
3. Dificuldade com a burocracia do Banco
4. Porque é difícil conseguir crédito para cultura de hortaliças
5. É mais fácil pedir a terceiros
6. Juros muito altos
7. Possui capital suficiente
8. Outro:

47. Caso utilize financiamento, este é solicitado:

- /.../
1. Anualmente
 2. Não regularmente
 3. Só em casos extremos

48. Se pediu financiamento este ano, qual sua finalidade?

- /.../
1. Custeio
 2. Adubos e calcário
 3. Sementes
 4. Implementos agrícolas
 5. Custeio, sementes, adubos, implemen-
tos
 6. Outro:

49. Banco em que obteve financiamento este ano:

- /.../
1. BSEC
 2. Banco do Brasil
 3. CEF
 4. Outro:

V - ASSISTÊNCIA TÉCNICA

50. De quem recebe maior informação sobre a cultura de hortaliças?

- /.../
1. Extensionista da ACARESC
 2. Sindicato
 3. Vizinho
 4. Revistas
 5. Folhetos
 6. Jornais
 7. Televisão
 8. Cooperativa
 9. Outro:

51. Recebe assistência técnica na atual safra?

- /.../
1. Sim
 2. Não

52. Quem presta assistência técnica? (se respondeu sim na resposta anterior)

- /.../
1. ACARESC
 2. Cooperativa
 3. Particular
 4. Outra:

53. A assistência técnica é feita por:

- /.../
1. Engenheiro Agrônomo
 2. Técnico
 3. Pelos dois
 4. Outro:

54. Qual o trabalho por eles realizado?
Especificar:

55. Em alguma safra já recebeu assistência técnica da ACARESC?
/.../ 1. Sim 2. Não

56. Considera importante e necessária a assistência técnica da ACARESC?
/.../ 1. Sim 2. Não

VI - FORÇA DE TRABALHO

57. Emprego de força de trabalho agrícola (fevereiro/90), quantificar:
/.../.../ 1. Humana
/.../.../ 2. Animal
/.../.../ 3. Mecânica

58. Número de pessoas da família que trabalham na horticul-
tura:
/.../.../

59. Número de empregados permanentes:
/.../.../

60. Número de empregados temporários:
/.../.../

61. Período em que utiliza os empregados temporários (meses)
Especificar:

62. Existe falta de mão-de-obra:
/.../ 1. Sim 2. Não
Justifique:

VII - COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

63. Atualmente é sócio da cooperativa (COOPERVALE):
/.../ 1. Sim 2. Não
Motivo:

64. Se é sócio, especifique as funções ou atribuições exercidas pela Cooperativa:

.....

65. Em outra oportunidade já foi sócio da cooperativa?

/.../ 1. Sim 2. Não

66. Compradores da produção de hortaliças:

/.../ 1. Intermediário
 2. Atacadistas
 3. Feirantes
 4. Supermercados
 5. CEASA
 6. A Cooperativa é que vende
 7. Outro:

67. Destino Principal da produção:

	(%)
/.../ 1. Santa Catarina	/.../.../.../
2. Porto Alegre	/.../.../.../
3. Curitiba	/.../.../.../
4. São Paulo	/.../.../.../
5. Rio de Janeiro	/.../.../.../
6. Belém	/.../.../.../
7. Manaus	/.../.../.../
8. Outros:	/.../.../.../
.....	/.../.../.../

68. Ao vender as hortaliças, qual a maior dificuldade para que o produto chegue ao local de comercialização?

/.../ 1. Frete muito caro
 2. Falta de transporte próprio
 3. Estradas em condições precárias
 4. Não há dificuldade
 5. Outra:

69. O produtor tem conhecimento antecipado do preço dos produtos que quer comercializar?

/.../ 1. Sim 2. Não

70. De que maneira o produtor toma conhecimento dos preços?

/.../ 1. Intermediário
 2. Outro produtor
 3. Cooperativa
 4. Bolsa
 5. Outro:

71. Nos próximos anos pretende continuar plantando hortaliças?

/.../ 1. Sim 2. Não

72. Qual é a principal fonte de renda da família?

- /.../
1. Cultivo de hortaliças
 2. Cultivo de cereais
 3. Cultivo de maçã
 4. Pecuária
 5. Outra:

73. Possui automóvel?

- /.../
1. Sim
 2. Não
- Ano de Fabricação /...../

74. Dispõe em casa de:

- /.../
1. Televisão
 2. Rádio
 3. Geladeira
 4. Fogão a gás
 5. Fogão a lenha
 6. Aquecedor elétrico
 7. Lareira
 8. Frezer
 9. Lavadora de roupa
 10. Telefone

75. Renda média mensal da família:

- /.../
1. Menos de 1 salário mínimo
 2. Um salário mínimo
 3. De 1 a 3 salários mínimos
 4. De 4 a 5 salários mínimos
 5. De 6 a 10 salários mínimos
 6. Mais de 10 salários mínimos

76. Relações entre: Trabalho / estudos / filhos:

.....

77. Outras informações (controle contábil/aquisição de Insumos)

.....

78. Que auxílios já recebeu da Prefeitura Municipal? (Patrulha Mecanizada).

.....

ANEXO 2

DADOS METEOROLÓGICOS

Precipitação e temperaturas médias mensais da cidade de Urubici

ESPECIFICAÇÃO	Temperatura (°C)	Precipitação (mm)
Janeiro	18,6	161,0
Fevereiro	18,4	142,0
Março	17,6	121,0
Abril	15,1	73,0
Maiο	11,3	96,0
Junho	10,1	94,0
Julho	8,7	178,0
Agosto	11,3	154,0
Setembro	12,9	106,0
Outubro	13,8	135,0
Novembro	15,7	135,0
Dezembro	17,9	176,0
A N O	14,3	1.571,0

Latitude : 28° 00' 54" S;
Longitude : 49° 35' 30" WGr.;
Altitude : 1.111,0 m.

Fonte: ORSELLI, L. & SILVA, J.T.N. 1988. Contribuição ao estudo do balanço hídrico em S.C. Série didática. Florianópolis, UFSC/CCH.

ANEXO 3

POPULAÇÃO

Distribuição da população urbana e rural de
Urubici, por distrito, 1960/1980.

DISTRITOS	POPULAÇÃO URBANA			POPULAÇÃO RURAL		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980
Urubici	2.829	3.955	4.658	3.304	3.367	3.055
Aguas Brancas	309	411	290	2.025	3.255	3.057
Rio Rufino	294	241	225	1.744	1.310	976
TOTAL	3.432	4.607	5.173	7.073	7.932	7.088

Fonte: IBGE - Censos Demográficos - SC - 1960 - 1970 - 1980.

ANEXO 4

DADOS REFERENTES AOS ESTABELEECIMENTOS RURAIS

TABELA 1

Distribuição da mão-de-obra rural por grupos de pessoal ocupados, 1970/1985.

GRUPOS DE PESSOAL OCUPADO	1 9 7 0				1 9 7 5			
	No.Est.	%	No.Pes.	%	No.Est.	%	No.Pes.	%
0 !-- 5	420	42,86	1.082	20,28	509	49,51	1.245	24,54
5 !-- 10	456	46,53	2.984	55,91	436	42,41	2.821	55,61
10 !-- 20	100	10,20	1.170	21,92	81	7,88	944	18,61
20 !-- 50	4	0,41	101	1,89	2	0,20	63	1,24

CONTINUAÇÃO

GRUPOS DE PESSOAL OCUPADO	1 9 8 0				1 9 8 5			
	No.Est.	%	No.Pes.	%	No.Est.	%	No.Pes.	%
0 !-- 5	706	56,80	1.956	34,39	1.014	68,75	2.710	46,77
5 !-- 10	472	37,97	2.947	51,82	416	28,20	2.544	43,91
10 !-- 20	64	5,15	759	13,35	44	2,98	513	8,85
20 !-- 50	1	0,08	25	0,44	1	0,07	27	0,47

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários - SC - 1970 - 1975 - 1980.

TABELA 2

Condição legal das terras, segundo o número e área dos estabelecimentos agropecuários - 1960/1985.

A N O	PRÓPRIAS		ARRENDADAS		OCUPADAS		MISTAS ⁽¹⁾	
	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)
1 9 6 0	523	97.199	126	7.456	2	11	46	5.253
1 9 7 0	755	87.289	120	3.417	34	1.842	71	14.785
1 9 8 0	697	77.848	297	9.116	140	7.338	109	6.668
1 9 8 5	831	89.860	271	6.297	239	5.376	134	7.267

⁽¹⁾ Conjunto de terras próprias e arrendadas; próprias e ocupadas e arrendadas e ocupadas.

Fonte: IBGE - Censo Agrícola - SC - 1960.

- Censos Agropecuários - SC - 1970, 1980, 1985.

TABELA 3

Pocentagem do número e área dos estabelecimentos agropecuários, segundo a condição legal das terras - 1960/1985

A N O	PRÓPRIAS		ARRENDADAS		OCUPADAS		MISTAS	
	% Número	% Área	% Número	% Área	% Número	% Área	% Número	% Área
1 9 6 0	75,03	88,43	18,08	6,78	0,29	0,01	6,60	4,78
1 9 7 0	77,04	81,33	12,24	3,18	3,47	1,72	7,25	13,77
1 9 8 0	56,08	77,10	23,89	9,03	11,26	7,27	8,77	6,60
1 9 8 5	56,34	82,59	18,37	5,79	16,20	4,94	9,09	6,68

Fonte: Dados brutos extraídos da Tabela 2 - Anexo 4.

TABELA 4

Número de estabelecimentos rurais que utilizam energia elétrica, 1960/1980

A N O	Número Total de Estabelecimentos	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE USAM ENERGIA ELÉTRICA			
		Total	X em Relação ao Total de Estabelecim.	P R O D U Ç Ã O	
				Própria	Terceiros
1960	697	44	6,31	16	27
1970	980	51	5,20	2	49
1975	1.028	114	11,09	8	106
1980	1.243	157	12,63	1	156

Fonte: IBGE - Censo Agrícola - SC - 1960.
- Censos Agropecuários - SC - 1970 - 1975 - 1980.

TABELA 5

Disponibilidade de meios de transportes nos estabelecimentos, 1960/1985.

A N O	NÚMERO E TIPO DE VEÍCULOS			
	DE TRACÇÃO MECÂNICA			De Tracção Animal
	Caminhões	Utilitários	Reboques	
1960	22	28	64	485
1970	15	18	90	758
1975	5	5	119	671
1980	28	30	182	623
1985	25	199	270	466

Fonte: IBGE - Censo Agrícola - SC - 1960.
- Censos Agropecuários - SC - 1970 - 1975 - 1980 - 1985.

TABELA 6

Evolução do uso das terras, arados, tratores e pessoal ocupado pelo setor agropecuário do município de Urubici, 1960/1985.

E S P E C I F I C A Ç Ã O	NÚMEROS ABSOLUTOS					ÍNDICES				
	1960	1970	1975	1980	1985	1980	1970	1975	1980	1985
Área Total (ha)	109.919	107.334	101.762	100.970	108.800	100	98	93	92	99
Área em Exploração ⁽¹⁾ (ha)	102.230	97.574	95.610	90.941	97.303	100	95	94	89	95
Área Trabalhada ⁽²⁾ (ha)	8.630	5.500	6.294	11.374	9.428	100	64	73	132	109
Área de Pastagens (ha)	39.351	50.580	46.356	51.639	52.423	100	129	118	131	133
Área de Lavouras (ha)	8.279	4.646	4.786	8.059	6.402	100	56	58	97	77
Área Média dos Estabelec. (ha)	157,70	109,52	98,99	81,23	73,76	100	69	63	52	47
Pessoal Ocupado	3.068	5.337	5.073	5.687	5.794	100	174	165	185	189
Nº. Médio de Pessoas Ocupadas/Estabelecimentos	4,40	5,44	4,93	4,57	3,93	100	124	112	104	89
Arados ⁽³⁾	457	652	869	1.033	955	100	143	190	226	209
Tratores	4	29	44	304	402	100	725	1.100	7.600	110.050

⁽¹⁾ Área de lavouras, pastagens e matas.

⁽²⁾ Área de lavouras, pastagens plantadas e matas plantadas.

⁽³⁾ Compreende arados de tração animal e mecânica.

Fonte: IBGE - Censo Agrícola - SC - 1960.

- Censos Agropecuários - SC - 1970 - 1975 - 1980 - 1985

ANEXO 5

CÁLCULO DO ÍNDICE DE GINI

TABELA 1

Distribuição em porcentagem cumulativa do número de estabelecimentos de Urubici, 1960/1985

CLASSES (ha)	PORCENTAGEM CUMULATIVA DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS				
	1960	1970	1975	1980	1985
0 !--- 10	18,51	16,73	14,59	26,55	39,05
10 !--- 20	32,00	27,65	28,79	44,01	51,46
20 !--- 50	54,67	52,85	57,19	65,49	69,49
50 !--- 100	69,30	71,12	75,87	78,76	81,42
100 !--- 200	81,92	83,98	87,64	88,98	89,56
200 !--- 500	93,54	95,71	96,40	96,78	97,22
500 e mais	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados da Tabela 7.

TABELA 2

Distribuição em porcentagem cumulativa da área dos estabelecimentos de Urubici, 1960/1985

CLASSES (ha)	PORCENTAGEM CUMULATIVA DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS				
	1960	1970	1975	1980	1985
0 !--- 10	0,63	0,70	0,77	1,53	2,01
10 !--- 20	1,80	2,06	2,67	4,25	4,28
20 !--- 50	6,16	9,35	11,65	12,11	11,84
50 !--- 100	12,46	20,43	24,40	22,96	22,42
100 !--- 200	22,83	35,61	39,62	39,39	36,67
200 !--- 500	45,09	67,71	66,01	66,43	68,31
500 e mais	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados da Tabela 7.

TABELA 3

Razão da concentração de Gini na distribuição dos estabelecimentos agropecuários de Urubici, 1960

C_x	P_x	$P_x + (P_x - 1)$	$C_x - (C_x - 1)$	$!(P_x+P_x-1) (C_x-C_x-1)!$
0,18	0,00	0,00	0,18	0,000
0,32	0,01	0,01	0,14	0,001
0,54	0,06	0,07	0,22	0,015
0,69	0,12	0,18	0,15	0,027
0,81	0,22	0,34	0,12	0,040
0,93	0,45	0,67	0,12	0,080

$$R = 1 - (P_x + P_x - 1) (C_x - C_x - 1)$$

$$R = 1 - 0,163$$

$$R = 0,837$$

TABELA 4

Razão da concentração de Gini na distribuição dos estabelecimentos agropecuários de Urubici, 1970

C_x	P_x	$P_x + (P_x - 1)$	$C_x - (C_x - 1)$	$!(P_x+P_x-1) (C_x-C_x-1)!$
0,16	0,00	0,00	0,16	0,000
0,27	0,02	0,02	0,11	0,002
0,52	0,09	0,11	0,25	0,027
0,71	0,20	0,29	0,19	0,055
0,83	0,35	0,55	0,12	0,066
0,95	0,67	1,02	0,12	0,122

$$R = 1 - 0,272$$

$$R = 0,728$$

TABELA 5

Razão da concentração de Gini na distribuição dos estabelecimentos agropecuários de Urubici, 1975

C_x	P_x	$P_x + (P_x - 1)$	$C_x - (C_x - 1)$	$(P_x + P_x - 1) (C_x - C_x - 1)$
0,14	0,00	0,00	0,14	0,000
0,28	0,02	0,02	0,14	0,002
0,57	0,11	0,13	0,29	0,037
0,75	0,24	0,35	0,18	0,063
0,87	0,39	0,63	0,12	0,075
0,96	0,66	1,05	0,09	0,094

$$R = 1 - 0,271$$

$$R = 0,729$$

TABELA 6

Razão da concentração de Gini na distribuição dos estabelecimentos agropecuários de Urubici, 1980

C_x	P_x	$P_x + (P_x - 1)$	$C_x - (C_x - 1)$	$(P_x + P_x - 1) (C_x - C_x - 1)$
0,26	0,01	0,01	0,26	0,002
0,44	0,04	0,05	0,18	0,009
0,65	0,12	0,16	0,21	0,033
0,78	0,22	0,34	0,13	0,044
0,88	0,39	0,61	0,10	0,061
0,96	0,66	1,05	0,02	0,084

$$R = 1 - 0,233$$

$$R = 0,767$$

TABELA 7

Razão da concentração de Gini na distribuição dos estabelecimentos agropecuários de Urubici, 1985

C_x	P_x	$P_x + (P_x - 1)$	$C_x - (C_x - 1)$	$(P_x + P_x - 1) (C_x - C_x - 1)$
0,39	0,02	0,02	0,39	0,007
0,51	0,04	0,06	0,12	0,007
0,69	0,11	0,15	0,18	0,027
0,81	0,22	0,33	0,12	0,039
0,89	0,36	0,58	0,08	0,046
0,97	0,68	1,04	0,08	0,082

$$R = 1 - 0,209$$

$$R = 0,791$$